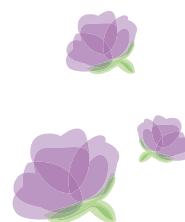


Gênero na
Amazônia

Belém, n. 14, julho/dezembro, 2018





Construindo a Rede de Estudos
de Gênero na Amazônia

GEPEM – Grupo de Estudos e Pesquisa “Eneida de Moraes” sobre Mulher e Relações de Gênero



Coordenação

Maria Angelica Motta Maués (UFPA)

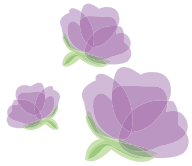
Maria Luzia Miranda Álvares (UFPA)

Telma Amaral Gonçalves (UFPA)

Adelma Pimentel (UFPA)

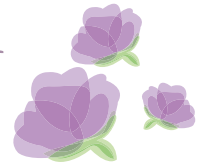
Conselho Científico

Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel (UFPA); Adriane Lima (UFPA); Alda Britto da Motta (UFBA); Ana Alice Alcântara Costa (UFBA) - *In Memoriam*; Cecília Sardenberg (UFBA); Celecina de Maria Sales (UFC); Cristina Donza Cancela (UFPA); Denise Machado Cardoso (UFPA); Eunice Ferreira dos Santos (UFPA); Gema Galgani Esmeraldo (UFC); Glória de Lourdes Rabay (UFPB); Hildete Pereira de Melo (UFF); Iraildes Caldas Torres (UFAM); Jorge Lyra (UFPE); Jussara Reis Prá (UFRGS); Laura Duque Arrazola (UFRPE); Ligia Melo (Fundação Joaquim Nabuco); Luanna Tomaz de Souza (UFPA); Marcia Tavares (NEIM/UFBA); Margarete Edul Lopes (UFAC); Maria Ângela D’Incao (UNESP); Maria Angelica Motta-Maués (UFPA); Maria Cristina Alves Maneschy (UFPA); Maria de Nazaré dos Santos Sarges (UFPA); Maria Luzia Miranda Álvares (UFPA); Maria Mary Ferreira (UFMA); María Rosal Nadales (Universidad de Córdoba/Espanha); Mercedes Arriaga Flórez (Universidad de Sevilla/Espanha); Scarleth Yone O’hara Arana (UFPA); Telma Amaral Gonçalves (UFPA).



REVISTA GÊNERO NA AMAZÔNIA

Belém, n. 14, julho/dezembro, 2018



Editoras

Maria Luzia Miranda Álvares é Professora Associada 3 (IFCH/UFPA); graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará; mestrado em Planejamento do Desenvolvimento/NAEA e doutorado em Ciência Política/IUPERJ. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em estudos eleitorais e partidos políticos, participação política das mulheres e relações de gênero. É coordenadora do GEPEM/UFPA e coordenadora do Observatório Regional Norte da Lei Maria da Penha.

Eunice Ferreira dos Santos é Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); graduada em Letras; mestrado em Teoria Literária; doutorado em Letras (UFMG); vice-coordenadora do GEPEM e coordenadora do GT-Gênero, Arte/Literatura e Educação/GEPEM. Desenvolve pesquisa sobre a autoria feminina na história literária do Pará.

Maria Angelica Motta Maués é Professora associada 2 (IFCH/UFPA); graduada em História pela Universidade Federal do Pará; mestrado em Antropologia Social/UnB; doutorado em Sociologia/IUPERJ. Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/PPGSA. Atua na área de antropologia, com ênfase em gênero, família, infância e identidade. Coordena a Linha de Pesquisa do GEPEM - Gênero, Identidade e Cultura.

Telma Amaral Gonçalves é graduada em Ciências Sociais/UFPA; mestrado em Antropologia/PPGCS/UFPA; doutorado em Ciências Sociais/PPGCS/UFPA. Professora Adjunto 4/UFPA, com experiência na área de Antropologia, atuando nos seguintes temas: gênero, casamento, conjugalidade, afetividade, sexualidade, namoro e diversidade sexual. Líder do grupo de estudos e pesquisas com crianças, infâncias e juventudes/JUERÊ. Coordena a linha de pesquisa Gênero, Corpos e Sexualidades – GEPEM/UFPA, ambos inscritos no GDP/CNPq.

Adelma Pimentel é PHD em Psicopatologia e psicologia do desenvolvimento pela UEVORA-PT. Docente da faculdade de Psicologia/UFPA. Coordenadora do NUFEN (Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas). Linha de pesquisa: fenomenologia – teoria e clínica.

Copyright ©-2012-2018/Gepem. Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9610/ 19.02.1998.

STAFF EDITORIAL

Edição

Maria Luzia Miranda Álvares
Maria Angelica Motta-Maués
Telma Amaral Gonçalves
Adelma Pimentel

Web Designer

Leandro Machado de Sousa

Projeto Gráfico

Ana Carolina Álvares Branco

Formatação Eletrônica

Ana Carolina Álvares Branco

Capa (criação e arte)

André Stenico

Copidesque e Tradução

Ana Paula Alvares Costa (inglês e espanhol)

Revisão Técnica

Ana Carolina Álvares Branco
Lúcia Helena Alvares Costa

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) (Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Gênero na Amazônia / Universidade Federal do Pará/ GEPEM.
- n. 14 (jul./dez., 2018). - Belém: GEPEM, 2018.

ISSN 2238-8184

1. Mulheres - Amazônia - Condições sociais - Periódicos.

CDD - 22. ed. 305.4209811

GEPEM

Cidade Universitária José da Silveira Neto (UFPA/IFCH - Altos).
Av. Augusto Corrêa, n.1 - Guamá - Belém/PA- 66075-110
Fone: (91)3201-8215.

E-mails: generonaamazonia@gmail.com; aninha.branco@hotmail.com;
luziamiranda@gmail.com

Sites: www.ufpa.br/projetogepem; www.jornaliaras.ufpa.br; www.generonaamazonia.com

Blogs: www.gepemacontece.blogspot.com.br; www.observeregional-gepem.com

Sumário/Sumario/Contents

Dossiê/Dossier

<i>APRESENTAÇÃO</i> 9
Construções de Masculinidade(s): traçando uma cartografia em cinco anos de produção (2010-2015) 11
Construcciones De Masculinidade(S): una cartografia en cinco años de producción (2010-2015)	
Constructions Of Masculinity(les): a cartography in five years of production (2010-2015)	
Juliana de Almeida Ribeiro da Costa Anna Paula Usiel	
<i>Saúde Mental e Masculinidades: uma incursão no campo da atenção básica</i> 25
Salud Mental y Masculinidades: una incursión en el campo de la atención básica	
Mental Health and Masculinity: a raised field in the field of basic attention	
Lucivaldo da Silva Araújo Ingrid Bergma da Silva Oliveira Samantha Hanna Seabra Castilho Simões Adriano Prazeres de Miranda	
<i>Processos de Subjetivação de Gênero de Casais em Situação de Violência Conjugal</i> 41
Procesos de Subjetivación de Género de Parejas en Situación de Violencia Conyugal	
Gender Subjectivation Processes of Couples in Situations of Conjugal Violence	
Kamilly Souza do Vale Adelma Pimentel Anna Beatriz Alves Lopes	

O Papel de Cuidadora Atribuído à Mulher: escuta psicológica de acompanhantes de 58
pacientes em tratamento hemodialítico

El Papel de Cuidadora Asignado a Las Mujeres: informe psicológico de acompañantes de
pacientes en tratamiento hemodialítico

The Role of Caregiver Attributed to Women: psychological report of companions of
patients on hemodialysis

Arina Marques Lebrego

Samantha Moraes Cabral Lobato

Larissa Raquel Virgolino Fima

Lei Maria da Penha sob Análise: história, críticas e apreciações 65

La Ley Maria da Penha bajo Análisis: historia, críticas y apreciaciones

Maria da Penha Law under Analysis: history, criticism and appreciations

Anna Beatriz Alves Lopes

Adelma Pimentel

O Perfil da Mulher Vítima de Violência e o Atendimento da Casa Abrigo Emanuelle 76
Rendeiro Diniz

El perfil de la mujer víctima de la violencia y la asistencia de la Casa Refugio Emanuelle
Rendeiro Diniz

The Profile of the Woman Victim of Violence and the Service of the Shelter House
Emanuelle Rendeiro Diniz

Elaine Cristina Costa de Albuquerque

Ivanete da Silva Frota dos Santos

Kelma Xavier de Almeida

Rhida Warly dos Reis Mendes

Vera Suely Moraes Ferreira

Ritual da Menina Moça, uma Reafirmação da Cultura Tenetehara 89

Ritual de La “Menina-Moça”, una Reafirmación de la Cultura Tenetehara

Ritual of the Young Girl, a Reaffirmation of Tenetehara Culture

Denise Machado Cardoso

Vanderlúcia da Silva Ponte

Cristiane Modesto do Nascimento

Ytapytire Farias dos Reis Tembé

Yeré Tembé

Representações de Mulheres Negras e Indígenas nos Livros Didáticos da Rede Pública de Manaus/AM 95

Representaciones de Mujeres Negras e Indígenas en los Libros de Texto de la Red Pública de Manaus/AM

Representations of Black Women and the Indigenous in the Textbooks of the Public Network of the city of Manaus/AM

Raescia Ribeiro de Oliveira

Helenice Aparecida Ricardo

A Igualdade de Gênero. Do Sonho Possível à Realidade Vivida: as contradições presentes na cooperativa das mulheres de Cametá/PA 107

La Igualdad de Género. Del Sueño Posible a la Realidad Vivida: las contradicciones presentes en la cooperativa de las mujeres de Cametá/PA

Gender Equality. From Possible Dream to Living Reality: the contradictions present in the women’s cooperative of Cametá/PA

Maria Salete Pantoja Aquime

Gênero, Mídia e Política: um breve mapeamento da produção acadêmica sobre a presidenta Dilma Rousseff 123

Género, Medios de Comunicación y Política: un breve mapeo de la producción académica sobre la presidenta Dilma Rousseff

Gender, Media and Politics: a brief mapping of the academic production about the brazilian president Dilma Rousseff

Nathália Kahwage



Entrevistas

Adriano Beiras 142

Professor Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

NORMAS DE PUBLICAÇÃO 145

Saúde De Gênero: Fundamentos para Arquetar a Solidariedade Coletiva

Este volume tem como fio condutor a preocupação com a saúde das mulheres. A concepção de saúde transcende as normativas inalcançáveis e idealizadas que prescrevem limitados estados físicos de ausência de sintomas e situa-se no mundo da vida, o que requer abranger a complexidade que afeta a saúde, ou seja, desvelar as dinâmicas e interações entre a condição social e econômica, a alimentação, a habitação, a cultura, o lazer, e o reconhecimento das limitações contextuais que afetam as percepções da potência de saúde que cada um possui para agir. Nesta conjuntura, consideramos saúde um direito da população, com obrigação do Estado promovê-la nas três esferas de governo.

A concepção de gênero é transversal no volume apresentado, cujo sumário contém pesquisas, relatos de experiências, resenhas, etc. Entendemos que as diversas proposições dos autores se coadunam com as contribuições compostas por feministas brasileiras, europeias e norte-americanas, estudiosas da igualdade entre mulheres, homens, transexuais e homossexuais.

O significado do uso do conceito de gênero é favorecer aos leitores o entendimento de que o estudo da identidade das mulheres requer a abordagem de outras identidades, e de marcadores geracionais, e de raça e de classe. Enfim, o significado é social, é político e, sobretudo, é oportunidade para que todos pensem e construam sociedades equitativas. Assim, a inclusão das reflexões sobre gêneros permite ao leitor argumentos para o enfrentamento da violência promovida pelos parceiros íntimos, uma iniquidade que, no Brasil, no ano de 2018, foi grandemente ampliada.

A compreensão e uso do conceito de gênero contribui para não alinhavar estereótipos à diferença sexual de cunho biológico. Portanto, a fundamentação para arquetar respostas de solidariedade coletiva envolve os homens autores da violência de gênero, cujos discursos e práticas discursivas reificam a desigualdade das mulheres.

A importância do volume é atualíssima, principalmente quando se deixa de reconhecer que a pluralidade norteia a composição da visão de mundo, para não se arriscar a confundir com anacronismos de ter apenas “um olho na terra de cegos”. Os artigos abordam estudos contemporâneos sobre masculinidades; Análises antropológicas da Cultura e Identidade de povos indígenas, representados pelos Tenetehara-Tembé; O golpe político de 2016 que retirou do jogo democrático brasileiro a presidente eleita Dilma Rousseff; reflexões acerca da Atenção Básica, reconhecida porta de entrada do Sistema Único de Saúde - SUS, contexto em que há invisibilidade das questões de gênero e seus impactos na atenção integral; e a inclusão dos homens no contexto assistencial da saúde mental, uma questão a ser aprofundada por outros estudos.

O volume apresenta pesquisa sobre análise bibliográfica de questões étnico-raciais, considerando sua aplicação nos livros didáticos, e como as representações de gênero e raça se constroem nesse instrumento; aborda a história de luta e resistência das Mulheres do Município Cametá, no Estado do Pará, pela igualdade nas relações de gênero dentro dos

movimentos sociais; ponderações acerca do papel de cuidadora atribuído a mulheres que acompanham pacientes em tratamento hemodialítico; e resultados de uma pesquisa sobre o serviço de acolhimento institucional proporcionado às mulheres em situação de violência atendidas pela CAERD.

Assim, formou-se um coletivo de temas que compõem um Dossiê e artigos diversos.

Aproveitem a leitura!

Belém/PA (Amazônia/Brasil), 2018.

Adelma Pimentel

*Doutora em Psicologia. Docente da Faculdade de Psicologia/UFPA.
Coordenadora do NUFEN (Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas)*

Construções de Masculinidade(s): traçando uma cartografia em cinco anos de produção (2010-2015)

Construcciones de Masculinidad(S): una cartografía en cinco años de producción (2010-2015)

Constructions of Masculinity(Ies): a cartography in five years of production (2010-2015)

Juliana de Almeida Ribeiro da Costa

Anna Paula Usiel

Resumo: Com o objetivo de contribuir com estudos contemporâneos sobre masculinidades, este trabalho se propõe uma pesquisa, a partir da base de Periódicos da CAPES (combinando as palavras construção com masculinidade/masculinidades) com o intuito de dar contornos a uma pesquisa sobre homens frentistas de postos de gasolina. Foram considerados todos os campos (título, assunto e autor), entre 2010 a 2015, totalizando 95 trabalhos, dos quais são apresentados os principais. Entendemos que há ainda espaços para discussões a partir de perspectivas de gênero menos naturalizantes, e que a perspectiva de uma única masculinidade pode invisibilizar a multiplicidade dessas expressões.

Palavras-chave: Masculinidade. Gênero. Revisão temática.

Resumen: Con el objetivo de contribuir con los estudios contemporâneos sobre masculinidades, este trabajo se propone una investigación, a partir de la página electrónica de los Periódicos CAPES (Coordenación de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Brasil), combinando las palabras construcción con masculinidad/masculinidades. Se consideraron todos los campos (título, asunto y autor), de 2010 a 2015, totalizando 95 trabajos, de los cuales se presentan los principales. Entendemos que todavía hay espacio para discusión a partir de perspectivas de gênero menos naturalizantes, y que la perspectiva de una única masculinidad puede invisibilizar la multiplicidad de dichas expresiones.

Palabras clave: Masculinidad. Gênero. Revisión temática.

Abstract: This paper propose a research about the academic studies that explore the constructions of masculinities, aiming to contribute to the elaboration of contemporary studies. To this compilation, it was used the advanced research of CAPES' (Upper-level Personal Improvement Coordination) site, matching the word construction with masculinity and after with masculinities. It has been considered all categories (title, subject and author) and the period from 2010 to 2015, totalizing 95 papers. The main researches are showed. We believe that is still possible the discussion about masculinities with less naturalizing perspectives, that propose diferents possibilities of experiences and that a unique perspective of masculinity may conceal the variety of these expressions.

Keywords: Masculinity. Gender. Thematic review.

Juliana de Almeida Ribeiro da Costa – Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Anna Paula Usiel – Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenadora do LIDIS – Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos. Pesquisadora Associada do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ). E-mail: uzielap@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo foi produzido durante a elaboração da tese de doutorado que visa discutir performatividades masculinas e construções de masculinidades no contexto dos postos de gasolina.

Os postos de gasolina parecem ambientes propícios à emergência de situações e encontros a partir das múltiplas performatividades de gênero. Entendemos que, ao mesmo tempo em que suscita a cristalização de estereótipos, esse cenário também parece possibilitar a emergência de rupturas.

Assim, escutando pessoas em geral e em contextos diferentes, como profissionais de uma distribuidora que comercializa combustíveis, pessoas internas à empresa que pensam sobre os postos mas que não lidam diretamente com eles, pessoas que atuam como instrutoras de treinamentos para frentistas, motoristas dessas unidades de treinamento, donos de postos, as próprias pessoas que atuam como frentistas, buscamos desenhar uma polifonia sobre essas pessoas que trabalham nas pistas, especialmente no que se refere às questões relacionadas à dimensão do gênero e às construções das masculinidades no contexto dos postos e para além deles.

No caso específico do grupo de frentistas, trata-se de colegas de trabalho com convivência intensa, configurando um espaço bem característico de homossociabilidade. Quando há baixa no movimento do posto, dispõe-se de tempo livre para conversar e, muitas vezes, não há chefes por perto que venham cercear a interação. Há ainda a interação com clientes, desde aqueles(as) que vão ao posto frequentemente para abastecer, passando por aquelas pessoas que entram e saem rapidamente e, ainda, motoristas de frotas de empresas.

Pretendemos discutir o que emerge nesse campo referente à dimensão de gênero nessas interações. O que há de aproximações e singularidades na atuação de homens e mulheres; o que aparece nos discursos das diferentes pessoas envolvidas nesse universo, como donos dos postos, frentistas, pessoas que pretendem atuar nesse campo, docentes envolvidos com a formação dessas pessoas e profissionais que atuam na comercialização de produtos e serviços para os postos.

Como passos preliminares da pesquisa, buscamos mapear o que já havia sido produzido sobre o tema das masculinidades no contexto dos transportes, o que envolveu não apenas frentistas, mas também taxistas, caminhoneiros e motoristas de ônibus.

Para isso, utilizamos a base de Periódicos CAPES, em buscas que consideraram diferentes combinações, com pesquisas, inclusive, em inglês, de produções no período de 2005 a 2015, em todos os campos de indexação (título, assunto e palavras-chave). A busca deixou evidente o quanto este cenário dos transportes não é estudado a partir da perspectiva de gênero, pois foram encontradas poucas produções com esse foco.

Para identificação das produções sobre o tema, foram feitos alguns cruzamentos entre os seguintes termos: *gas station attendant*, *men*, frentista, masculinidade, homens, relacionamentos, *relationships*, *gender*, gêneros, sexualidade, caminhoneiros, motoristas de ônibus e taxistas. E, tendo em vista que as primeiras buscas apresentaram poucos resultados diretamente relacionados à temática que pretendemos abordar, também, por meio do site da CAPES, fizemos uma pesquisa ainda mais abrangente sobre o tema das masculinidades, para além do contexto dos transportes. E esta é a proposta desse artigo: uma discussão sobre a temática da construção das masculinidades que aparece nas produções acadêmicas sobre o tema, no período de 2010 a 2015, a partir de eixos que dialogam com assuntos que surgiram na minha pesquisa de doutorado.

Se nos anos 80 e no início dos 90 ainda era possível confundir os estudos de gênero com estudos do Feminino e/ou com trabalhos sobre mulher(es), nas últimas décadas, os estudos sobre masculinidades têm aumentado. A própria utilização do plural aponta para discussões que se distanciam da perspectiva de que há uma única masculinidade, algo que remeteria a uma essência, de alguma forma presente e vivenciada pelos homens, ou uma hegemonia capaz de descartar as outras manifestações. Nesse sentido, as diferentes vivências do que seriam essas masculinidades são múltiplas e, portanto, apontam para construções que acontecem permanentemente e de forma singular.

Para realização dessa pesquisa bibliográfica, combinamos as palavras construção com masculinidade e, em seguida, com masculinidades. Foram consideradas as buscas em todos os campos (título, assunto e autor) e as produções publicadas no mesmo período

A primeira busca apresentou 77 resultados e a segunda combinação gerou 40 resultados. Por meio da análise cruzada entre os dois resultados, identificamos que algumas publicações foram apresentadas em ambas as buscas. Dessa forma, excluindo as repetições, há o total de 95 publicações.

Pretendemos colocar em discussão a predominância, nos diversos temas que se ligam ao campo masculinidades, de perspectivas que as tratam de forma naturalizada, sem considerar repertórios que apontem para construções e/ou emergências de subjetividades de forma singular.

Assim, propomos sete eixos para apresentação daqueles que entendemos ser os principais artigos de cada um desses temas abordados, totalizando 37 produções: construção de masculinidades; saúde e políticas públicas; trabalho; violência; educação; homossexualidade/transsexualidade; e mulheres, femininos e feminismos.

Foram consideradas aquelas publicações que tratam mais diretamente sobre questões de gênero e/ou temas que se aproximam mais das discussões encontradas no campo de pesquisa sobre os frentistas. Embora atuando em ambiente considerado insalubre, o cuidado com a saúde não parece ser uma preocupação para os homens com os quais conversei, o que reforça esse entendimento de algumas pesquisas de que homens tendem a ignorar a importância do cuidado do corpo. A violência apareceu em alguns momentos como algo presente na prática dessas pessoas que, de alguma forma, ficam em ambientes muito expostos. Os temas de trabalho e baixa escolaridade parecem dialogar com a atuação como frentista que, diversas vezes, é apontada como uma atividade escolhida diante da falta de opção, muitas vezes vinculada, também por essas pessoas, ao baixo nível de escolaridade.

1. Construção de masculinidades

Dentre as pesquisas que tratam sobre construção de masculinidades, vale mencionar o trabalho de Fernandes (2011), que, em sua tese, discute a construção da masculinidade a partir do conceito de masculinidade hegemônica proposto por Raewyn Connel, apontando que valores socialmente elaborados são transmitidos em função das necessidades históricas e contextuais. O autor utiliza a etnografia em salas de bate-papo de sites de relacionamento na internet e na Revista *Men's Health*. Já Jesus (2011) traz uma dimensão histórica, discutindo o papel das masculinidades em dois momentos: nas expansões colonial e imperialista dos séculos XVI a XIX e na construção de uma ordem internacional globalizada nos séculos XX e XXI.

Além disso, em 2013 é publicado na Revista de Estudos Feministas (REF) um dossiê sobre masculinidades que, dentre outros temas, tratou do conceito de masculinidade hegemônica, avaliando, também, as críticas atribuídas a este termo. Lago e Wolff (2013) elaboram a introdução, texto que foi indexado na pesquisa.

Neste dossiê, Adelman e Rial (2013) publicaram uma entrevista realizada com Raewyn Connel sobre sua trajetória intelectual e pessoal, além de contextualizá-la com sua obra, as principais questões tratadas sobre o feminismo e estudos de gênero.

Nesse eixo temático, certamente uma das produções que mais se destaca é a pesquisa de Connel (2013), também publicada no dossiê da REF, que revisita o conceito por ela mesma desenvolvido anteriormente, de “masculinidade hegemônica”. Sendo mencionado pela primeira vez em 1982, Connel aponta a necessidade de atualização desse conceito, sinalizando que, por exemplo, a dimensão histórica não é devidamente considerada na ocasião em que o conceito foi cunhado. Nos anos 80, a autora propõe esse termo, fazendo referência a um determinado tipo de masculinidade alcançada apenas por poucos homens, mas que seria totalmente normativa, caracterizando a maneira mais honrosa de ser um homem e que, em consequência, provoca todos os outros homens a se posicionarem em relação a isso, legitimando também, a reboque, a subordinação das mulheres em relação aos homens. Ela ainda destaca que a hegemonia não implica violência ou mesmo dominação por meio da força física, mas sim uma ascendência alcançada por meio da cultura, das diversas instituições e da persuasão.

A própria autora aponta o risco de que a ideia de hegemonia seja reduzida a um simples modelo de controle cultural, quando ignorados os processos de mudança que se dão ao longo da história. Ela sinaliza que a masculinidade não representa, então, um certo tipo de homem, mas uma maneira pela qual os homens se posicionam através de suas práticas discursivas. Outro aspecto importante apontado pela autora, que permeia, inclusive, os outros eixos temáticos que destacamos neste texto, é a ideia de que as relações de gênero são construídas também (e nós diríamos sobretudo) por meio de práticas não-discursivas, incluindo o trabalho remunerado, violência, sexualidade, trabalho doméstico e cuidado com as crianças, assim como através de muitas ações rotineiras quase automatizadas. Dessa forma, pensar em políticas públicas, em aspectos geracionais etc, aponta também para a discussão desses inúmeros repertórios que engendram as diversas perspectivas sobre masculinidades em suas faces mais efetivas, diríamos, longe de construções conceituais estritamente acadêmicas e mais próximas das práticas cotidianas.

E, por fim, ainda nesse mesmo dossiê, Adelman e Rial (2013) publicaram uma entrevista realizada com Raewyn Connel sobre sua trajetória intelectual e pessoal, além de contextualizá-la, com sua obra, as principais questões tratadas sobre o feminismo e estudos de gênero.

2. Saúde e políticas públicas

Muitas das produções sobre masculinidades apontam para a dimensão da saúde e várias das abordagens em termos de políticas públicas priorizam questões biológicas e de prevenção em detrimento de abordagens mais abrangentes, psicossociais, por exemplo. Destacamos aqui algumas pesquisas que propõem críticas a essa perspectiva biologizante e naturalizante desse campo.

No campo das políticas públicas, Vilella e Pereira (2012) tratam sobre o quanto as perspectivas sobre gênero adotadas especialmente no âmbito das iniciativas voltadas para os homens implicam, predominantemente, em medicalização. Discute-se o quanto uma concepção normativa de gênero pode atuar como dispositivo de controle dos corpos masculinos, reforçando, inclusive, a perspectiva de uma suposta masculinidade hegemônica.

Nascimento e Carrara (2012), discutindo o campo da saúde dedicado à intervenção sobre homens, apontam a diversidade de nomenclaturas para tratar dos homens na saúde como uma

sinalização da complexidade desse assunto: saúde masculina, saúde dos homens, política de atenção integral em saúde para homens, política de saúde do homem, são alguns dos termos citados pelos autores que, diante disso, apontam para algumas perguntas que emergem nesse cenário tais como:

De que homem se fala, para que contingente de homens as políticas de saúde se destinam, que articulações existem entre políticas voltadas para homens e outras políticas no campo da saúde, qual o lugar dos homens na saúde, que discursos são produzidos a partir da inauguração de uma política de saúde para homens? (NASCIMENTO; CARRARA, 2012, p.2583).

Os autores sinalizam que as políticas públicas parecem apontar para um dispositivo que, de certa forma, se assemelha ao biopoder, destacando que as iniciativas desse campo, muitas vezes, se restringem a ações relacionadas à reprodução (sobretudo com foco nos procedimentos de vasectomia) e à saúde do trabalhador.

Já Pinheiro et al (2012), na direção dos estudos sobre a relação entre a construção social das masculinidades e o processo saúde-adoecimento-cuidado, apresentam depoimentos de homens, usuários de serviços da Atenção Primária à Saúde (APS), sobre as construções identitárias e a relação que essas mantêm com questões como o reconhecimento de problemas de saúde e a procura por cuidado.

Moreira e Lopez (2013) analisam a proposição das Políticas Nacionais de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens e do Homem (PNAISAJ e PNAISH) como instituidoras de uma nova compreensão para a atenção integral à saúde destas populações, além de investigarem como a perspectiva relacional de gênero e a masculinidade foram consideradas em cada política.

Embora haja pesquisas que colocam em discussão enfoques predominantemente biologicizantes e pouco articulados com aspectos sociais e as emergências das singularidades, entendemos ser necessário reforçar a importância de que as iniciativas no campo da saúde e das políticas públicas estejam mais atentas à maneira como afetam as produções de subjetividade, ao partirem de concepções estereotipadas e cristalizadas de homens e os diferentes percursos de construção de masculinidades.

3. Trabalho

Acredito que a categoria trabalho mereça um destaque, já que escolhi um campo de atuação profissional como ponto de partida para discussão das vivências de masculinidade. Nesse grupo, foram identificados seis textos, seja abordando a dimensão de gênero de maneira mais abrangente ou, mais especificamente, as masculinidades. Eccel e Grisci (2011) sinalizam que, embora os sujeitos masculinos do trabalho sejam amplamente estudados, é importante considerá-los a partir da perspectiva de gênero e não apenas como sujeitos-padrão do trabalho, norma da qual as mulheres se distanciam.

Essa pesquisa se propõe a ter olhar sobre as relações de poder e hierarquização entre as masculinidades, e não apenas a dominação do masculino sobre o feminino. Nesse sentido, por exemplo, identifica-se a homossexualidade como algo que emerge como ameaçador e humilhante no discurso dos participantes da pesquisa. Segundo eles, trata-se de uma masculinidade subordinada em termos de legitimação social.

As autoras destacam ainda que nos ambientes organizacionais as discriminações são vivenciadas com frequência, chegando, por vezes, ao assédio moral. Elas ainda ressaltam que os significados de gênero são sempre culturalmente construídos, não sendo possível considerar sujeitos masculinos e femininos universalmente.

Considerando ambientes predominantemente masculinos, Sarate et al (2013) desenvolvem uma pesquisa em uma fábrica de cristais e em uma empresa de armazenamento e comercialização de frutas. O objetivo foi analisar como as noções de feminilidade e masculinidade afetam a organização do trabalho nessas organizações. Identificaram que, embora exista a divisão sexual do trabalho e as atividades que são desenvolvidas apenas por homens ou por mulheres – caracterizando "trabalho de homens" e "trabalho de mulheres" –, tais atividades não separam as características que são entendidas como inerentes à feminilidade e à masculinidade, cujas construções estão em quem desenvolve o trabalho.

Outro ambiente de trabalho particularmente habitado por homens é o manguezal, onde se realiza a coleta de caranguejo. Silveira e Souza (2014) desenvolveram uma pesquisa que propôs a discussão das relações entre imaginário, trabalho e sexualidade, a partir das atividades dos coletores de caranguejo que vivem na região bragantina, no chamado Salgado Paraense. A partir de uma figura mítica que habita os manguezais, discutem-se as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo, considerando especificamente os homens. Neste texto, apresentam a possibilidade de que essa figura imaginária seja capaz de transfigurar a história dos disciplinamentos corporais, subvertendo-a pela força desse mito.

Ainda nesse sentido, Lacoste (2015) trata dos serviços de uma obra, ambiente também tradicionalmente ocupado por homens. Ele analisa a relação entre as representações de risco ocupacional que prevalecem entre os paraguaios trabalhadores do setor da construção de área metropolitana de Buenos Aires e o processo de exploração do seu trabalho. O autor ainda aponta que os discursos e práticas que os trabalhadores sustentam sobre os riscos envolvidos no trabalho nas obras são ancoradas em representações mais amplas de masculinidade e de classe, resultando em construções que são funcionais para o processo de produção. A partir de dados etnográficos, nota-se que essas perspectivas podem explicar as altas taxas de acidentes e informalidade que caracterizam esse setor.

O porto ferroviário também é um ambiente tradicionalmente ocupado por homens. E Costa et al (2015) desenvolveram uma pesquisa para conhecer e analisar a visão dos trabalhadores da estiva sobre a saúde e o trabalho no Porto Seco Ferroviário, do Município de Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul. Identificaram que, na perspectiva dos trabalhadores, o trabalho na estiva se distingue tanto por ser muito árduo e intenso, quanto pelo sentido de satisfação no tocante ao aspecto colaborativo e coletivo do trabalho, enfatizando essa dimensão do trabalho.

E, concluindo essa categoria sobre trabalho, identificamos um artigo que trata das atuações de homens em uma atividade tradicionalmente conduzida por mulheres, o secretariado. Nesse sentido, Bernardino e Nunes (2013) propõem uma reflexão sobre a pouca atuação masculina nessa área, analisando a linguagem como ferramenta para a construção de ideias e concepções para servir a determinado propósito. Os autores destacam que, embora haja a concepção social de que os homens contam com maior capacidade para trabalhar no campo das engenharias, medicina, ciências políticas etc, há algumas perspectivas dos estudos de gênero que podem ser consideradas como ferramentas para colocarem em questão esses "rótulos".

4. Violência

Nesse campo, novamente o conceito de masculinidade hegemônica pode ficar associado à virilidade, à atividade e, de certa forma, ao exercício da violência que, muito frequentemente, é direcionada à mulher.

Dentre as produções relacionadas, Oliveira e Gomes (2011) analisaram qualitativamente 54 textos brasileiros sobre homens e violência conjugal relacionados à pesquisas ou intervenções, reforçando a importância da valorização da singularidade dos casos. Destaca-se, dentre outros aspectos, o momento em que o termo “violência contra a mulher” torna-se sinônimo de “violência conjugal”, o que, segundo Grossi (2006), acontece a partir dos anos 80. Mas, segundo, os autores, apenas dez anos depois surgem ações direcionadas ao público masculino, promovidas por organizações não governamentais. A partir daí, traça-se um panorama tanto das ações implementadas no cenário político-social, quanto daquelas iniciativas disparadas no meio acadêmico, sem, é claro, presumir que essas duas esferas seguem isoladas em suas práticas.

Barcellos e Beatriz (2013) escrevem sobre uma pesquisa realizada em 22 programas de atendimento a homens autores de violência contra mulheres, em seis países ibero-americanos, destacando a violência como algo inscrito no sistema sexo/gênero. As autoras reforçam a possibilidade de se desmitificar o autor da violência.

Ainda no campo das produções sobre violência, há alguns artigos que abordam predominantemente questões ligadas ao âmbito penal/jurídico. Carnassale (2012) desenvolveu um estudo em sua tese com o objetivo de analisar a percepção dos profissionais de saúde e dos usuários do SUS sobre a violência de gênero e a notificação compulsória de violência contra a mulher no conjunto das ações de enfrentamento, identificando uma visão conservadora acerca da construção da masculinidade e feminilidade por parte de alguns profissionais que atuam nessa rede de atenção. Já Freitas (2013) desenvolve uma análise linguístico-discursiva de dois textos judiciais que compunham um processo penal enquadrado na Lei Maria da Penha – um pedido de reconsideração de um promotor para um juiz e a decisão do juiz em resposta ao promotor. Visando observar a relação entre um fenômeno social como a violência doméstica contra a mulher e alguns fundamentos básicos que orientam os trâmites jurídicos, os resultados obtidos discutem, a partir de uma perspectiva crítica, fundamentos básicos que orientam essa cultura jurídica, tais como a igualdade de direitos, o consenso, a objetividade, a neutralidade e a transparência.

Conforme apontam diversos autores, como Barker (2015), por exemplo, vincular violência e masculinidades é quase óbvio. Ao mesmo tempo que são os principais autores de violência física e sexual contra mulheres, eles são também os principais autores e vítimas de homicídios. Assim, ao tratarmos de masculinidades, abordar o tema violência é quase inevitável, além de necessário, principalmente se considerarmos abordagens menos essencialistas e que permitam outros percursos para discussão do tema, para além das abordagens mais tradicionais, particularmente no que se refere às ações direcionadas aos próprios homens.

5. Educação

Agrupamos, nesta categoria, sete produções que se referem a essa perspectiva de diferentes gerações, considerando, também, temas relacionados à crianças, jovens e pessoas idosas.

Barker (2015), que trata especificamente sobre a questão da violência e sua ligação com meninos e homens, aponta o quanto parece haver algo relativo à maneira pela qual os meninos são sociali-

zados. Mas, para além da questão da violência, nos primeiros anos de vida, especialmente no que se refere aos diversos elementos e instituições de inserção social das crianças, tais como as brincadeiras, as histórias, a escola parece ser bem relevante no processo de construção das diferentes masculinidades. E é com frequência que são apresentadas a elas perspectivas enviesadas e estereotipadas de gênero, contribuindo para o fortalecimento de posições naturalizadas e que não favorecem a equidade nesse campo. Dessa forma, olhar para as crianças e o processo de desenvolvimento e inserção social pode oferecer pistas sobre o percurso de construção das experiências no campo do gênero. Assim, com relação às crianças, Xavier Filha (2011), por exemplo, discute as representações de gênero no contexto dos contos de fada a partir de pesquisa-ação realizada com crianças em uma escola pública em Campo Grande. A autora analisa como crianças constroem essas representações a partir das descrições física e comportamental de princesas e príncipes de contos de fadas clássicos.

Carrito e Araújo (2011) tratam sobre o abandono e o fracasso escolar, presentes, principalmente, em famílias mais pobres. As autoras apontam que os níveis diferentes de desempenho para meninos e meninas trazem, para o espaço escolar, a masculinidade como categoria de análise. Elas buscam explorar o entendimento das masculinidades no campo educativo, considerando que esse ambiente é marcado por relações de poder e pouco problematizador dessas questões de gênero. As autoras propõem perguntas como: “Qual o papel da escola na formação e afirmação de diferentes formas de ser e de se construir como rapaz?” ou ainda “Que rapazes estão a ter insucesso e qual a reação estabelecida entre a desafetação escolar e a afirmação de uma masculinidade tradicional assente em valores de virilidade e afirmação?”. Já Silva (2012) elaborou uma pesquisa desenvolvida em uma escola pública da Grande Porto Alegre, onde buscou analisar a relação entre a construção das masculinidades e um *gap* que se observa na educação entre o desempenho escolar masculino e o feminino. O autor observou que, nesse processo, considerando a masculinidade hegemônica como referencial para essas construções, esse distanciamento vai conduzindo os meninos a se posicionarem de forma inferior às meninas.

Wenetz (2012) buscou mapear e problematizar as diferentes representações presentes na construção das brincadeiras e dos brinquedos de grupos de crianças do ensino fundamental, observando como o gênero atravessa/institui as ações e os discursos. A autora identificou que, durante os recreios, as crianças ocupam diversos espaços segundo o gênero, a geração e os interesses, delineando uma geografia de gênero que parece, novamente, marcada por alguns estereótipos.

Ainda sobre crianças, mas voltando-se à dimensão das feminilidades, Bueno (2012), a partir de uma etnografia comparativa com crianças de três escolas no interior de São Paulo, buscou analisar de que forma as Princesas Disney influenciam o cotidiano de crianças e se tornam alguns dos referenciais para a construção da feminilidade entre elas, evidenciando que a dimensão do gênero se aprende também brincando. E Carrito (2014) discute o condicionamento do percurso escolar dos jovens em função da construção social da masculinidade, destacando, ainda, a tensão entre sustentar uma masculinidade hegemônica, mesmo no contexto do melhor desempenho acadêmico das mulheres.

6. Homossexualidade/Transexualidade

As buscas referentes a masculinidades fizeram aparecer textos sobre homossexualidade e transexualidade que estão juntos nesta sessão. Faz-se necessário observar, pela quantidade de textos inicialmente identificada com esses termos, que a palavra masculinidade(s) não costuma ser utilizada nas pesquisas sobre homossexualidade ou transexualidade.

Lopes (2011), a partir do referencial teórico dos Estudos de Gênero, desde uma perspecti-

va feminista e pós-estruturalista, analisa o enunciado que articula a masculinidade homossexual a comportamentos efeminados. O autor aponta que é a abjeção a tais comportamentos que servirá de base para a construção do que se entende ser o homem gay discreto, marcadamente masculinizado. O estudo é desenvolvido a partir da análise dos textos publicados na Revista Rose, a primeira revista gay editada no Brasil, entre o final da década de 70 e início da década de 80.

Reis (2013) discorre em sua dissertação sobre o consumo, construção do corpo e a identidade de pessoas que adotam ou se identificam com a identidade gay, utilizando a noção de “gay-cidade”, percebida como uma experiência social que se difere da chamada homossexualidade. Já Miskolci (2013) desenvolve uma etnografia com homens que se apresentam como Macho ou Brother em salas de bate-papo dirigidas a um público gay e bissexual da cidade de São Paulo, buscando compreender as normas de sexualidade e o gênero desses homens que se apresentam e buscam parceiros que se descrevem como “discretos” e “fora do meio gay”.

Silva (2014), também a partir de um estudo referente a um determinado tempo histórico, aborda a volta da discussão sobre homossexualidade, construção da masculinidade e futebol a partir da divulgação na imprensa de um “selinho” entre um jogador de futebol e seu empresário. Já Camargo (2014), a partir de uma etnografia multissituada, elabora considerações antropológicas sobre a erotização de espaços com foco principal em vestiários esportivos de competições internacionais LGBT. O autor discorre sobre distanciamentos e aproximações entre banheiros e vestiários masculinos como locais em que o olhar é interdito, buscando compreender (especialmente no espaço do vestiário) as lógicas dos códigos sexuais e de gênero.

Outro tema relevante que emerge ainda no campo da homossexualidade é a homoparentalidade. Santos et al (2013) desenvolveram uma revisão da produção científica sobre o tema no período de 2000 a 2011, localizando 12 artigos e destacando a necessidade de que outras abordagens teóricas sejam acionadas para que se possa compreender o contexto desenvolvimental das famílias e casais de mesmo sexo com crianças em um cenário social em permanente transformação.

Duas das produções localizadas a partir do termo masculinidade tratam mais especificamente sobre Transexualidade. Bento (2012) desenvolve um artigo com o objetivo de apontar como um determinado conceito de gênero pode visibilizar ou invisibilizar múltiplas expressões de gênero, a exemplo das identidades trans (transexuais, travestis, *cross dress*, *drag queen*, *drag king*, transgêneros), contribuindo, assim, para sua patologização. E Almeida (2012) discute a categoria de homem trans, a qual se constrói diferenciando-se da identidade lésbica e também de expressões de gênero de outras pessoas que tiveram seus corpos definidos como femininos ao nascimento, mas que contestam essa designação, embora não se afirmem homens de forma constante. O autor discute o uso do termo “homem trans” e algumas características comuns a essas pessoas, além de problematizar a complexidade dos processos de autorreconhecimento e construção de masculinidades e ainda os efeitos políticos e subjetivos da visibilidade e da indiferenciação.

7. Mulheres, femininos e feminismos

Embora a busca das pesquisas tenha sido feita a partir dos termos construção de masculinidade/s, quatro produções referem-se mais diretamente a mulheres. E, de fato, pretendemos considerar a perspectiva de que masculinidades não estão necessariamente coladas a homens, conforme Costa (2002) já havia apontado:

Compreendo que os estudos sobre masculinidades são instigantes na medida em que incorporam uma perspectiva relacional de gênero. O que não impede que estudos possam ser feitos somente com homens uma vez que, nessa perspectiva, é a análise das mediações entre masculino e feminino que informa a investigação. (COSTA, 2002, p. 213).

Moura et al (2013) seguem outro percurso e tratam dos contextos de guerra e das estratégias violentas de grupos armados que passam pelo controle das masculinidades e feminilidades. Enquanto Cardoso (2014) explora o pensamento de Lelia Gonzalez, intelectual negra brasileira, defensora de um feminismo afrolatinoamericano, relacionado à recuperação dos processos de resistência e insurgência aos poderes estabelecidos.

Vale ainda destacar que, em nosso campo de pesquisa, de entrevistas basicamente com homens frentistas de postos de gasolina, donos e gerentes, o tema das mulheres foi sempre muito presente. As mulheres apareceram ali nos postos, em seus próprios corpos, e, também, em muitos discursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a condução da pesquisa, chama-nos a atenção o quanto uma perspectiva naturalizada de uma única masculinidade atravessa várias das dimensões abordadas nessas pesquisas. Embora o próprio conceito de masculinidade hegemônica já tenha sido revisitado e discutido por Connel (2013), esses traços parecem entrar em cena quando, por exemplo, dentre as pesquisas que trataram sobre saúde, são identificadas políticas públicas e profissionais das redes de atendimento com olhares enviesados, com concepções restritivas de masculinidade, que pressupõem o homem heterossexual, identificado com a atividade e a virilidade. Nesse mesmo sentido, a associação da masculinidade à prática da violência também parece justificada por características que seriam naturalmente atribuídas ao homem. E, novamente, profissionais que trabalham com o atendimento de pessoas que sofrem com atos de violência ou mesmo com a abordagem dos próprios agressores também assumem essas mesmas perspectivas, marcando a interação com esses homens e restringindo suas possibilidades de deslocamento.

No contexto do trabalho, embora o homem pareça ser o sujeito padrão do contexto laborativo, nas produções encontradas, são apontados ambientes muito marcados pelo gênero, com atividade reconhecidamente característica de homens e mulheres com poucas possibilidades mais disruptivas.

Com os artigos que tratam sobre educação, percebemos que essas perspectivas restritas sobre masculinidade passam a ser engendradas desde a infância e por diferentes vias, passando pelas pessoas diretamente responsáveis pelo desenvolvimento das crianças e pela escola, que são atravessadas por elas e as reproduzem.

E os campos das vivências da sexualidade e das identidades de gênero parecem ser contextos em que essas marcas ficam ainda mais latentes: para o homem homossexual, por exemplo, há, com frequência, a orientação e a expectativa de que – uma vez não correspondendo ao padrão hegemônico masculino heterossexual – ele seja, ao menos, discreto.

Por fim, ainda que várias produções apontem para essa perspectiva de desconstrução do que seria uma única masculinidade esperada socialmente, há ainda muitas pesquisas que reforçam essas abordagens mais cristalizadas e naturalizantes. Várias delas apontam o quanto isso ainda acontece

nos mais diversos contextos e outras, em seus próprios percursos de produção, acabam reforçando essa perspectiva mais naturalizada de uma única masculinidade.

Assim, diante da análise crítica dos estudos e pesquisas encontrados sobre homens e masculinidades, talvez seja possível apontar a ausência de contradições, fissuras, rupturas, brechas, frestas, que nos permitam visualizar caminhos de transformação progressiva e efetiva. Logo, devemos apostar na necessidade de abrímos espaço para novas construções teóricas que resgatem o caráter plural, polissêmico, político e crítico das leituras feministas para pensar os homens e as masculinidades (Medrado e Lyra, 2008).

No campo específico de pesquisa que estamos propondo, dos postos de gasolina, a partir de nossos contatos com frentistas, gerentes de postos e pelas próprias experiências vivenciadas no contexto dos postos, fica nítida a necessidade de trazer essas discussões que impactam na atuação dos homens frentistas e também das mulheres que atuam nos postos. Como já colocado, trata-se de um ambiente muito marcado pelas questões de gênero, com atividades tradicionalmente vinculadas a homens (evidenciado inclusive pelo reduzido número de mulheres frentistas) e em torno de carros, máquinas, combustíveis, lubrificantes etc (elementos de um universo tipicamente associado aos homens).

Concluimos com uma citação de Azerêdo que, apresentada em 2010, se mostra ainda tão atual:

Teorizar sobre gênero implica encrenca pela enorme complexidade desse conceito e também porque a tendência é domesticá-lo, trazê-lo para a segurança da casa, do conhecido e, sobretudo, não esvaziar de mim, me posicionando, para possibilitar o encontro do eu com o outro, percebendo como são conectadas essas figuras do encontro. Em outras palavras, para se estudar efetivamente gênero é preciso considerar os processos de subjetivação que nos constituem e também levar em conta o político, e este parece que tem sido um ponto cego nas teorizações em psicologia. (AZERÊDO, 2010, p. 184).

Conforme a autora sinaliza, é necessário então continuarmos nesse percurso de discutir as multiplicidades do campo das performatividades de gênero, politizando-as, já que essa dimensão não está isolada, ela se inscreve a todo tempo, nos discursos e nas mais diversas produções subjetivas.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam; RIAL, Carmen. Uma trajetória acadêmica: entrevista com Raewyn Connell. *Revista Estudos Feministas*. Vol. 21, n. 1, p. 211-231, 2013.

ALMEIDA, Guilherme. Homens trans: novos matizes na aquarela das masculinidades?. *Revista Estudos Feministas*. Vol. 20, n.2, p. 513-524, 2012.

AZERÊDO, Sandra. Encrenca de gênero nas teorizações em psicologia. *Revista Estudo Feministas*. Vol. 18, n. 1, p.175-188, 2010.

BARCELLOS, Elsen; BEATRIZ, Wanda. Homens e mulheres: almas gêmeas?. *Revista Estudo Feministas*. Vol. 21, nº 2, p.740-744, 2013.

- BARKER, Gary. Male violence or patriarchal violence? *Sexualidad, Salud y Sociedad Revista Latinoamericana*, n. 22, pp.316-330, 2015.
- BENTO, Berenice. Sexualidade e experiências trans: do hospital a alcova. *Ciência & Saúde Coletiva*. Vol.17, nº 10, p. 2.655-2.665, 2012.
- BERNARDINO, Weidman Machado; NUNES, Warley Steffany. Análise dos gêneros na linguagem: a atuação e o preconceito contra os homens na área de secretariado executivo. *Revista de Gestão e Secretariado*. Vol. 4, nº 2, p. 48-72, 2013.
- BUENO, Michele Escoura. *Girando entre Princesas: performances e contornos de gênero em uma etnografia com crianças*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2012.
- CAMARGO, Wagner Xavier. Notas etnográficas sobre vestiários e erotização de espaços esportivos. *Revista Artemis*. Vol.17, p.61-76, 2014.
- CARDOSO, Claudia. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lelia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas*. Vol. 22, n. 3, p.965-987, 2014.
- CARNASSALE, Vania Denise. *Notificação de violência contra a mulher: conhecer para intervir na realidade*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo. Escola de Enfermagem, 2012.
- CARRITO, Maria Manuela Ribeiro. *A palavra aos jovens: a construção social das masculinidades e a desafetação escolar*. Tese de doutorado, Universidade do Porto, 2014.
- CARRITO, Maria Manuela; ARAÚJO, Helena. C. Insucesso e abandono escolar e a construção social da masculinidade. *Atas do XI da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Instituto Politécnico da Guarda. Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal*, 2011.
- CONNEL, Robert W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*. Vol. 21, n. 1, p.241-282, 2013.
- COSTA, Rosely. Mediando oposições: sobre as críticas aos estudos de masculinidades. *Gênero em matizes*. Org. Heloísa Buarque de Almeida; Rosely Gomes Costa; Martha Celia Ramires, Érica Renata de Souza, Bragança Paulista, 2002.
- COSTA, Valdeci; SOUZA, Katia Reis; TEIXEIRA, Liliane Reis; HEDLUND, Charles Jopar; FILHO, Luiz Antonio Fernandes; CARDOSO, Leticia Silveira. Saúde e trabalho na visão de trabalhadores da estiva do Porto Ferroviário no Rio Grande do Sul. *Ciência & Saúde Coletiva*. Abril de 2015. Vol. 20, n. 4, p. 1207-1227, 2015.
- ECCEL, Claudia Sirangelo; GRISCI, Carmem Ligia Iochins. Trabalho e gênero: a produção de masculinidades na perspectiva de homens e mulheres. *Cadernos EBAPE.BR*. Vol. 9, n. 1, p.57-78, 2011.
- FERNANDES, L. A. B. *Afinal, o que querem os homens?: um estudo da masculinidade*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho, 2011.
- FREITAS, Lucia. Análise crítica do discurso em dois textos penais sobre a Lei Maria da Penha. *Alfa: Revista de Linguística*. Vol. 57, n. 1, p.11-36, 2013.

GROSSI, Miriam Pilar; Minella LS; Losso JCM, or. *Gênero e violência, pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005)*. Florianópolis: Mulheres, 2006.

JESUS, Diego Santos Vieira. Bravos novos mundos: uma leitura pós-colonialista sobre masculinidades ocidentais. *Revista Estudos Feministas*. Vol. 19, n. 1, p.125-140, 2011.

LACOSTE, Alvaro Del Aguila. “El que no se la banca, mejor que se dedique a outra cosa”: riesgo, masculinidade y classe social entre trabajadores paraguayos em la indústria de la construcción del Área Metropolitana de Buenos Aires. *Runa: archivo para las ciencias del hombre*. Vol. 36, nº 1, p.51-72, 2015.

LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. *Masculinidades, diferenças, hegemonias*. Revista Estudos Feministas, Vol.21, n.1, p.233-241, 2013.

LOPES, C. R. R. S. *Seja gay... mas não se esqueça de ser discreto: produção de masculinidades homossexuais na Revista Rose*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. *Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades*, 2008.

MISKOLCI, Richard. Machos e Brothers: uma etnografia sobre o armário em relações homoeróticas masculinas criadas on-line. *Revista Estudos Feministas*. Janeiro de 2013. Vol. 21, n. 1, p. 301-325, 2013.

MOREIRA, Martha Cristina Nunes; LOPEZ, Silvia Brãna. Políticas Nacionais de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes Jovens e à Saúde do Homem: interlocuções políticas e masculinidade. *Ciência & Saúde Coletiva*. Vol. 18, n. 3, p.743-752, 2013.

MOURA, Tatiana; ROQUE, Silvia; GARRAIO, Julia. Mulheres e guerras: representações e estratégias. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Vol. 96, p. 5-8, 2013.

NASCIMENTO, Marcos; CARRARA, Sergio. Sobre Homens, saúde e políticas públicas: a equidade de gênero em questão. *Ciência & Saúde Coletiva*. Outubro de 2012. Vol. 17, nº 10, 2012.

OLIVEIRA, Kátia Lenz Cesar de; GOMES, Romeu. Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros. *Ciência & Saúde Coletiva*. Vol. 16, nº 5, p. 2.401-2.413, 2011.

PINHEIRO, Thiago. F.; COUTO, Marcia T; SILVA, Geórgia S. Nogueira da. 2012. Homens e cuidado: construções da masculinidade na saúde pública brasileira. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*. Vol. 2, nº 2, p. 177-195, 2012.

REIS, D. N. M. *Homens distintos: consumo, construção do corpo e identidade gay viril*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2013.

SARATE, João Alberto; JOB, Janos; PICCININI, Valmira Carolina; ULLRICH, Danielle Regina. Femenidad y Masculinidad en la Organización Del Trabajo. *Invenio: Revista de investigación académica*. Vol. 30, p.111-126, 2013.

SILVEIRA, Flacio Leonel Abreu da; SOUZA, Camilla da Silva. Imaginário, trabalho e sexualidade entre os coletores de caranguejo do Salgado Paraense. *Revista Estudos Feministas*. Vol. 22, nº 3, p. 755-781, 2014.

VILELLA, Wilza Vieira; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Gênero, uma categoria útil (para orientar políticas)? *Ciência & Saúde Coletiva*. Vol. 17, n. 10, 2012.

SANTOS, Yurín Garcêz de Souza; SANTOS, Manoel Antônio; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Homoparentalidade masculina: revisando a produção científica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Vol. 26, n° 3, p. 572-582, 2013.

SILVA, L. F. da S. *Mind the gap: processos de construção e manutenção das masculinidades e distanciamentos no desempenho escolar de meninos e meninas*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

SILVA, Kelvin Emmanuel Pereira da. Da Coligay ao Sheik: (re)produção da homossexualidade no espaço de masculinidades: uma análise de discursos no campo futebolístico. *Oficina do Historiador*. Vol. 7 (supl), p. 1.956-1.970, 2014.

WENETZ, I. S. *Presentes na escola e ausentes na rua: brincadeiras de crianças marcadas pelo gênero e pela sexualidade*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

XAVIER FILHA, C. Era uma vez uma princesa e um príncipe. Representações de gênero nas narrativas de crianças. *Revista Estudos Feministas*. Vol.19, n. 2, p.591-603, 2011.

Saúde Mental e Masculinidades: uma incursão no campo da atenção básica

Salud Mental y Masculinidades: una incursión en el campo de la atención básica

Mental Health and Masculinity: a raised field in the field of basic attention

Lucivaldo da Silva Araújo

Ingrid Bergma da Silva Oliveira

Samantha Hanna Seabra Castilho Simões

Adriano Prazeres de Miranda

Resumo: A Atenção Básica (AB), reconhecida porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), enfrenta importantes desafios cotidianos, dentre eles, a invisibilidade das questões de gênero e seus impactos na atenção integral. Neste artigo, propomos refletir sobre conexões entre gênero e saúde mental, especialmente acerca do enfoque da AB à saúde mental de homens, no intento de discutir aspectos que relacionam a ideia de gênero – enquanto construção histórica, psicossocial e cultural – às diferentes expressões da saúde mental e das masculinidades. A inclusão dos homens no contexto assistencial da saúde mental é uma questão a ser aprofundada e, produzir saúde nessa perspectiva, solicita a valorização do acolhimento, coresponsabilidade, resolutividade e autonomia, tecendo um agir cúmplice e compartilhado dos profissionais com a vida individual e coletiva dos usuários dos serviços.

Palavras-chave: Saúde Mental. Masculinidade. Atenção Básica.

Resumen: La Atención Básica (AB), reconocida puerta de entrada del Sistema Único de Salud (SUS), enfrenta importantes desafíos cotidianos, entre ellos, la invisibilidad de las cuestiones de género y sus impactos en la atención integral. En este artículo, proponemos reflexionar sobre conexiones entre género y salud mental, especialmente acerca del enfoque de la AB a la salud mental de hombres, en el intento de discutir aspectos que relacionan la idea de género, en cuanto construcción histórica, psicossocial y cultural, a las diferentes expresiones de la salud mental y de las masculinidades. La inclusión de los hombres en el contexto asistencial de la salud mental es una cuestión a ser profundizada y, producir salud en esa perspectiva, solicita la valorización de la acogida, coresponsabilidad, resolutividad y autonomía, tejiendo un actuar cómplice y compartido de los profesionales con la vida individual y colectiva de los usuarios de los servicios.

Palabras clave: Salud Mental. La Masculinidad. Atención Básica.

Abstract: The Primary Care, recognized entrance door of the Unified Health System (Sistema Único de Saúde - SUS), faces important daily challenges, among them, the invisibility of gender issues and their impacts on integral care. This article proposes to reflect on the connections between gender and mental health, especially concerning the Primary Care approach to men's mental health, intending to discuss aspects that relate the idea of gender, as a historical, psychosocial and cultural construction, to the different expressions of mental health and masculinities. The inclusion of men in the mental health care context is an issue to be explored and, producing health in this perspective calls for the valorization of care, coresponsibility, resoluteness and autonomy, weaving a complicit and shared action of the professionals with the individual and collective life of the services users.

Keywords: Mental Health. Masculinity. Primary Care.

Lucivaldo da Silva Araújo – Doutor em Psicologia Clínica, Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP/UFPA) e do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade do Estado do Pará (DETO/UEPA). E-mail: lucivaldoaraujo@uepa.br

Ingrid Bergma da Silva Oliveira – Doutora em Psicologia, Docente do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade do Estado do Pará (DETO/UEPA). E-mail: luabergma@yahoo.com.br

Samantha Hanna Seabra Castilho Simões – Terapeuta Ocupacional, Especialista em Saúde Mental e Mestranda no Programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará (PPGP/UFPA). E-mail: samantha_castilho92@hotmail.com

Adriano Prazeres de Miranda – Acadêmico do 8º semestre do curso de Terapia Ocupacional da Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: adriano.prazeres1233@gmail.com

INTRODUÇÃO

Apesar dos estudos de gênero terem surgido em um cenário em que se buscava a desnaturalização da condição da mulher na sociedade, empreitada alavancada pelos estudos feministas do final da década de 60, nas últimas três décadas tem-se observado um maior interesse sobre os homens e a construção social das masculinidades (FIGUEIREDO, 2008; SILVA, 2000). Essa tendência transpõe um modo de pensar o gênero masculino a partir de uma possível determinação biológica, em direção a uma abordagem que considera as diferenças culturais e os modos específicos de caracterizar homens e mulheres, “fazendo dialogar diferentes campos disciplinares em busca de uma compreensão cada vez maior dos universos de gênero e instigando a pensar em uma vida mais saudável de homens e mulheres, construída a partir da superação de modelos excludentes, monolíticos e redutores que regem o masculino e o feminino” (GOMES, 2008, p. 71).

Trata-se de uma abordagem que considera não uma, mas múltiplas masculinidades. Esse cenário nos aproxima de um horizonte no qual as masculinidades representam “um conjunto de atributos, valores, funções e condutas que se espera que um homem tenha em determinada cultura. Esses atributos se diferenciam ao longo do tempo e especificamente, nas classes e nos seguimentos sociais” (idem, p. 70). Trata-se, portanto, de uma elaboração simbólica que distingue sexo e gênero.

Sobre essa questão, Vilella e Arilha (2003, p.115) afirmam que:

Enquanto seres sexuados, percebemo-nos e situamo-nos no mundo como mulheres ou como homens. Tal percepção, embora tome como base a anatomia corporal visível, é mais prescritiva do que descritiva, pois o que é captado da corporeidade não é apenas “tenho uma vagina” ou “tenho um pênis”, e sim, “devo ser, sentir e me comportar deste ou daquele modo”. O gênero constitui o modo como nos relacionamos com nós próprios e com o outro.

O termo “Masculinidade” surgiu no final do século XVIII para explicitar critérios de diferenciação entre os sexos. No entanto, as definições sobre esse conceito têm se mostrado insuficientes diante da tentativa de sua circunscrição, requerendo um debate amplo que envolva características históricas, culturais, simbólicas e de relações de poder (OLIVEIRA, 2004).

Torna-se, então, fundamental estabelecer um debate a partir da ideia de que os homens são diversos e as masculinidades, como expressão da identidade dos homens, são plurais. Assim, a construção social das masculinidades mantém com os processos de saúde-adoecimento uma relação intrínseca, fazendo emergir a temática de gênero no campo da saúde do homem (FIGUEIREDO, 2008).

Neste artigo enfocaremos a saúde mental dos homens, campo de interesse que nos coloca diante de desafios cuja complexidade pode ser melhor compreendida quando relacionada com os modos de ser masculino no ambiente social, orientados pelos referenciais simbólicos das masculinidades. Propomos refletir sobre conexões entre gênero e saúde mental, mais especificamente acerca do enfoque da Atenção Básica (AB) à saúde mental de homens, no intento de discutir aspectos que relacionam a ideia de gênero – enquanto construção histórica, psicossocial e cultural – às diferentes expressões da saúde mental e das masculinidades.

Não se trata de um recorte do conjunto de desafios que se colocam todos os dias diante da realidade do Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro, mas de um olhar focal sobre questões que

compartilham de estigmas e preconceitos, muitas vezes baseados em concepções estereotipadas, forjadas no interior de sistemas sociais em que o “louco”, juntamente com algumas expressões de gênero masculino consideradas desviantes, ocupam o mesmo espaço no imaginário dessas sociedades. Esse lugar, geralmente relacionado à exclusão e ao distanciamento, impõe desafios à Rede de Atenção Psicossocial em Saúde Mental-RAPS no que tange à visibilidade, à problematização de temáticas relacionadas e à superação das barreiras individuais e coletivas, sociais e institucionais, no sentido do acesso e da promoção da saúde de homens em sofrimento psíquico.

1. Saúde mental em foco

Ao longo da história humana, nem sempre a saúde mental foi objeto de interesse múltiplo como ocorre na contemporaneidade. As desordens nesse campo, durante um período histórico significativo, foram evitadas, motivaram medo, exclusão e, por vezes, foram acompanhadas de medidas cerceadoras e profiláticas que marcaram a intergeracionalidade de muitas famílias (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2013).

À história e sofrimento das pessoas cuja saúde mental era questionável, somaram-se conceitos e preconceitos de sociedades, cuja postura diante do adoecimento mental determinava, em grande parte, as formas de tratamento dispendidas. A abordagem dessas questões se constitui em tarefa complexa ainda hoje, pois, atrelada a uma história acentuada pela segregação e exclusão social, perspectivas diferenciadas sobre as necessidades de quem enfrenta um sofrimento psíquico, atualizam concepções profissionais diferenciadas sobre o modelo assistencial (ARAÚJO, 2018).

A designação atribuída a quem demanda atendimento nessa área, por exemplo, tem acompanhado a dinâmica dos diferentes olhares sobre a saúde mental das pessoas. Assim, tem contemplado as mais diversas nomenclaturas na tentativa de capturar um conceito para designar aqueles que, por motivos diversos e não conhecidos, têm afetados os seus comportamentos, emoções, capacidade expressiva, capacidade laboral e de interação social, pensamento, juízo crítico e orientação no tempo e espaço, em maior ou menor escala, dependendo do caso.

Mas não estamos certos de que essa descrição consiga apreender todos os tons de um estado existencial humano que caracteriza aqueles que já foram chamados de possessos, loucos, doentes mentais ou, mais recentemente, de pessoas portadores de transtorno mental e ainda pessoas em sofrimento mental ou psíquico (SANTIN; KLAFKE, 2011). Apesar de alguns autores estabelecerem distinções entre os termos, neste texto faremos uso indistinto de sofrimento mental ou psíquico e transtorno mental para nos referirmos a esta condição clínica.

Félix Guattari, filósofo francês, ao ser questionado sobre o que considerava como doença mental – nomenclatura usada na época –, disse que ela não poderia ser definida sob um único aspecto, uma vez que envolve dimensões pessoais, econômicas, sexuais, conjugais, familiares, de trabalho, personalidade, modo de vida, de ordem moral, estética e religiosa. Ela é, portanto, alguma coisa que se agencia no conjunto desses níveis, mesmo que só o que apareça seja um sintoma no corpo (GUATTARI; ROLNIK, 2005).

Deve-se, por conseguinte, estar atento para a tendência contemporânea do “enquadre” diagnóstico, na qual homens e mulheres têm suas subjetividades associadas a determinados rótulos que lhes são atribuídos no contexto das relações sociais e de cuidado. Isso significa dizer que homens e mulheres não podem ser pensados somente enquanto gay, lésbica, bissexual, heterossexual, travesti ou transexual, já que também podem ser negros(as), pardos(as), indígenas,

jovens, idosos(as), entre tantas outras combinações possíveis dos atributos gênero, raça/cor, classe social e idade (MELO et al., 2011).

Eis porque é preferível designar uma pessoa como “alcoólista”¹, “em sofrimento mental”, e saber que ela é, ao mesmo tempo, muitas outras coisas, inclusive alguém que pode deixar a condição de dependente de álcool e outras drogas ou depressivo etc. Isto contribui para que essas pessoas não sejam reduzidas a uma única condição e sintam-se acolhidas em suas necessidades individuais.

Contextos sociais e culturais, que em diversas épocas se mostram incapazes de compreender a diversidade e a singularidade enquanto marcas substanciais à existência humana, corroboraram por muito tempo para o entendimento do sofrimento mental enquanto afetação espiritual, castigo, benesse divina ou fraqueza mental, dentre outros (FOUCAULT, 1978). Essa visão de mundo, quando predominante nos contextos sócio assistenciais em saúde, também acaba por afastar homens, em suas diversas expressões de masculinidade, quando procuram auxílio no momento inicial de suas queixas, ocasionando, muitas vezes, a chegada desses indivíduos nos serviços especializados, no momento em que os problemas se acentuam ou quando acontece uma crise².

Felizmente, é crescente o número de iniciativas que contemplam as múltiplas dimensões envolvidas na produção/configuração da saúde e do sofrimento mental. Nessa perspectiva, vale destacar que as formas de atuação profissional vêm sofrendo alterações gradativas ao longo das últimas duas décadas, propondo um cuidado humanizado, acolhedor e integral, considerando a idiossincrasia daqueles que apresentam alguma demanda no campo da saúde mental.

Ao se refletir acerca da conjuntura política e paradigmática contemporânea que alimenta as deliberações acerca da assistência em saúde mental no Brasil, é possível identificar importantes avanços que, desde 2001, impulsionados pela Lei nº 10.216, redirecionam o modelo de assistência a pessoas em sofrimento mental (BRASIL, 2001). No entanto, há de se destacar, também, evidentes retrocessos nessa área, a exemplo da Portaria 3.588/2017 (BRASIL, 2017), que inclui Hospitais Psiquiátricos como dispositivos da RAPS, ação destoante dos avanços conquistados ao longo dos anos com a Política Nacional de Saúde Mental – PNSM, visto que propõem a reinserção de um espaço que não considera a pessoa em seu contexto, em sua comunidade, mas sim a aborda sob uma lógica de reclusão, manicomialista.

Ratificando esta contradição, o Ministério Público Federal (BRASIL, 2017) lançou uma nota em setembro de 2017 comentando alguns apontamentos sobre a RAPS, concluindo que, apenas através da extinção dos hospitais psiquiátricos, da garantia do atendimento na rede hospitalar e da expansão da rede extrahospitalar (destacando os Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, Serviços Residenciais Terapêuticos - RTs e Unidades de Acolhimento - UA) será possível garantir os direitos previstos às pessoas em sofrimento mental.

Nesse contexto, os últimos vinte anos, marcados por uma assistência psiquiátrica que sempre se colocou na linha de frente das ações que tangem à atenção dispensada a esses sujeitos e que já foi fortemente marcada pela ênfase na segregação, isolamento e estigmatização, parece dar

¹ No caso das denominações “alcoólatra” e “alcoólista”, a primeira confere uma identidade e impõe um estigma, tornando o sujeito tão somente aquilo. A segunda, todavia, não reduz a pessoa a uma condição, como a de “alcoólatra”, mas a identifica como alguém com afinidade com algo, não se reduzindo a isso (ANDRADE; ESPINHEIRA, 2009).

² Termo comumente referido como surto, desequilíbrio transitório ou agudização de sintomas psiquiátricos. De certa forma, é uma exacerbação sintomática, mas não deve ser reduzida a isto, uma vez que tem potencial transformador (FERIGATO; CAMPOS; BALLARIN, 2007).

sinais de novos contornos, na medida em que se vê inserida numa circularidade psicossocial de atenção que favorece a descentralização do cuidado, com enfoque para atuações intersetoriais, interdisciplinares e transversalistas.

Diante do quadro de mudanças favoráveis às demandas em saúde mental no que se refere às políticas públicas e, portanto, às ações desenvolvidas no bojo da AB, enfocamos particularidades da assistência à saúde mental dos homens, em diálogo com a PNSM, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem - PNAISH e a Política Nacional de AB-PNAB, percorrendo o caminho proposto por vários pesquisadores deste campo de estudo (HIRDES, 2009; DRUMMOND JUNIOR, 2009; SILVEIRA, 2009; SILVEIRA, VIEIRA, 2009; ALBUQUERQUE, 2012).

2. Implicações das questões de gênero no campo da saúde mental

Sob uma perspectiva de gênero, sempre é importante lembrar que feminino não é igual à mulher e masculino não é igual a homem. A ideia de feminino e de masculino são duas funções do mundo que não se aplicam apenas aos seres humanos. Não quer dizer que uma seja mais forte que a outra ou que devam estabelecer entre si uma relação pré-determinada de poder, mas, tão somente, que são dois tipos distintos de força. Ocorre que, socialmente e historicamente, pautado em um pensamento dominante ou hegemônico de masculinidade (branca, heterossexual, economicamente favorecida) (MEDRADO et al., 2010), tudo aquilo que é considerado “sombra” dessas forças, como passividade, sensibilidade, cuidado etc., foi associado ao feminino, e tudo que seria considerado “ativo” dessas forças, foi colocado no masculino, como o reconhecimento de agente provedor do lar e de invulnerabilidade (PIMENTEL, 2011; GROSSI, 2004).

Em virtude desses “qualificantes” estarem disponíveis e serem utilizados tanto por homens quanto por mulheres nas relações cotidianas, não é possível pensar feminino como sinônimo de mulher e masculino como sinônimo de homem. Deste modo, falamos em masculinidades e feminilidades. Nesse sentido, algumas concepções de gênero apontam para construções de masculinidades em consonância com condutas que se opõem ao cuidado à saúde dos homens, reforçando a tese de que o cuidar, e por extensão o cuidar-de-si, seja uma prerrogativa do feminino, uma “coisa de mulher”, algo menor, enquanto que aos homens caberia o poder das decisões. Nessa perspectiva, homens apresentariam maior dificuldade e resistência em buscar por assistência em saúde, já que percebem a necessidade de cuidados enquanto uma tarefa do feminino. Desse modo, demandar cuidados de saúde seria algo capaz de expor uma fragilidade que não condiz com a imagem masculina do “ser forte” criado para decidir, dominar e prover (MACHIN, 2011).

Nesse caminho, a negação de uma condição de vulnerabilidade masculina acaba por vulnerabilizar o homem que compartilha desse ponto de vista sobre si mesmo e sobre outros homens. No campo da Saúde Mental, homens e mulheres apresentam expressões do sofrimento psíquico, muitas vezes, diferenciadas. Contudo, diante da complexidade de se estabelecer uma relação direta entre gênero e saúde mental, há de se considerar os inúmeros fatores que interagem e influenciam este processo como condições socioeconômicas, conjugalidade, renda, escolaridade, exclusão do mercado formal do trabalho, hábitos, ocupação, dentre outros (ALBUQUERQUE, 2012; LUDEMIR; MELO FILHO, 2002).

De acordo com Cabasquinho e Pereira (2007), alguns estudos apontam a inexistência de diferenças significativas de gênero no que se refere aos transtornos mentais, ou seja, não se pode

afirmar que mulheres estejam mais propensas a desordens psíquicas que homens ou vice-versa. No entanto, essas pesquisas sugerem que pode haver diferenças nas taxas de prevalência de alguns transtornos, como por exemplo: depressão, distímia, ansiedade generalizada, transtornos alimentares (anorexia e bulimia nervosas), pânico e fobia, com taxas mais elevadas para as mulheres e uso abusivo de álcool, outras drogas e desordem antissocial, com taxas mais elevadas para homens (ABP, 2009a).

A partir dos dados disponíveis, contudo, é possível afirmar que a maioria dos transtornos mentais em homens, que mantém íntima relação com o uso abusivo de álcool e outras drogas, têm desdobramentos no campo da violência e, por conseguinte, na morbimortalidade dessa população. A temática da violência, portanto, também se coloca como uma problemática a ser considerada nas questões de gênero que tratam da saúde mental dos homens. Nesse contexto, no entanto, é importante evitar a tendência que naturaliza e vincula violência à masculinidade, como se esta fosse um atributo do masculino (NASCIMENTO; GOMES; REBELLO, 2009).

Outro problema relacionado à saúde dos homens, que nem sempre tem relação com a saúde mental, mas que merece destaque, é o crescente número de suicídios entre jovens e adultos jovens. Nesse grupo (entre 15 e 29 anos de idade), o suicídio responde por 3% do total de mortes e se encontra entre as três principais causas de mortes de homens (ABP, 2009b).

A razão entre os sexos varia mundialmente de 3,0:1 a 7,5:1 com exceção da Índia e China, onde a razão de homens por mulheres é de 1,3:1 e 0,9:1, respectivamente. No Brasil, a ocorrência também é expressivamente maior entre homens, corroborando a tendência mundial de que os homens são três vezes mais propensos do que as mulheres a cometer suicídio. (MACHADO; SANTOS, 2015, p. 46).

Em pesquisa sobre transtornos psiquiátricos associados ao alcoolismo, realizada em São Paulo com 218 pacientes atendidos em ambulatório, Nóbrega (1994) encontrou uma prevalência de transtornos psiquiátricos maior na população de alcoolistas (70,2%) do que na população de não alcoolistas (26%). Verificou, ainda, a maior frequência de outros transtornos psiquiátricos nas mulheres alcoolistas em relação aos homens alcoolistas. A pesquisa apontou que a depressão maior foi o transtorno mais frequentemente associado ao alcoolismo nos homens (30,5%), seguido de personalidade anti-social (29,4%) e abuso/dependência de outras drogas (23,3%). Entre as mulheres, os transtornos mais encontrados foram depressão maior (50,0%), fobia (21,1%), depressão intermitente e abuso/dependência de drogas, ambas com 15,8%.

Em estudo sobre agravos à saúde mental de homens envolvidos em situação de violência, Albuquerque (2012) estudou 477 homens usuários de serviços de AB da Cidade de São Paulo e estimou a prevalência de sofrimento mental em 29,4% desses homens. Os dados desta pesquisa reforçam a tese da ampla faixa de prevalência de transtornos mentais em homens, confirmada tanto em pesquisas no Brasil como no exterior. Assim, os resultados deste estudo dialogam com outros dados apontados pela literatura sobre gênero acerca da relação entre homens, saúde mental, violência e consumo abusivo de álcool e outras drogas.

Dos 477 homens estudados, um terço deles havia consumido álcool e alguma droga ilícita na vida e 67,7% consumiram apenas bebida alcoólica. Eram, na sua maioria, homens que se definiam como casados, mas com significativa representação de solteiros, que correspondiam a ¼ da

população estudada. A média de idade foi 37 anos e a maioria tinha trabalho formal e pertenciam ao extrato econômico C. A maioria (80,1%) dos sujeitos havia sofrido alguma forma de violência, com predomínio de violência psicológica, mas também com ocorrência de violência física e sexual. Destaca-se, também, que mais da metade dos sujeitos (56,1%), além de sofrer algum tipo de violência, também perpetrou algum tipo de violência contra outra pessoa.

Enquanto usuários dos serviços de AB, as principais queixas apresentadas por 33,3% dos homens participantes da pesquisa foram nervosismo/ansiedade e insônia, e, em menor escala, depressão, irritabilidade/raiva, confusão mental/problemas de memória e tentativa de suicídio. Outro resultado apontou que aproximadamente 20% dos sujeitos pesquisados se utilizaram do serviço de saúde mental em AB pelo menos uma vez na vida.

Este estudo constata uma realidade particular que poder ser compartilhada com outras unidades de AB à saúde em diferentes municípios brasileiros, que é a disparidade existente entre o número de homens que procuram os serviços de AB com queixas associadas a um possível sofrimento mental, e o número de homens que chegam ao serviço de saúde mental dessas unidades.

Diante desta realidade, nos questionamos se, afinal, os homens estão ou não demandando intervenções em saúde mental à AB? Os profissionais de saúde estão atentos às queixas de homens que procuram os serviços e unidades básicas de saúde e que podem estar associadas a um possível sofrimento psíquico? Como os serviços de AB se organizam diante das necessidades de saúde dos homens no campo da saúde mental com o intuito de acolher, atender e operacionalizar o encaminhamento de demandas à RAPS?

Não temos a pretensão de responder a todas essas questões, mas refletir sobre essas problemáticas e ações que possam contribuir para a melhoria do acesso de homens aos dispositivos de assistência em saúde mental e da superação de barreiras configuradas pela construção social de um modelo de masculinidade “padrão”.

3. Olhares plurais: possibilidades de atenção às masculinidades

Um primeiro passo para que ações concretas sejam desenvolvidas no sentido do que pretendemos discutir é a percepção e o reconhecimento das próprias concepções de gênero das equipes de saúde, principalmente no que se refere à desmistificação do super-homem, inabalável ou inatingível.

Esse movimento de autopercepção sugere um caminho de apropriação que atualiza a maneira como homens e mulheres, que compõem as equipes de saúde atuantes na AB e que convivem no mesmo contexto social de seus clientes, lidam com suas próprias masculinidades e feminilidades, aspecto que, muitas vezes, pode favorecer ou dificultar a visualização de determinadas demandas relativas à saúde dos homens.

Atentos às suas próprias questões sobre gênero, os profissionais da AB, que se localizam no fronte das ações em saúde no âmbito comunitário, devem considerar homens e mulheres enquanto indivíduos distintos, com necessidades e demandas à saúde que se diferenciam de acordo com o lugar em que vivem, a cultura que compartilham, seus valores pessoais, orientações religiosas etc.

O aprendizado oriundo dessa experiência pode contribuir para o aprimoramento de estratégias de acolhimento e cuidado voltados a outras formas de masculinidades (gays, bissexuais,

“barbies”³, “ursos”⁴, metrossexuais etc.) consideradas não-hegemônicas, a fim de que todas as expressões do gênero masculino sejam contempladas e reconhecidas como formas legítimas e passíveis de escuta, acolhimento e cuidados relativos à saúde integral, afinal, gênero se inscreve tanto em corpos como em formas institucionalizadas de lidar (FIALHO, 2006; MEDRADO et al., 2010; FRANÇA, 2007).

No tocante ao acesso e usufruto por parte da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros – LGBTTT⁵ (OLIVEIRA, 2012) às ações de AB em Saúde, é importante destacar a necessidade de que seja garantido um atendimento respeitoso e não discriminatório tanto por parte dos profissionais da saúde, quanto dos transeuntes institucionais. Apesar deste ponto de vista parecer óbvio para quem trabalha na saúde pública brasileira, os episódios de discriminação e intolerância a essa população, nos espaços públicos e privados, ainda são frequentes (BANDEIRA; BATISTA, 2002).

Nunan (2004), ao tratar sobre a homoafetividade masculina, associa a ocorrência de inúmeros transtornos de ordem psíquica à baixa autoestima gerada pelo preconceito, dentre eles cita episódios depressivos, sentimentos de culpa, ansiedade, isolamento social, dificuldade de estabelecer e manter relacionamentos amorosos, disfunções sexuais, abuso de álcool e outras drogas, distúrbios alimentares e comportamento ou ideação suicida.

No caminho da melhoria para o acesso e a assistência à saúde dessa população, importantes conquistas têm sido alcançadas nos últimos anos, a exemplo do Programa Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT) e de Promoção da Cidadania Homossexual (BRASIL, 2004) e a Política de Atenção Integral à Saúde LGBT (BRASIL, 2010).

Outro destaque, a Portaria nº 1.707 de 18 de agosto de 2008 do Ministério da Saúde, regulamentou uma política que engloba cirurgia, assistência e cuidados aos transexuais. No entanto, Mello et al. (2011) chama atenção para o fato de que os problemas enfrentados por travestis e transexuais, quanto ao acesso a serviços de saúde, merecem destaque, não só por reivindicarem atendimento especializado para demandas que não se colocam para outros segmentos populacionais (alterações corporais associadas ao uso de hormônios e silicone, por exemplo), mas também pela intensidade da homofobia que costuma incidir sobre estes dois grupos identitários.

Temos que reconhecer que todas as formas de discriminação, como no caso das homofobias que compreendem lesbofobia, gayfobia, bifobia, travestifobia e transfobia, devem ser consideradas na determinação social do sofrimento mental dessas pessoas. O respeito sem preconceito e sem discriminação é valorizado na Política de Atenção Integral à Saúde LGBT, como fundamento para a humanização na promoção, proteção, atenção e no cuidado à saúde (BRASIL, 2010).

A Política LGBT tem como marca o reconhecimento dos efeitos da discriminação e da exclusão no processo saúde-doença da população LGBT⁶. Suas diretrizes e seus objetivos estão, portanto, voltados para mudanças na determinação social da saúde, com vistas à redução das de-

³ *Gays que fazem atividades físicas, de aparência viril, que exibem um corpo musculoso* (RIPARDO, 2008; FRANÇA 2007).

⁴ *Homens que se identificam com códigos de masculinidade e que valorizam atributos como a gordura e os pêlos, em contraposição às barbies* (FRANÇA, 2007).

⁵ Neste texto usamos as autodenominações usadas no Brasil atual: lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (OLIVEIRA, 2012).

⁶ Este público iniciou suas reivindicações relacionadas ao âmbito da saúde na década de 1980, a partir do enfrentamento à AIDS, promovendo modificações nas políticas de saúde (VIANNA, 2015).

sigualdades relacionadas à saúde destes grupos sociais. Assim, a orientação sexual e identidade de gênero não devem ser consideradas como únicos atributos sociais de homens e mulheres diante de suas demandas trazidas aos serviços de atendimento à saúde (MELO et al., 2011).

Nesse sentido, cada profissional atuante no SUS deveria agir em contraposição às posturas estigmatizantes que, ao longo do tempo, estiveram no bojo das questões vinculadas ao sofrimento psíquico desse público, que, ademais, presenciou a patologização de suas distintas expressões de masculinidade/feminilidade e de orientação sexual, em uma trajetória de medicalização da vida, a exemplo do que se vê nas cinco versões do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM).

Nos DSM-I e DMS-II, por exemplo, encontram-se referências a homossexualismo e travestismo enquanto “desvios sexuais”. A terceira versão (DSM-III), que implicou em uma mudança de paradigma no conhecimento psiquiátrico vigente, representou uma ruptura absoluta com a classificação que até então era utilizada. Os antigos desvios sexuais, em número de nove, nas duas primeiras versões do DSM, passam a constituir um grupo de 22 “Transtornos Psicosexuais” na terceira versão. Nela, a homoafetividade encontra-se “enquadrada” na categoria de “Homossexualidade Ego-distônica”, diagnóstico que posteriormente foi retirado durante a revisão desta edição (DSM-III R), dada a luta dos movimentos gays norte-americanos. Nas versões posteriores (DSM-IV e DSM-V), os desdobramentos dos transtornos sexuais prosseguem representados de um lado pelos “Transtornos de identidade de gênero” e, de outro, pelas “Disfunções sexuais” (RUSSO; VENÂNCIO, 2006).

Conhecer essa trajetória que aponta para uma medicalização de determinado modo de ser-no-mundo nos orienta a refletir sobre a postura crítica necessária para lidar, sob uma perspectiva de gênero, no cotidiano assistencial em AB, com a banalização do diagnóstico psiquiátrico, com as necessidades em saúde dos homens, suas escolhas afetivas e sexuais, padrões socialmente estabelecidos e o estigma associado ao sofrimento mental.

4. Rede de atenção às demandas em saúde mental dos homens

A AB, enquanto porta de entrada na organização do sistema de saúde no Brasil, recebe demandas as mais diversas durante sua operacionalização cotidiana. De acordo com a complexidade e especificidade de cada caso, as diversas situações podem ser ali mesmo solucionadas ou encaminhadas para serviços especializados, que, no caso da saúde mental, são preferencialmente os CAPS, dispositivos articuladores da rede de atenção à saúde mental (ONOCKO-CAMPOS; FURTADO, 2006).

É evidente que ocupar o lugar de entrada do SUS se faz tarefa muito complexa, uma vez que conciliar a demanda da AB, que frequentemente se apresenta maior que a capacidade de atendimento dos serviços, com as necessidades e peculiaridades do atendimento em saúde mental, por vezes, se apresenta enquanto um nó crítico do sistema (SILVEIRA, 2009).

Os principais atores envolvidos na tarefa de encaminhar homens que apresentem queixas no campo da saúde mental para os CAPS, quando essas queixas não podem ser atendidas nos serviços de AB, são as próprias equipes de profissionais das unidades de saúde e Estratégia Saúde da Família (ESF) com seus agentes comunitários.

Existem algumas dificuldades encontradas nesse processo, tais como: a resistência desses homens ao encaminhamento, desde o estigma que acompanha o cuidado em saúde mental até o medo de que as medicações possam causar impotência sexual; o fluxo de serviços no cotidiano

da AB; e as questões relacionadas às percepções dos profissionais da AB. Esses fatores podem esmaecer as demandas no campo da saúde mental, bem como as de gênero, e repercutir na articulação com os serviços especializados como os CAPS.

Apesar da AB constituir-se enquanto lugar primário da atenção à saúde mental dos homens, esse trabalho não é isolado e deve funcionar em rede de assistência. Um dos principais desafios para a construção de uma rede de cuidados em saúde mental é justamente a articulação efetiva dos CAPS, CAPSi (infantil) e CAPS AD (álcool e outras drogas), às ações desenvolvidas na AB.

Somente uma rede potencializadora de soluções coletivas é capaz de responder adequadamente às demandas complexas que se apresentam nesse campo da saúde. Quando as queixas associadas ao sofrimento mental não são valorizadas e assumem lugar secundário no olhar panorâmico da AB, tem-se um rompimento do elo que torna possível chamar de rede a integração de níveis diferentes de atenção e cuidado à saúde.

Na prática, o que se tem visto é a tentativa constante de articular as interlocuções necessárias entre as várias equipes. Quando isto não ocorre, ou ocorre deficitariamente, os atendimentos às demandas tornam-se menos fluidos (SCHNEIDER, 2009).

É importante destacar que os CAPS atendem também por demanda espontânea, portanto, os próprios agentes de saúde, ao orientarem a comunidade sobre essa possibilidade, já estarão contribuindo para a fluidez das ações em AB (ARAÚJO, 2015).

No que tange ao atendimento das principais demandas dos homens à assistência em saúde mental, que, como já apresentamos, estão circunscritas primordialmente no âmbito do uso abusivo de álcool e outras drogas, os CAPS AD constituem-se enquanto principais dispositivos de cobertura da PNSM nesse campo (BRASIL, 2011). Na atual Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas, a Redução de Danos-RD tem se fortalecido enquanto estratégia no âmbito do SUS (BRASIL, 2011; BRASIL, 2004b). A RD incentiva o fortalecimento de responsabilidades individuais, ou seja, incentiva o homem dependente de álcool e outras drogas a cuidar de si sem que a condição para isso seja a interrupção total do uso (NIEL; SILVEIRA, 2008).

Ações de abordagem, muitas vezes na própria rua e nos contextos de uso de álcool e outras drogas, como nos casos da estratégia Consultórios na Rua (CR)⁷, também podem evitar a exposição a outras situações de risco, como o envolvimento em atos de violência física, no trânsito, contaminação por doenças sexualmente transmissíveis etc. Além disso, possibilita que o serviço de saúde possa acompanhar os usuários de forma mais próxima e mais resolutiva.

Essa aproximação das intervenções em saúde mental, na qual os dispositivos assistenciais se misturam à dinâmica social e não mais se encontram limitados aos hospitais psiquiátricos e manicômios, permite que haja uma dupla afetação, uma vez que as instituições se veem afetadas pelas críticas, incentivos, iniciativas, cobranças, e demais ações dos usuários; e os próprios usuários do serviço respondem de maneira a se mobilizar, articular e envolver-se mais intensamente no tratamento e na melhoria da qualidade do serviço, além de incentivar a participação familiar de modo que todos sejam beneficiados.

⁷ Essa estratégia surgiu com a finalidade de promover o acesso e vinculação de pessoas em situação de rua, com grave vulnerabilidade social e com maior dificuldade de adesão ao tratamento. Através do trabalho no território, visa acolher e ofertar cuidados básicos de saúde; ofertar/motivar para tratamento aos agravos relacionados ao consumo de drogas; orientar sobre direitos e políticas públicas em geral e mediar o acesso a estas políticas. A partir de 2012, o Consultório de Rua passou a ser denominado “Consultório na Rua”, sendo agora um serviço no âmbito da AB (BRASIL, 2012).

Um dos principais agentes de mudança desse cenário é a forma de funcionamento atual dos dispositivos assistenciais especializados em saúde mental. Eles preconizam uma ação de base comunitária e psicossocial, na qual o cliente deixa o lugar de paciente e passa a se assumir enquanto usuário e partícipe de um serviço pautado na livre expressão, estruturação do cotidiano e configuração de laços sociais, do qual não somente ele, mas toda a sua família pode e são convidados a participar (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2013; ARAÚJO, 2018).

Essa ideia aglutinadora com relação à rede assistencial em saúde mental, já apontada no relatório final da IV Conferência Nacional de Saúde Mental ocorrida em 2010 (BRASIL, 2010b), destaca o importante papel de ações transversalistas que garantam a ampliação e integração nas intervenções, abarcando, não só as questões de gênero, mas outras demandas que se mostram emergentes no cenário da assistência à saúde mental no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A AB à saúde no Brasil apresenta, na contemporaneidade, papel estratégico no acesso de homens e mulheres, famílias e comunidades ao SUS. Figura como um conjunto de ações primárias, no âmbito individual e coletivo, voltadas à proteção da saúde, à prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde (BRASIL, 2007).

As atribuições da AB em considerar cada pessoa em sua singularidade a fim de reduzir danos ou sofrimentos que possam comprometer seu modo de viver saudável (BRASIL, 2007), colocam tanto as estratégias de AB à saúde mental quanto os trabalhadores nelas envolvidos em um lugar onde múltiplos desafios se mostram e se renovam cotidianamente, diante do alarmante cenário que aponta, segundo Organização Mundial da Saúde (OMS, 2017), cerca de 800 mil pessoas mortas por suicídio a cada ano, 11,5 milhões de pessoas atingidas por depressão (5,8% da população) e 1% da população mundial, ou seja, 67 milhões de pessoas, com esquizofrenia. No Brasil 18,6 milhões de brasileiros apresentam algum distúrbio relacionado aos quadros de ansiedade (9,3% da população).

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2011), nos últimos 10 anos, grande parte das pessoas com transtornos mentais leves está sendo atendida na AB. Queixas psicossomáticas, abuso de álcool e drogas, dependência de benzodiazepínicos e transtorno de ansiedade menos grave, vêm compondo cada vez mais a agenda das ESF.

No que diz respeito à saúde mental dos homens, as ações dos serviços de AB mostram-se primordiais a partir da articulação e do estabelecimento de vínculo e da responsabilização entre as equipes e a população, garantindo a continuidade das ações de saúde e a longitudinalidade do cuidado. Por conseguinte, esse nível de atenção à saúde deve cumprir com os princípios da universalidade, integralidade e equidade do SUS preconizadas pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem – PNAISH, alinhada com a Política Nacional de AB, com as estratégias de humanização, fortalecendo ações e serviços em rede, evitando assim, a setorialização e a segmentação de estruturas assistenciais voltadas aos cuidados em saúde (BRASIL, 2007).

Nesse contexto, o papel da AB na prevenção ao sofrimento psíquico, promoção da saúde mental e identificação precoce de casos que necessitem de um acompanhamento especializado é fundamental. Logo, destaca-se a relevância da educação continuada dos profissionais que atuam nessa área para o desenvolvimento de olhares e abordagens adequadas.

A intermitência de qualificação profissional na área de saúde mental auxilia o profissional a lidar melhor com a complexidade das demandas de cuidado, proporcionando um olhar crítico

para a não reprodução de atitudes manicomialistas (COSTA *et al*, 2017). Além disso, proporciona uma autoavaliação constante acerca de suas práticas, aumentando as possibilidades da existência de um atendimento com maior qualidade e, conseqüentemente, mais efetivo, o que tem influência na diminuição dos altos índices de sofrimento mental.

A inclusão dos homens no contexto assistencial da saúde mental, com suas necessidades e vulnerabilidades, é uma questão a ser pensada não apenas no campo das demandas à saúde, mas também no terreno da igualdade de gênero. Produzir saúde nessa perspectiva, solicita a valorização do acolhimento, da co-responsabilidade, da resolutividade e da autonomia, tecendo um agir cúmplice e compartilhado do profissional com a vida individual e coletiva do usuário do serviço.

É um encontro no qual se estabelece um jogo de necessidades e direitos em que o usuário se coloca como alguém que busca uma intervenção que lhe permita recuperar a qualidade de vida, e um trabalhador de saúde que se disponibiliza e relaciona-se com o outro de forma a respeitar os princípios da alteridade.

A expressão de demandas em saúde mental vinculadas ao universo das masculinidades se faz reconhecida nas relações dos homens com as equipes de saúde que os assistem, pautadas no estreitamento do vínculo, na escuta qualificada e no aprimoramento profissional. Tratar sobre as conexões entre gênero e saúde mental, sob o enfoque da AB à saúde mental dos homens, é tão desafiador quanto a necessidade de estudos abrangentes sobre a questão.

Os avanços políticos e intersetoriais nesse campo devem ser comemorados, sem perder de vista que a ampliação do acesso, a qualificação dos profissionais, a articulação intra/intersetorial, a promoção da saúde, dos direitos e o enfrentamento do estigma, ainda pontuam as necessidades que permanecem em cena nesse campo. Esses desafios devem prosseguir no sentido da expansão de suas fronteiras de forma a acolher as necessidades dos homens no contexto da valorização das diversas formas de viver suas masculinidades.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. P. *Agravos à saúde mental dos homens envolvidos em situação de violência*. Dissertação (Mestrado em Medicina Preventiva) - Programa de Pós-graduação de Medicina preventiva, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ANDRADE, T. M.; ESPINHEIRA, C. G. D'A. A presença das bebidas alcoólicas e outras substâncias psicoativas na cultura brasileira. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional Antidrogas. *Curso SUPER4*. Módulo I. Brasília, DF: SENAD, 2009.

ARAÚJO, L. S. A; OLIVEIRA, I. B. S. Paisagens acolhedoras em um tempo de sutilezas: Ressonâncias da dança em uma clínica corporal em saúde mental. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar*, São Carlos, v. 21, n. 3, p. 575-582, 2013.

ARAÚJO, L. S. *Religiosidade e Saúde Mental: enredos culturais e ecos clínicos*. Paco editora: São Paulo, 2015.

_____. A reforma psiquiátrica já deu o que tinha que dar? Reflexões da equipe de um Caps de Belém. *Rev. Nufen: Phenom. Interd.* v.10, n.1, jan – abr., p. 94-111, 2018.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Psiquiatria - ABP. *Comportamento suicida: conhecer para prevenir*. 1. ed. Rio de Janeiro: ABP Ed., 2009b.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Psiquiatria - ABP. *Manual para a imprensa: boas práticas de comunicação e guia com recomendações para um texto claro e esclarecedor sobre doenças mentais e psiquiatria*. 2. ed. Rio de Janeiro: ABP Ed., 2009a.

BANDEIRA, L.; BATISTA, A. S. Preconceito e discriminação como expressões de violência. *Estudos feministas*. Ano 10, n.1, p. 119-141, 2002.

BRASIL. *Lei nº 10.216*, de 06 de abril de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm>. Acesso em: 18 de mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas*. 2.ed. rev. ampl. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004b.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Saúde Mental em Dados - 10*, ano VII, n. 10. Informativo eletrônico. Brasília, DF: 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Saúde Mental no SUS: as novas fronteiras da Reforma Psiquiátrica*. Relatório de Gestão 2007-2010. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção À Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Política Nacional de Atenção Básica*. 4. ed., Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Direitos Humanos. *Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004a.

BRASIL. *Portaria nº 3.588*, de 21 de dezembro de 2017. Disponível em: <<http://www.brasilsus.com.br/images/portarias/dezembro2017/dia22/portaria3588.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

BRASIL. Sistema Único de Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Organizadora da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial. *Relatório Final da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial, 27 de junho a 1 de julho de 2010*. Brasília: Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, 2010b.

COSTA, T. D. da; GONÇALVES, L. C.; PEIXOTO, L. S.; TAVARES, C. M. de M.; CORTEZ, E. A. Contribuindo para a educação permanente na saúde mental. *Biológicas & Saúde*, [S.l.], v. 7, n. 23, mar. 2017. Disponível em: <http://www.seer.perspectivasonline.com.br/index.php/biologicas_e_saude/article/view/647/845>. Acesso em: 20 mar. 2018.

DRUMMOND JUNIOR, M. A. *Ações de saúde mental por agentes comunitários de saúde: investigando uma experiência de saúde mental na AB*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

FERIGATO, S. H.; CAMPOS, R. T. O.; BALLARIN, M. L. G. O atendimento à crise em saúde mental: ampliando conceitos. *Revista de Psicologia da UNESP*, v.6, n. 1, 2007. p. 31-44.

FIALHO, F. M. *Uma crítica ao conceito de masculinidade hegemônica*. 2006. Disponível em: < www.ics.ul.pt >. Acesso em: 10 Abr 2013.

FIGUEIREDO, W. S. *Masculinidades e Cuidado: diversidade e necessidades de saúde dos homens na atenção primária*. Tese de Doutorado. 296f. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 2008.

FOUCAULT, M. *História da Loucura*. Perspectiva: São Paulo, 1978.

FRANÇA, I. L. Sobre “guetos” e “rótulos”: tensões no mercado GLS na cidade de São Paulo. *Cadernos Pagu* (28), janeiro-junho de 2007, p. 227-255.

GOMES, R. *Sexualidade masculina, gênero e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

GROSSI, M. P. *Masculinidades: Uma Revisão Teórica*. Florianópolis: UFSC, 2004.

GUATTARI, F; ROLNIK, S. B. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

HIRDES, A. A reforma psiquiátrica no Brasil: uma (re) visão. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. v.14, n.1, 2009. p. 297-305. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000100036&lng=en&nrm=iso >. Acesso em: 29 Abr 2013.

LUDERMIR, A. B.; MELO FILHO, D. A. Condições de vida e estrutura ocupacional associadas a transtornos mentais comuns. *Rev Saúde Pública* 2002; 36(2):213-21.

MACHADO, D. B.; SANTOS, D. N. Suicídio no Brasil, de 2000 a 2012. *J. Bras. Psiquiatr.* v. 64, n. 1, 2015, p. 45-54.

MACHIN, R. et al. Concepções de gênero, masculinidade e cuidados em saúde: Estudo com profissionais de saúde da atenção primária. *Ciência & Saúde Coletiva*. v.16, n.11, 2011. p. 4503-4512.

MEDRADO, B et al. Entre práticas de intimidade e políticas públicas. Entre políticas de intimidade e práticas públicas...À guisa de uma introdução. In: _____. *Homens e masculinidades: práticas de intimidade e políticas públicas*. Recife: Instituto PAPAÍ, 2010. p. 07-14.

MELLO, L et al. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. *Revista Latinoamericana: Sexualidad, Salud y Sociedad*. n. 9, dez., 2011. p.7-28.

MPF-Ministério Público federal. *Nota Pública Ref.:* Nota da Associação Brasileira de Psiquiatria e do Conselho Federal de Medicina de 20 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/saude-mental/atuacao-do-mpf/nota-publica-pfdc-mpf-saude-mental-politicas-de-desinstitucionalizacao>>. Acesso em: 03 de jan 2018.

NASCIMENTO, E.; GOMES, R; REBELLO, L. E. F. S. Violência é coisa de homem? A naturalização da violência nas falas de homens jovens. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1151-1157, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000400021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 May 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000400021>

NIEL, M.; SILVEIRA, D. X. (Orgs.). *Drogas e Redução de Danos: uma cartilha para profissionais de saúde*. São Paulo: Unifesp, 2008.

NÓBREGA, A. A. N. *Prevalência de transtornos psiquiátricos em pacientes dependentes do álcool em dois serviços ambulatoriais universitários do Estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Psiquiatria) - Programa de Pós-graduação em Psiquiatria da UNIFESP, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1994.

NUNAN, A. Violência doméstica entre casais homossexuais: o segundo armário? *PSICO*, v. 35, n. 1., 2004. p. 69-78.

OLIVEIRA, P. P.A. *A construção Social da Masculinidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

OLIVEIRA, R. M. R. *Direitos sexuais de LGBTTT no Brasil: jurisprudência, propostas legislativas e normatização federal*. Brasília: Ministério da Justiça/ Secretaria da Reforma do Judiciário, 2012.

ONOCKO-CAMPOS, R. T.; FURTADO, J. P. Entre a saúde coletiva e a saúde mental: um instrumental metodológico para avaliação da rede de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do Sistema Único de Saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, mai., 2006. p.1053-1062.

PIMENTEL, A. Interrogar masculinidades em Belém do Pará. *Contextos Clínicos*, v.4, n.1, janeiro-junho, 2011, p. 18-27.

RABASQUINHO, C.; PEREIRA. Gênero e saúde mental: Uma abordagem epidemiológica. *Análise Psicológica*. v.3, n. 25, 2007. p. 439-454.

RIPARDO, S. *Homossexual musculoso é conhecido como "barbie"*. 2008. Folha online. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/podcasts/ult10065u381154.shtml>>. Acesso em: 01 Maio 2013.

RUSSO, J; VENÂNCIO, A. T. A. Classificando as pessoas e suas perturbações: a “revolução terminológica” do DSM III. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, ano IX, n. 3, set., 2006. p. 460-483.

SANTIN, Gisele; KLAFKE, Teresinha Eduardes. A família e o cuidado em saúde mental. *Barbaroi*, Santa Cruz do Sul, n. 34, p. 146-160, jun. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782011000100009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 maio 2018.

SCHNEIDER, A. R. S. A rede de atenção em saúde mental: a importância da interação entre a atenção primária e os serviços de saúde mental. *Revista Ciência & Saúde*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 78-84, jul./dez. 2009.

SILVA, S. V. *Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações*. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. n. 262, nov., 2000.


SILVEIRA, D. P.; VIEIRA, A. L. S. Saúde mental e AB em saúde: análise de uma experiência no nível local. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. v. 14, n.1, 2009. p. 139-148. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000100019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 Abr 2013.

SILVEIRA, M.R. *A saúde mental na Atenção Básica: um diálogo necessário*. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

VIANNA, C.P. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 791-806, set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022015000300791&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 19 mar. 2018.

VILLELA, W. Gênero, saúde dos homens e masculinidades. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, n.1, 2005. p.18-34.

VILLELA, W.; ARILHA, M. Sexualidade, gênero e direitos sexuais e reprodutivos. In: BERQUÓ, E. (org). *Sexo & vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.



Tal perspectiva assinala a importância de levar em consideração a configuração das relações estabelecidas entre os casais, a partir de uma ótica que engloba o contexto no qual estão inseridos socialmente, suas crenças, valores e modos de existir, rompendo com o viés naturalizante sobre a violência conjugal.

1. Questões de gênero

Compreendemos que as condições masculina e feminina são produzidas culturalmente e, assim, antes de se constituir como uma orientação sexual, ou atributos deste ou daquele gênero, estão, também, relacionadas ao tipo de poder que a sociedade convencionada, principalmente quando este é referendado por um sistema patriarcal (ROCHA, 2005).

Pondaag (2009) destaca que

A socialização das mulheres passa pela transmissão de valores, de habilidades relacionadas ao exercício da maternidade: o cuidado do outro, a empatia, o alcance do ponto de vista do outro. Por outro lado, a socialização dos homens visa orientá-los para o reconhecimento e desenvolvimento de um lugar de poder, para avaliar e adotar atitudes compatíveis com a consecução de seus objetivos, para sustentar sua própria posição e ponto de vista. (p. 26).

Ghilard-Lucena (2008) revela o papel fundamental da mídia, que gera e propaga os sentidos determinantes da forma como os gêneros – feminino e masculino – são vistos pelos indivíduos, considerando que a globalização provoca um impacto que repercute na sociedade descontinuidades, fragmentações, rupturas e deslocamentos, tornando-se primordial que novas identidades sejam construídas. Vinculado a este contexto, levanta-se a reflexão acerca do papel da família e dos arranjos familiares contemporâneos (re-casamentos, unifamílias e famílias homoafetivas) enquanto locus primário no qual as normas e os valores culturais são transmitidos.

Na tentativa de desconstrução de processos binários que reproduzem atitudes essencialmente femininas ou masculinas é que as teorias feministas buscam arregimentar um conjunto de práticas e atores em favor da igualdade política e de direitos entre homens e mulheres, reivindicando, por exemplo, direito ao voto, ao livre exercício de atividades laborais, bem como reformular a organização da sociedade patriarcal, oportunizando um novo olhar sobre a mulher e mudanças no paradigma familiar.

Partindo das reivindicações desses movimentos em favor da mulher é que se inicia o debate acerca do conceito de gênero, com objetivo precípuo de expor a insatisfação e as preocupações sociopolíticas das mulheres contemporâneas da década de 1960 (LOURO, 1997).

O desdobramento dessas reflexões permite deixar de olhar a condição feminina a partir da tese de “verdade universal e essencialista”, que considera a natureza feminina como subjugada ao masculino, sendo esta uma preconização do patriarcado. Inicia-se, então, o processo de “desconstrução” da visão e da prática binária e sexista em relação a sexo/poder (FERREIRA, 2010). Dialogando com autores da antropologia e sociologia, o conceito de gênero proposto por Scott (1995) o considera como uma categoria analítica, o qual se constitui através das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos, e, também, seria a primeira forma de vivência das relações de poder.

Tais questões revelam ser fundamental investimentos em aspectos culturais que considerem as questões de gênero para extinguir a desnaturalização da violência, bem como a necessidade de investimentos que alcancem mais do que o viés criminalizante da Lei, uma vez que nela, e também em outras políticas, há pontos voltados à educação, saúde e prevenção, os quais, ignorados, impedem que medidas mais adequadas sejam tomadas para o enfrentamento da violência conjugal.

3. Método

Configurou-se, portanto, como pesquisa-intervenção, em virtude de a pesquisadora e os envolvidos na situação desempenharem um papel ativo na compreensão e na busca de formas de atuação diante do problema proposto.

A epistemologia fenomenológica é o aporte filosófico que balizou a pesquisa, a partir da hermenêutica da linguagem e da análise do discurso proposta por Paul Ricoeur, o qual considera que “O sentido de um texto não está por trás do texto, mas à sua frente. Não é algo oculto, mas algo de descoberto. [...] Compreender um texto é seguir o seu movimento do sentido para a referência: do que ele diz para aquilo de que ele fala” (RICOEUR, 1987, p. 99). Também se integra à proposta metodológica a visão antropológica Gestáltica a partir da noção de *Contacto*, *Awareness* e de *Intencionalidade da consciência* que emergem na relação estabelecida e nos discursos dos participantes.

O estudo foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer nº 2.432.253, sendo a coleta realizada entre setembro de 2016 e o início de março de 2017.

Os participantes foram três (3) casais heterossexuais, formados pelo homem, que se encontra em cumprimento de pena em virtude de violência conjugal, e pela mulher, à qual a violência foi impetrada e que, mesmo após a denúncia, mantém o relacionamento conjugal. Sendo tais os critérios de inclusão para a realização da pesquisa, foram excluídos os casais que não aceitaram fazer parte do grupo e aqueles que, após a situação de violência, romperam o vínculo conjugal.

Foi realizado um trabalho de grupo psicoterapêutico com casais, do tipo fechado, não sendo aceita a inserção de outros membros a partir do momento em que o trabalho foi iniciado. Foram realizadas sessões semanais, com duas horas (2h) de duração cada, totalizando 17 sessões, que foram gravadas em áudio, conforme acordado com os participantes por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Cada sessão foi transcrita em formato de trechos que consideramos mais pertinentes para a análise dos dados, impressa e analisada.

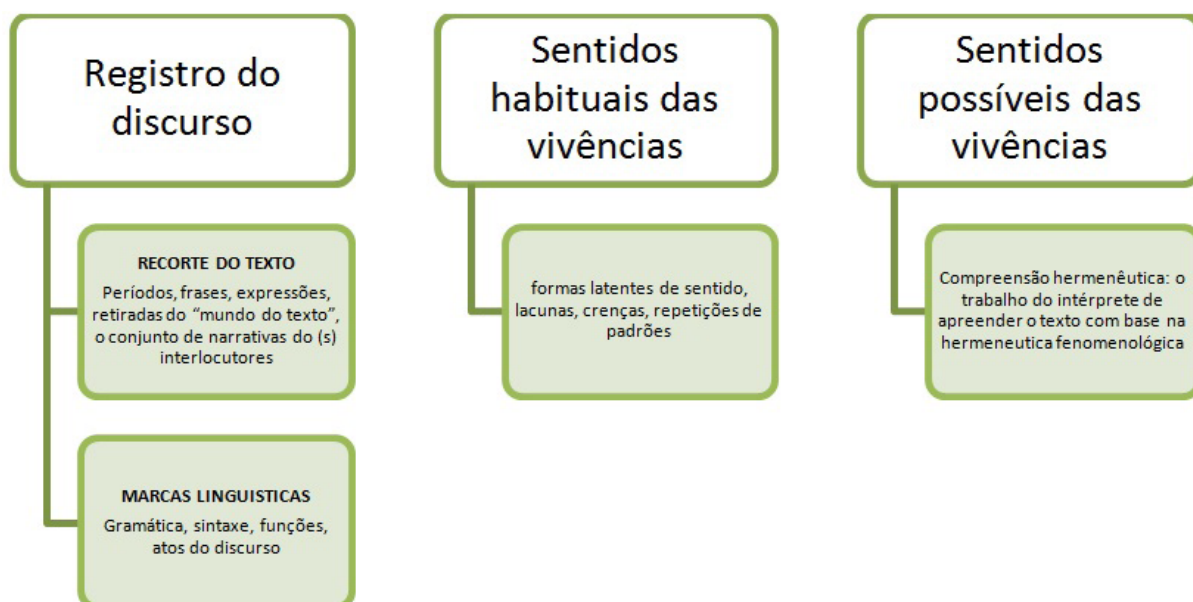
4. Análise de dados

As narrativas e a expressão dos casais, através da linguagem, durante as sessões de psicoterapia de grupo, foram os dados analisados. No entanto, para a composição deste artigo, o recorte utilizado foi a Unidade de Sentido: Processos de Subjetivação de Gênero. A proposta interventiva considerou a dimensão dialógica, ao abrir espaço para a expressão dos sentimentos na presença do parceiro e de outras pessoas que compõem o grupo, favorecendo o entendimento de como o outro afeta e é afetado, individualmente ou em grupo, assim como possibilitou a ressignificação das situações vivenciadas, a tomada de consciência de suas ações e a dinâmica da relação conjugal.

Identificamos o registro do discurso que é apreendido no recorte do texto, frases, períodos, expressões retiradas do “*mundo do texto*”, através das marcas linguísticas encontradas na gramática, sintaxe, funções e atos do discurso (locucionário, ilocucionário e perlocucionário), as delimitações feitas pelo interlocutor, ou seja, o que a pessoa fala, como fala e para quem fala; seguindo o fluxo da análise com a observação dos sentidos habituais das vivências verificadas nas formas latentes de sentido, lacunas, crenças e/ou repetições significadas pelo sujeito para que possamos realizar a compreensão hermenêutica e alcançar os sentidos possíveis das vivências.

A partir da realização da compreensão fenomenológica hermenêutica, identifiquei os sentidos criativos na vivência dos casais. Tais sentidos configuram-se como a capacidade de atualização e ressignificações presentes nos discursos dos mesmos, após a intervenção em grupo realizada. Para apreensão pelo leitor do caminho analítico, apresentamos o fluxograma elaborado por Pimentel (2013) e atualizado por Pimentel e Diniz (2017).

Fluxograma 1 – Fluxograma da Análise Fenomonológica do Discurso



Fonte: Pimentel (2013); Pimentel e Diniz (2017).

5. Resultados e discussão

Durante a coleta de dados, percebeu-se que a organização do vínculo conjugal deriva da expectativa e da ideologia que cada um leva na convivência. Também observou-se que, ainda hoje, o ideal do amor romântico integra a base da relação conjugal. O sistema de ideias abrange a busca do “eterno encantamento”, demonstração de exclusiva atenção constante às demandas verbalizadas, demanda de cumplicidade advinda de apreensão mágica dos desejos não explicitados, potência sexual, cavalheirismo, fidelidade, oferta de presentes etc. Tanto as mulheres quanto os homens que colaboraram na pesquisa engendraram em seus discursos tais projeções (FÉRES-CARNEIRO; PONCIANO, 2003; JABLONSKI, 1998; PIMENTEL, 2011; PIRES, 2008). Entretanto, a experiência cotidiana não favorece a permanência de tal cenário idealizado, e o mesmo pode se desfazer ante aos elementos da realidade concreta vivenciada pelo casal, ocasionando conflitos violentos.

No dia a dia, se ambos não construírem formas de lidar com os conflitos na relação, potencializam-se forças desencadeadoras da ausência do cuidado, por exemplo: questões relacionadas à falta de dinheiro, educação dos filhos e as diferenças subjetivas entre os cônjuges (PIMENTEL, 2011; VALE, 2011).

Os participantes apontaram como fonte de conflito a entrada dos filhos no cotidiano, para alguns; dificuldade em conseguir separar o papel de pais do de casal, configurando uma rigidez no modo de vivenciar a conjugalidade e dificultando a possibilidade de encontrar outras formas criativas e saudáveis de interação. Em relação às diferenças, conjecturamos que o conflito violento se dá quando não há a anuência da expressividade do outro, anulando-o enquanto pessoa e impedindo-o de vivenciar sua autonomia.

6. Processos de subjetivação

Ao pensar os processos de subjetivação que envolvem as relações de gênero, percebe-se, no discurso dos casais, a presença marcante de padrões e estereótipos que permeiam a construção dos sentidos de “ser homem” e “ser mulher” a partir de um olhar heteronormativo, fixo e essencialista. Compreendo que tais fatores contribuem para dinâmicas relacionais violentas, já que “crenças patriarcais e sentidos de gênero contextualizam as identidades, a construção de papéis, a dinâmica relacional e a divisão de poderes no âmbito familiar. Carregados de tradicionalismo, se consolidam como alicerces para a violência” (PONDAAG, 2009, p. 24).

Observei, durante o processo psicoterapêutico dos casais, que ter um espaço para que ambos pudessem escutar, falar e serem ouvidos promoveu reflexões fundamentais para a identificação de questões que, no dia a dia, não são observadas e podem gerar descontentamentos, raiva e implicações no modo como se posicionam frente à relação conjugal. Muitas vezes, as falas giravam em torno de

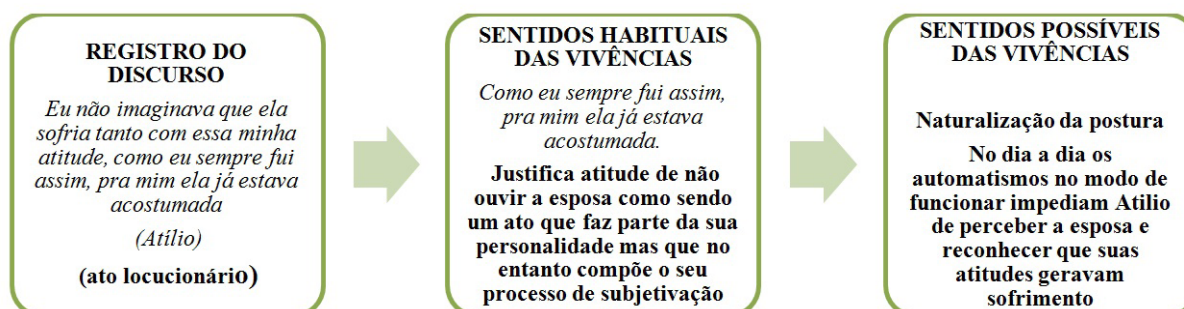
Eu já disse isso pra ele várias vezes em casa, mas parece que ele não me escuta. **(Helena)**.

Eu não imaginava que ela sofria tanto com essa minha atitude, como eu sempre fui assim, pra mim ela já estava acostumada. **(Atílio)**.

No discurso de Atílio, as frases “eu não imaginava” e “eu sempre fui assim” denotam os **sentidos habituais das vivências** referentes ao processo de subjetivação do participante, que justifica tal posicionamento no seu modo de ser, como se fizesse parte da sua personalidade e fosse algo inato ou parte de sua essência.

Ao compreender tal posicionamento, observei que Atílio desconsidera as marcas presentes na construção da sua subjetividade e na reverberação de tal fato na vida do outro, já que, no cotidiano, os automatismos no modo de funcionar impediam que ele percebesse a esposa e reconhecesse que suas atitudes geravam sofrimento à mesma. Nos **sentidos possíveis** de sua vivência, o participante traduzia tal posicionamento como algo natural, normatizado e aceito por ela. No Fluxograma 2, apresento a compreensão de tal perspectiva, presente no discurso de Atílio:

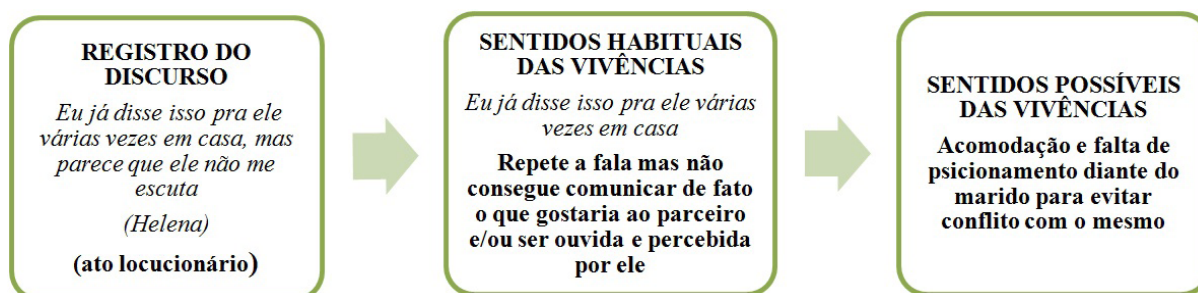
Fluxograma 2 – Atílio



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

Abaixo, o discurso de Helena é representado no Fluxograma 3, acerca do mesmo evento entre o casal:

Fluxograma 3 – Helena



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

Helena ameniza a insatisfação por trás desta narrativa ao usar a palavra "parece", não fazendo uma afirmativa, mas deixando explícito o fato de não ser escutada. Os **sentidos possíveis** denotam que Helena se acomodou diante da postura do marido, não se posicionando diante do mesmo para evitar entrar em conflito. Ao pensar nos atos da fala como análise de interpretação de tal situação, observamos que a participante está inserida num grupo, composto por casais e por profissionais que "tecnicamente" a ajudariam a ser ouvida pelo companheiro. Em sua afirmativa, faz uso do modo indireto para comunicar que não se sente e não é ouvida.

Sobre este aspecto, Pondaag (2009) revela que a convivência conjugal e familiar requer a necessidade de posicionamentos frente ao outro. Assim, percebemos, no discurso dos casais, a recorrente tentativa de minimizar os danos e os impactos das ações violentas. Tanto os homens quanto as mulheres, geralmente, justificam tal ato como sendo algo intrínseco à sua personalidade, o que denota uma forte presença da naturalização do ato violento.

No discurso de Catarina e Petruchio, também é constante a presença dos estereótipos e de padrões para justificar atos violentos ou de submissão:

Eu sou homem, eu falo mais alto. Eu tenho uma forma agressiva e procuro gritar que é pra não bater! (**Petruchio**).

Ele como homem da casa é que tem que levar o dinheiro pra sustentar a gente. Eu já trabalho e quando chego preciso arrumar as coisas deixar tudo arrumado para o outro dia. **(Catarina).**

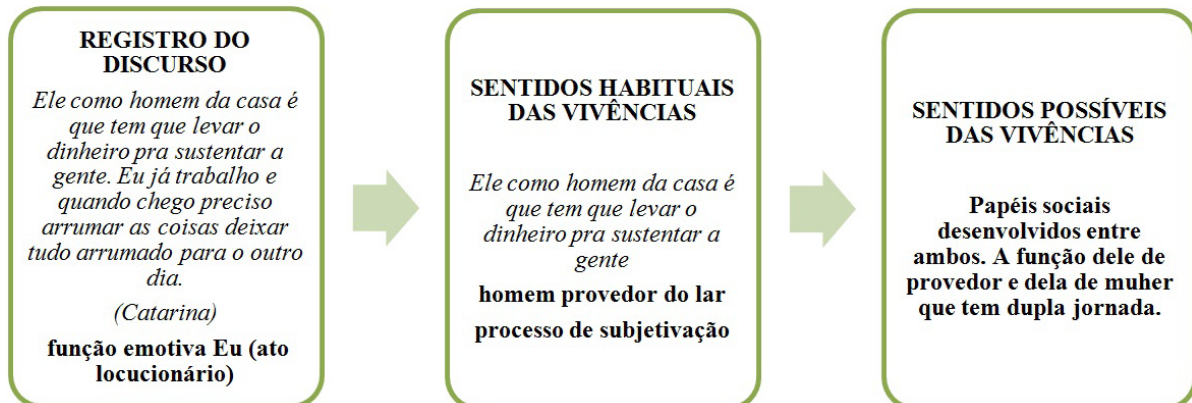
Abaixo, nos Fluxogramas 4 e 5, apresento a análise dos discursos de Petruchio e Catarina, respectivamente, acerca dos processos de subjetivação:

Fluxograma 4 – Petruchio



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

Fluxograma 5 – Catarina



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

A análise dos fluxogramas 4 e 5 demonstram a socialização patriarcal imersa na dinâmica relacional do casal, ficando explícita a naturalização dos modos subjetivos patriarcais que ainda constituem a crença de que, por ser homem, Petruchio pode falar mais alto e está autorizado a gritar, xingar e bater como forma de expressar sua raiva ou ira; e para Catarina, que atribui o padrão normativo de que o homem é o provedor do lar, mesmo que, no momento da vida conjugal, ela estivesse contribuindo financeiramente dentro de casa mais do que ele.

Sobre o processo de subjetivação de homens, Boris (2004) corrobora

O sistema patriarcal desenvolveu um meio opressivo e violador pelo qual muitos homens, ainda hoje, continuam sendo socializados, o que produz seres mutilados, incapazes de integrar suas heranças paterna e materna, masculina e feminina, ativa e passiva, adotando um processo de diferenciação rígido e unilateral, voltado unicamente aos atributos viris. (p. 194).

Ao configurar um grupo e expressar o modo como se posicionam, os casais experimentaram ouvir o que pensam, sentem e, principalmente, como tais questões afetam aqueles que ouvem e quais reverberações surgem desse processo. Estar diante de uma situação que, invariavelmente, os coloca frente a *quem fala?, pra quê fala?, como fala?* e *quem ouve?* oportuniza a reflexão sobre a forma como atuam na vida, favorecendo o reconhecimento de possíveis modos rígidos e engessados de funcionamento, que impedem novas formas de agir e vivenciar trocas saudáveis com o outro.

Assim, ao reconhecer em seu processo de subjetivação apenas ações de não cuidado, posturas violentas e de não olhar na direção do outro, os casais tendem a reproduzir padrões conflituosos entre si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as sessões de psicoterapia de grupo, foi possível explorar os sentidos e significados que os casais atribuíam às suas experiências conjugais, permitindo que expressassem aquilo a que, muitas vezes, não davam visibilidade em suas relações. Os dados confirmam a construção da subjetividade como fundamental na percepção acerca da violência conjugal, já que envolvem as experiências pessoais de cada um.

Conclui-se que as relações são marcadas pelos processos culturais, intersubjetivos e subjetivos; tais estão relacionados ao modo como a dinâmica conjugal se estabelece e, conseqüentemente, a possíveis formas naturalizantes de definir e vivenciar a violência entre o casal.

Assim, a criatividade é um fator importante para o favorecimento de interações mais saudáveis entre o casal. Já que, atualmente, muitas ações são permeadas pelo medo, desconfiança e desigualdade entre os gêneros. Incluímos, também, a importância do autocuidado e do cuidado ao outro como atos que favorecem crescimento e transformações na interação, visto que permitem trocas afetivas, parcerias no cotidiano e a possibilidade de compartilhar as vicissitudes da rotina, que podem gerar cansaço e desgastes na relação (VALE, 2011).

REFERÊNCIAS

ALVIM, S.; SOUZA, L. Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos/agressores. *Psicologia: Teoria e Prática*, v. 7, n. 2, p. 171-206, 2005.

ARAÚJO, M. F.; MARTINS, E. J. S.; SANTOS, A. L. Violência de gênero e violência contra a mulher. In: ARAÚJO, M. F.; MATTIOLI, O. (Org.). *Gênero e violência*. São Paulo: Arte & Ciência, 2004. p. 17-35.

ARAÚJO, M. F. Violência conjugal: uma proposta de intervenção com casais. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*. Rio de Janeiro: PUC Rio; São Paulo: Loyola, 2003. p. 185-199.

ARENDETT, H. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ARENTE, M. A crise do macho. In: ROSO, A. et al. *Gênero por escrito: saúde, identidade e trabalho*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

BÉLANGER, C.; MATHIEU, C.; BRISEBOIS, H. Perception of partner abuse and its impact on marital violence from both spouses. *Psychology*, v. 4, n. 11, p. 858-863, Nov. 2013. Disponível em: <<http://file.scirp.org/Html/40113.html>>. Acesso em: 8 set. 2017.

BORIS, G. D. J. B. A violência como produto da crise da condição masculina. In: MALUSCHKE, G.; BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F.; HERMANNNS, K. (Org.). *Direitos humanos e violência: desafios da ciência e da prática*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004. p. 171-185.

BRASIL. *Lei nº 11.340*, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher... Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 8 set. 2017.

BRAZ, M. A construção da subjetividade masculina e seu impacto sobre saúde do homem: reflexão sobre justiça distributiva. *Ciênc. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 97-104, jan./mar. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a10v10n1.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2017.

CARDELLA, B. P. *Laços e nós: o amor e intimidade nas relações humanas*. São Paulo: Agora, 2009.

CARRARA, S. Debates. In: HEILBORN, M. L. (Org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

CHESNAIS, J. *Histoire de la violence: enoccident de 1800 à nos jours*. Paris: Éditions Robert Laffont, AS, 1981.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, jan./abr. 2013.

CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

CORTEZ, M. B.; SOUZA, L.; QUEIROZ, S. S. Violência entre parceiros íntimos: uma análise relacional. *Psicologia Política*, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 227-243, jul./dez. 2010.

COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

DANTAS-BERGER, S. M.; GIFFIN, K. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 417-425, mar./abr. 2005.

DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, fev. 2008.

DOURADO, S. de M.; NORONHA, C. V. A face marcada: as múltiplas implicações da vitimização feminina nas relações amorosas. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 623-643, 2014.

FÉRES-CARNEIRO, T. Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. *Estudos de Psicologia*, v. 8, n. 3, p. 367-374, 2003.

FERRAZ, M. M. S.; PIRES, V. L. Do machismo ao masculino: o vínculo das relações de gênero transformou o homem? In: GHILARDI-LUCENA, M. I.; OLIVEIRA, F. (Org.). *Representações do masculino: mídia, literatura e sociedade*. Campinas, São Paulo: Alínea, 2008.

FERREIRA, W. B. *(In)visíveis sequelas: violência psicológica contra a mulher sob o enfoque gestáltico*. Belém, PA, 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2010.

FRAZÃO, L. M.; ROCHA, S. L. C. O. *Gestalt e gênero: configurações do masculino e feminino na contemporaneidade*. Campinas, SP: Livro Pleno, 2005.

GHILARD-LUCENA, M. I. Discurso e gênero: uma questão de identidade. In: GHILARDI-LUCENA, M. I.; OLIVEIRA, F. (Org.). *Representações do masculino: mídia, literatura e sociedade*. Campinas, SP: Alínea, 2008.

GOMES, N. P. et al. Violência conjugal: elementos que favorecem o reconhecimento do agravo. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 95, p. 514-522, out./dez. 2012.

GROSSI, M. P. Masculinidades: uma revisão teórica. *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis, p. 4-37, 2004.

JABLONSKI, B. *Até que a vida nos separe: a crise do casamento contemporâneo*. Rio de Janeiro: Agir, 1998.

LAMOGLIA, C. V. A.; MINAYO, M. C. S. Violência conjugal, um problema social e de saúde pública: estudo em uma delegacia do interior do Estado do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. 2, p. 595-604, 2009.

LAURETIS, T. *A tecnologia do gênero*. In: HOLANDA, H. B. (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MACHADO, C. et al. Crenças e atitudes dos profissionais face à violência conjugal. *Acta Med. Port.*, v. 22, p. 735-742, 2009.

MACHADO, L. Z. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In: REUNIÃO BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 52., Brasília, DF, 2000. *[Anais...]* Brasília, DF: SBP, 2000.

MAFFESOLI, M. *A dinâmica da violência*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

OLIVEIRA, K. L. C.; GOMES, R. Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 5, p. 2401-2413, 2011.

PAIXÃO, G. P. N. et al. Situações que precipitam conflitos na relação conjugal: o discurso de mulheres. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, v. 23, n. 4, p. 1041-9, out./dez. 2014.

PASSOS, I. C. F. *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PERRONE, R.; NANNINI, M. *Violencia y abusos sexuales en la familia: un abordaje sistémico y comunicacional*. Buenos Aires: Paidós, 1998.

- PIMENTEL, A.; DINIZ, C. *Fluxograma da análise fenomenológica do discurso*. Belém, PA, 2017. No prelo.
- PIMENTEL, A. Grupos existenciais para conscientização de homens. *Rev. Nufen: Phenom. Interd.*, Belém, PA, v. 8, n. 1, p. 55-75, jan./jul. 2016.
- PIMENTEL, A. Pesquisa exploratória da violência psicológica por meio da linguagem. *Filol. Linguíst. Port.*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 7-26, jan./jun. 2013.
- PIMENTEL, A. *Violência psicológica conjugal: pesquisa e intervenção*. São Paulo: Summus, 2011.
- PIRES, A. S. R. *Estudo da conjugalidade e da parentalidade através da satisfação conjugal e da aliança parental*. Lisboa, 2008. Dissertação (Mestrado Integrado em Psicologia) – Universidade de Lisboa, Lisboa, PT, 2008.
- PONDAAG, M. C. M. *Sentidos da violência conjugal: a perspectiva de casais*. Brasília, DF, 2009. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.
- RICOEUR, P. *Teoria das interpretações*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- ROCHA, S. L. C. O. Gestalt e relações de gênero: a emergência de novas masculinidades e feminilidades nos modos de ser homem e mulher hoje. In: FRAZÃO, L. M.; ROCHA, S. L. C. O. *Gestalt e gênero: configurações do masculino e feminino na contemporaneidade*. Campinas, SP: Livro Pleno, 2005.
- ROSA, A. et al. A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da violência. *Saúde Soc.*, São Paulo, v.17, n.3, p. 152-160, 2008.
- SAFFIOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. de S. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.
- SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SILVA, A. C. L. G; COELHO, E. B. S; NJAINE, K. Violência conjugal: as controvérsias no relato dos parceiros íntimos em inquéritos policiais. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 4, p. 1255-1262, 2014.
- SILVA, A. K. L. Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social. *Revista do NUFEN*, Belém, PA, v. 5, n. 1, p. 12-25, jan./jul. 2013.
- SILVEIRA, T. M. O papel da criatividade nas relações conjugais: os limites do “eu” e os limites do “nós”. *Revista IGT na Rede*, v. 4, n. 7, 2007.
- TRIGO, M. H. B. Amor e casamento no século XX. In: D’INCAO, M. A. (Org.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.
- VALE, K. S. *A relação conjugal em debate: uma análise gestáltica*. Belém, PA, 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2011.



VALE, K. S.; PIMENTEL, A. Conjugalidades contemporâneas e a dificuldade em estabelecer vínculos. In: PIMENTEL, A. (Org.). *Gestaltens: pesquisas em educação, saúde e violências*. Belém: Amazônia Editora, 2012. .

VIEIRA, E. M.; PERDONA, G. S.; SANTOS, M. A. Fatores associados à violência física por parceiro íntimo em usuárias de serviços de saúde. *Rev. Saúde Pública*, v. 45, n. 4. p. 730-737, 2011.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2012: Homicídio de mulheres no Brasil*. São Paulo: Instituto Cebela, 2012.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília, DF: SPM/PR, 2015.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

O Papel de Cuidadora Atribuído à Mulher: escuta psicológica de acompanhantes de pacientes em tratamento hemodialítico

El Papel de Cuidadora Asignado a Las Mujeres: informe psicológico de acompañantes de pacientes en tratamiento hemodialítico

The Role of Caregiver Attributed to Women: psychological report of companions of patients on hemodialysis

Arina Marques Lebrege

Samantha Moraes Cabral Lobato

Larissa Raquel Virgolino Fima

Resumo: O objetivo deste foi refletir acerca do papel de cuidadora atribuído a mulheres que acompanham pacientes em tratamento hemodialítico. Apresentamos relato de experiência, destacando que os estudos de gênero discutem e problematizam o cuidado como uma condição feminina na atualidade e o conhecimento da psicologia da saúde para refletir acerca das repercussões psíquicas envolvidas neste cuidado do outro, que pode ocasionar impactos na saúde mental das cuidadoras. Como considerações finais, destacamos a importância da discussão dos estudos de gênero aplicadas ao contexto da Psicologia da Saúde.

Palavras-chave: Hemodiálise. Cuidadora. Feminino. Gênero.

Resumen: El objetivo fue reflexionar acerca del papel de cuidadora asignado a las mujeres que acompañan los pacientes en tratamiento hemodialítico. Presentamos éste relato de experiencia, destacando que los estudios de género discuten y problematizan el cuidado como una condición femenina y el conocimiento de la psicología de la salud para reflexionar acerca de las repercusiones psíquicas involucradas en el cuidado del otro. Destacamos la importancia de la discusión de los estudios de género aplicados al contexto de la Psicología de la Salud.

Palabras clave: Hemodiálisis. Cuidador. Femenina. Género.

Abstract: The objective of this study was to reflect on the role of caregiver attributed to women who accompany patients on hemodialysis. Presenting an experience report, highlighting that gender studies discuss and problematize care as a current female condition and the knowledge of health psychology to reflect on the psychic repercussions involved in this care of the other, which can cause impacts on the mental health of caregivers. As final considerations, the importance of the discussion of gender studies applied to the context of Health Psychology are emphasized.

Keywords: Hemodialysis. Caregiver. Female. Gender.

Arina Marques Lebrege – Mestre em Psicologia. Discente e supervisora da Disciplina Estágio Supervisionado em Psicologia da Saúde na Universidade da UNAMA. E-mail: arinamlebrege@gmail.com

Samantha Moraes Cabral Lobato – Psicóloga. Preceptora da Disciplina Estágio Supervisionado em Psicologia da Saúde na Universidade da UNAMA. E-mail: samlobato@hotmail.com

Larissa Raquel Virgolino Fima – Estagiária da Disciplina Estágio Supervisionado em Psicologia da Saúde na Universidade da UNAMA. E-mail: larafima@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi construído a partir da experiência das proponentes deste estudo em serviços de psicologia em setores hospitalares e clínicas de nefrologia do Estado do Pará.

Considerando a prática nestes contextos, elegemos como objetivo refletir sobre o papel de mulheres/cuidadoras que acompanham pacientes com Insuficiência Renal Crônica e em tratamento hemodialítico, a partir da experiência de escuta psicológica. O interesse em tecer reflexões acerca deste tema deveu-se à observação de que o acompanhamento dos pacientes durante o referido tratamento era, em sua maioria, realizado por mulheres.

Segundo Resende *et al* (2007) a insuficiência renal crônica é considerada, no cenário mundial, um grave problema de saúde pública. O aumento da sua incidência e prevalência decorre do crescente número de hipertensos, diabéticos, bem como do envelhecimento da população pela maior expectativa de vida. Trata-se de uma doença crônica, que acomete os rins, de maneira rápida ou progressiva, tornando-os incapazes de realizar suas funções de filtragem das toxinas do sangue. Com esta perda da função em fases mais avançadas, há necessidade de um tratamento renal substitutivo.

Segundo Lopes e Silva (2014), o tratamento hemodialítico, foco deste estudo, é um tratamento renal substitutivo, sendo um procedimento realizado através de uma máquina que trabalha na filtragem e eliminação das toxinas do sangue do paciente, atuando como um rim artificial, dessa forma, o sangue retorna para o indivíduo com uma qualidade melhor. De acordo com Sociedade Brasileira de Nefrologia (2017), a cada ano, aproximadamente 21 mil brasileiros precisam iniciar tratamento por hemodiálise ou diálise peritoneal.

A insuficiência renal é uma doença crônica que se caracteriza por estados patológicos que apresentam incapacidade residual, alterações patológicas irreversíveis, com cuidados e limitações no decorrer da vida. O tratamento desta patologia requer mudanças que afetam diretamente a alimentação e a rotina dos pacientes, com consideráveis restrições líquidas, alimentares e o uso de medicamentos contínuos. Tais mudanças refletem no estado emocional do paciente, e estes podem apresentar reações como: sofrimento psíquico, medo, angústia, raiva, pensamentos sobre a morte, etc. (SANTOS E SEBASTIANE, 1996; RODRIGUES, LIMA E AMORIM, 2004).

Para Santos e Sebastiane (1996), o apoio da família é fundamental para o paciente que atravessa um longo tratamento de saúde, como o de hemodiálise, este suporte influencia na mudança do estilo de vida e na adesão ao tratamento. Assim como o doente crônico, a sua família vivencia mudanças em suas vidas, tais como mudanças de papéis, na rotina diária, pois o familiar/cuidador precisa acompanhar o paciente em suas consultas e procedimentos, incluindo o manejo e convivência no que tange ao estado emocional do paciente, que pode impactar nas relações afetivo-familiares.

Segundo dados do último censo da Sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN) (2017), 58% dos usuários da hemodiálise são do sexo masculino e possui como acompanhante/cuidadoras mulheres, dado corroborado na vivência prática das proponentes deste trabalho.

Entendendo que o tema se refere à organização social da relação entre os sexos, optamos por inserir o conceito de gênero nas discussões deste trabalho; tal conceito emergiu para distinguir a dimensão biológica da social. Nesse sentido, tem-se que há machos e fêmeas na espécie humana, mas ser homem e ser mulher é uma construção cultural. Assim sendo, a introdução da noção de gênero permitiu que se associasse sexo à natureza de um lado, e gênero à cultura de outro lado (SCOTT, 1995; HEIBORN, 2003).

Estas construções delineadas a partir da anatomia, afirmam as desigualdades entre homens e mulheres, separando o lugar social das mulheres e dos homens. Considerando tal perspectiva, Zaccari-Reyners (2006) destaca que uma das dimensões éticas e morais que vêm sendo atribuídas historicamente ao feminino é a de provisão de cuidados, demarcando, de maneira clara, que ainda nos dias atuais se reproduz, nas relações de gênero e familiares, uma delimitação de papéis e modelos, a despeito dos avanços da contestação do patriarcado e do machismo.

O cuidar pode ser compreendido como uma relação intersubjetiva no qual um aceita os cuidados de um outro; tais cuidados podem envolver acolhimento, provisão de alimentos e/ou cuidados com higiene e suporte afetivo-emocional, que podem ocorrer no início da vida, ao longo desta ou no seu limite. Tais ações e comportamentos exigem investimento, habilidades e atitudes, que visam melhorar a condição humana.

Para abordar o objeto de pesquisa proposto, empregamos o método qualitativo, que consideramos adequado por examinar a compreensão subjetiva das pessoas a respeito de sua vida diária (Flick, 2008). Utilizamos, no entanto, mais especificamente o relato de experiência das proponentes em setores de hemodiálise, elencando como foco aspectos acessados durante as intervenções com as mulheres/cuidadoras do sexo feminino.

Durante a prática das proponentes deste estudo, além das intervenções psicológicas com os pacientes, foram realizados atendimentos com as acompanhantes/familiares, dentre os quais destacamos: escutas individuais e em salas de espera e psicoeducação, onde foi escutado, em sua totalidade, mulheres; ao ofertar estes espaços, entramos em contato com a dimensão subjetiva destas, como será apresentado nos resultados mais adiante, que suscitaram a relevância das reflexões das questões de gênero envolvidas neste processo.

Destacamos, portanto, a importância de refletirmos acerca do apoio da família para a adesão ao tratamento do paciente com insuficiência renal crônica e em tratamento hemodilítico, e, paralelamente, desvelar um olhar para a cuidadora, para os cuidados destas e com estas.

1. Do papel de cuidadora atribuído a mulher...

Como ressaltado acima, um dado relevante que tivemos acesso durante a prática em clínicas e serviços de hemodiálise foi de que a maioria das pessoas que acompanham os pacientes em hemodiálise eram mulheres. Dado que merece reflexões, pois observamos, pelos estudos de gênero, que o cuidado tem sido associado ao gênero feminino e interpretado erroneamente como sendo sua obrigação. Assim sendo, o patriarcado tem tentado atribuir, destinar e fixar esta função a uma suposta “natureza” feminina.

Segundo Guedes e Daros (2009) os papéis predestinados às mulheres foram e ainda são modulados historicamente e naturalizados, a estas foram endereçadas as funções de cuidar dos filhos, irmãos, companheiros e na manutenção da casa, e, ainda que exerçam atividades profissionais na atualidade, estas responsabilidades ainda são a elas endereçadas de forma primordial, assim sendo, algumas mulheres acumulam tais funções com seus projetos de vida; outras por sua vez, em virtude da sobrecarga, adiam ou os abandonam: *“Ao identificar-se com o ato de cuidar, a mulher, muitas vezes, distancia-se da possibilidade de outras escolhas, ou distancia-se dos próprios projetos. Cuidar do outro torna-se o seu cotidiano”* (GUEDES, DAROS, 2009, p. 13).

Existe, portanto, a cobrança cultural do desempenho do papel de cuidar pela mulher. Assim, foi imposto socialmente que esta deve desempenhar o cuidado com dedicação, pois, dessa forma, será bem vista, como boa mãe, esposa, filha, sendo lançada numa espécie de disputa, por vezes

com outras mulheres, no que tange ao desempenho de tal função. O que reforça o mito do amor materno e da esposa responsável pelos afazeres do lar, de âmbito restrito e privado, o que desvela, a partir de suposto “senso moral”, machista e patriarcal, funções exclusivamente feminina.

Os papéis sociais, portanto, parecem estar, ainda nos dias atuais, fundamentados em questões biológicas em nossa sociedade, e isto exige reflexões. Laqueur (1990) postula que a própria natureza do sexo deva ser histórica e culturalmente relativizada; discute essa ideia ilustrando que, historicamente, as diferenciações e atribuições de papéis masculinos e femininos se deram quando se pensava haver um único sexo e as mulheres serem consideradas homens que não se desenvolveram completamente. De acordo com esse autor, foi apenas por volta do início do século XIX que surgiu o modelo de dois sexos opostos: o masculino e feminino. A construção desse novo modelo de sexos opostos decorreu de necessidades ideológicas e não de avanços tecnológicos: para justificar as desigualdades exigidas pela política e pela economia da ordem burguesa dominante, entre homens e mulheres com fundamentos em desigualdades naturais. Dessa forma, não só gênero seria atribuível a pautas sociais, mas também a própria noção distintiva de sexo.

Butler (2003) propõe que somos inseridos em um gênero desde nosso nascimento até à morte. Propõe, ainda, a superação do modelo binário e opositor das categorias “mulher” e “homem”. Para ela, as possibilidades e variabilidades de gênero seriam infinitas. Em sua teoria, a autora indica que gênero é uma imitação que persiste ao longo do tempo, de modo que passa a ser vista como natural do corpo.

Para Louro (2000), os corpos, no decorrer de sua existência e vivências de contextos, são acrescidos de marcas culturais que os conduzem a estímulos para construção dos gêneros e também possibilitam as maneiras de expressar as vontades e desejos, impostos pelas redes de poder da sociedade, que estabelecem padrões compostos e definidos pelas relações sociais.

Vale destacar que, na experiência prática de escuta psicológica ofertada às cuidadoras, estas se consideravam como produtoras do cuidado, e a estas foram impostas crenças presentes no imaginário social de que o cuidado ao outro deva estar acima do cuidado consigo, e que, em prol deste cuidado, deva abandonar seus projetos de vida e seus desejos. Quando há um questionamento por parte destas mulheres deste papel construído culturalmente, estas sofrem rechaço, preconceitos e discriminações por parte da pessoa cuidada, dos demais familiares, da sociedade e até de alguns profissionais de saúde.

Neste sentido, destacamos que a incorporação do que é ditado social e culturalmente à mulher – como um papel naturalizado de cuidadora, produto da lógica patriarcal e machista – exige por parte destas, das pessoas cuidadas, da família, da sociedade e dos profissionais de saúde, reflexões pautadas na ética, para que seja considerado o desejo e o direito dos envolvidos no cuidado para com o outro, e que estes possam ser vistos, escutados e empoderados.

2. O cuidar e as repercussões psíquicas naqueles que cuidam

Nos atendimentos psicológicos às acompanhantes, estas relataram acerca das dificuldades vivenciadas após o início da Hemodiálise de seu familiar, como o abandono de suas próprias atividades laborais, mudanças de cidade, em casos em que os tratamentos eram ofertados distantes de seu município de origem, e mudanças em sua rotina.

O paciente em tratamento hemodialítico precisa comparecer ao centro de tratamento pelo menos três vezes na semana, de três a quatro horas por dia, correndo risco de morte durante o

procedimento. Assim, a ida dos pacientes aos serviços e consultas, pela exaustão física e psíquica, envolve, em sua maioria, a necessidade de um acompanhante para suporte.

Há uma mudança na dinâmica de vida dos pacientes e cuidadoras envolvidos, e o grau de dependência do indivíduo doente ao cuidador torna-se um desafio em decorrência das mudanças significativas que emergem neste processo; assim, são afetadas diversas áreas, como o trabalho, condição financeira e gerenciamento do tempo (BOCHI, 2004; MACHADO, FREITAS E JORGE, 2007).

Nas intervenções psicológicas individuais, escutamos relatos de mulheres sobre os esforços e desgastes envolvidos na tarefa de cuidar. Na espera dos familiares e/ou cuidadores por estes pacientes, o psiquismo das acompanhantes pode ser invadido por medo de morte do familiar, medo da piora ou agravamento do quadro clínico, angústias, desamparo, dentre outros sentimentos, o que envolve impactos subjetivos advindos da tarefa de cuidar, por vezes, elas verbalizam sensações de tristeza, medo e angústia; e ainda não é incomum identificarmos estados ansiosos e depressivos na prática diária.

Portanto, os cuidados diários com os pacientes fazem com que as cuidadoras não identifiquem tempo para cuidar de si. Segundo Angerami-Camon (2003), a percepção deste dano à saúde pessoal pode colaborar para que os cuidadores se impacientem com as alterações e impossibilidades provocadas pela doença de seu familiar.

Desta forma, é de suma relevância compreender as dificuldades enfrentadas pelas acompanhantes em relação ao cuidar e quais os impactos advindos deste processo. E, para auxiliar o doente no enfrentamento da sua nova condição de vida, cabe aos profissionais de saúde conhecer e compreender a dinâmica de relações na qual este se encontra, o que significa compreender a experiência familiar e de seus cuidadores, pois é visível a necessidade de acolher angústias e oferecer suporte e assistência digna aos mesmo (SANTOS *et al*, S/d).

Frente ao exposto, as intervenções psicológicas foram desenvolvidas com intuito de possibilitar reflexões acerca de estratégias de enfrentamento da situação de adoecimento de seus familiares, de estabelecer comunicação com a equipe de saúde e, principalmente, refletir acerca do cuidado consigo e das possibilidades de empoderar-se para desenvolver papéis para além dos de cuidadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da ideia de que o processo saúde-doença se manifesta de diferentes formas para o paciente e familiar, a atuação do psicólogo juntamente com as acompanhantes faz-se necessário para uma reorganização frente aos cuidados e para um resgate de si.

Frisa-se a importância do acolhimento como reorganização das práticas cotidianas e o questionamento de qual o papel ocupado pela mulher. E, deste modo, pensando na saúde destas mulheres, que também estão propensas ao sofrimento e ao adoecimento, considerando os contextos sociais e culturais as quais estão imersas.

Para além disto, é dever ético da psicologia problematizar a associação do cuidado ao feminino no âmbito da saúde, e, a partir da apropriação das discussões dos estudos de gênero, decantar uma posição ética de consideração do sujeito que cuida. Assim sendo, a construção de relações e encontros dialógicos, ofertando espaços de acolhimento, é de suma relevância para o empoderamento do sujeito humano que cuida e sua consideração enquanto desejante e possuidor de direitos.

REFERÊNCIAS

- ANGERAMI-CAMON, V.A. *Novos rumos na psicologia da saúde*. São Paulo: Thomson Learning, 2002.
- BERTAGNA, R. A atuação da Enfermagem na Clínica de Diálise, no Cuidado com o Paciente Nefropata. In: MALAGUTTI, W.; NOGUEIRA, R.R. (Orgs.) *Nefrologia: uma abordagem multidisciplinar*. Rio de Janeiro. Editora: Rubio, 2011.
- BOCCHI, S. C.M. Vivenciando a sobrecarga ao vir-a-ser um cuidador familiar de pessoa com acidente vascular cerebral (AVC): análise do conhecimento. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 12, n. 1, p. 115-121, Feb. 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692004000100016&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Dec. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692004000100016>.
- DUQUE, K de C. D.; AZEVEDO, R. O cuidar versus a medicalização da saúde na visão dos enfermeiros da atenção primária à saúde. *Rev. APS*. 2016 jul/set; 19(3): 403 - 411.
- FIGUEIREDO, Luís Claudio. A metapsicologia do cuidado. *Psyche (Sao Paulo)*, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 13-30, dez. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382007000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 dez. 2018.
- FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2008. 408p. (Série Métodos de Pesquisa).
- FERNANDES, L. Freitas. Perspectivas da Psicologia no campo do transplante renal. In: LAGE, A. V.; M. K. C. C. (Orgs.). *Psicologia Hospitalar. Teoria e Prática em Hospital Universitário*. Fortaleza: Edições UFC, 2007.
- HEILBON, M.L. *Articulando gênero, sexo e sexualidade: diferenças na saúde*. In: GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, R.M.G.; MARA, H.A.G. (Orgs.). *O Clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2003. P. 197-208.
- GUEDES, O.S., DAROS, M. A. O cuidado como atribuição feminina: contribuições para um debate ético. *Serv. Soc. Rev.*, Londrina, V. 12, n1, P.122-134, jul/dez- 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/viewFile/10053/8779>>
- LAQUER, T. *Making sex: body and gender from the Greeks to Freud*. Boston: Harvard University Press, 1990.
- Louro G.L. *O corpo educado: Pedagogias da Sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica; 2000.
- MACHADO, A. L. G; FREITAS. C.H. A; JORGE, M.S.B. O fazer do cuidador familiar: significados e crenças. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Vol. 60, número 5, outubro, 2007.
- RESENDE, M. C.; SANTOS, F. A. S.; SOUSA, M. M. DE; MARQUES, T. P. Atendimento psicológico a pacientes com insuficiência renal crônica: em busca de ajustamento psicológico. *Psicologia Clínica*, 19(2), 87-99. 2007. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652007000200007>>
- SANTOS, C.T.; SEBASTIANE, R.W. *O acompanhamento psicológico à pessoa portadora de doença crônica*. In: ANGERAMI-CAMON, V (Org.). *E a psicologia entrou no hospital*. São Paulo: Pioneira, 1996.

SANTOS, A.M.; FORTES, P.R.B.; LUSTOSA, P. Construções subjetivas por cuidadores de indivíduos em hemodiálise: relato de experiência. In: Associação Brasileira de Psicologia Social (Org). *Anais* [Online]. Maceió: ABRAPSO. Disponível em: <http://abrapso.org.br/siteprincipal/imagens/Anais_XVENABRAPSO/627.%20dos%20estudos%20de%20g%C3%A1nero%20e%20teorias%20queer.pdf>. Acesso em 16 de outubro, 2012.

SCOTT, J. Gênero: Uma categoria útil para a análise histórica. *Revista Educação e Realidade* 20 (2): 71-99, jul/dez. 1995.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEFROLOGIA. Censo. 2017. Disponível em: <<https://sbn.org.br/>>

ZACCAI-REYNERS, N. *Respect, réciprocité et relations asy métriques. Quelques figures de La relation de soin.* Esprit, p. 95-109, Javier, 2006.

Lei Maria da Penha sob Análise: história, críticas e apreciações

La Ley Maria da Penha Bajo Análisis: historia, críticas y apreciaciones

Maria da Penha Law under Analysis: history, criticism and appreciations

Anna Beatriz Alves Lopes

Adelma Pimentel

Resumo: A Lei Maria da Penha é um dos principais instrumentos de estruturação de políticas públicas para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil. A partir da leitura de bibliografia científica, este estudo tem como objetivo analisar e refletir criticamente aspectos do uso e aplicação da lei. Dividido em quatro tópicos principais, o texto aborda o contexto histórico da formulação da lei; em seguida os mais comuns ritos do processo judicial; posteriormente formuladas críticas ao uso extensivo de medidas punitivas; e, por fim, indicados os principais aspectos assistenciais e educativos propostos no texto da lei. Deste modo, este artigo propõe evidenciar a importância da utilização das medidas assistenciais e educativas em detrimento ao extensivo uso das medidas punitivas e criminalizantes derivadas do direito penal.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha. Análise Crítica. Medidas Assistenciais.

Resumen: La Ley Maria da Penha es uno de los principales instrumentos de estructuración de políticas públicas para frenar la violencia doméstica y familiar contra las mujeres en Brasil. A partir de la lectura de la bibliografía científica, este estudio tiene como objetivo analizar y reflejar críticamente los aspectos del uso y aplicación de la ley. Dividido en cuatro temas principales, el texto aborda el contexto histórico de la formulación de la ley; en seguida los ritos más comunes del proceso judicial; posteriormente formuladas críticas sobre el uso extensivo de medidas punitivas; y por último, se indican los principales aspectos educativos y asistenciales propuestos en el texto de la ley. Así, este artículo propone resaltar la importancia del uso de la asistencia y de las medidas educativas en detrimento del uso extensivo de medidas punitivas y criminalizadoras derivadas del derecho penal.

Palabras clave: Maria da Penha Law. Análisis Crítico. Medidas de Asistencia.

Abstract: The Maria da Penha law is one of the main instruments for structuring public policies to curb domestic and family violence against women in Brazil. Based on the review of scientific bibliography, this study aims to analyze and critically reflect about aspects of the use and application of the law. Divided into four main topics, the text addresses the historical context of the formulation of the law; then the most common rites of the judicial process; subsequently formulated criticism of the extensive use of punitive measures; and finally, the main assistance and educational aspects proposed in the text of the law are indicated. Thus, this article proposes to highlight the importance of the use of assistance and educative measures to the detriment of the extensive use of punitive and criminalizing measures derived from criminal law.

Keywords: Maria da Penha Law. Critical Analysis. Assistance Measures.

Anna Beatriz Alves Lopes – Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPA. E-mail: annabeatrizlop@gmail.com

Adelma Pimentel – PHD em Psicopatologia e psicologia do desenvolvimento pela UEVORA-PT. Docente da faculdade de Psicologia/UFPA. Coordenadora do NUFEN (Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas). Linha de pesquisa: fenomenologia – teoria e clínica. E-mail: adelmapi@ufpa.br

INTRODUÇÃO

A Lei nº 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, foi publicada no dia 07 de agosto do ano de 2006, tornando-se uns dos principais instrumentos de estruturação de políticas públicas brasileiras que criam mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A criação destas políticas se deu, em grande parte, baseada nos acordos de conferências internacionais dos quais o Brasil é signatário como a Convenção para A Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, de 1979, e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), de 1996. (AGUAYO et al. 2016).

Entretanto, apesar desta lei ser uma importante ferramenta de combate à violência contra mulheres, podemos fazer análises e críticas quanto à forma como ela vem sendo utilizada. Deste modo, este artigo apresenta como objetivo analisar e refletir criticamente aspectos do uso e aplicação da lei, buscando evidenciar a importância da utilização das medidas assistenciais e educativas em detrimento ao extensivo uso das medidas punitivas e criminalizantes derivadas do direito penal.

Inicialmente, apresentamos o contexto histórico da formulação da lei; em seguida, como forma de melhor compreender os procedimentos legais pelos quais perpassam as mulheres “vítimas” e os autores de violência nos âmbitos policiais e jurídicos, são expostos os mais comuns ritos do processo judicial aos termos da lei; posteriormente, formuladas críticas ao uso extensivo de medidas punitivas; e, por fim, indicados os principais aspectos assistenciais e educativos propostos no texto da lei.

1. Histórico da Lei Maria da Penha

Ao tratar sobre o histórico da Lei Maria da Penha, apresenta-se a fundamentação de sua base ideológica: a constituição federal de 1988 constitui o primeiro suporte no qual a lei foi baseada, pois foi a primeira vez na legislação nacional que se estabeleceu a igualdade entre mulheres e homens e onde também foi determinada a proteção da família pelo estado. Consta no §8º do Art. 226 da CF: “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações” (BRASIL, 1988).

A década de 1980 foi um período de grandes avanços de retomada da república no Brasil e da afirmação de garantias de direitos humanos no âmbito nacional e internacional. Neste período, as lutas feministas se intensificaram tanto no meio acadêmico como nas militâncias, possibilitando a organização de movimentos e conferências mundiais para tratar dos direitos das mulheres (SOARES; GONÇALVES, 2017). A partir destas conferências é que, em 1994, ocorreu a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará, a qual afirma “que a violência contra a mulher constitui violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais e limita total ou parcialmente a observância, gozo e exercício de tais direitos e liberdades” além de considerar que “a eliminação da violência contra a mulher é condição indispensável para seu desenvolvimento individual e social e sua plena e igualitária participação em todas as esferas de vida” (OEA, 1994).

A década de 1980 também foi o período em que se criou a primeira delegacia da mulher no Brasil, a qual recebia grande volume de denúncias de violências ocorridas no contexto doméstico e familiar e que conduzia seus procedimentos conforme todos os demais crimes alheios a este contexto. Em 1995, no entanto, com o advento da lei 9099/95 que dispõe sobre a criação de juizados

especiais cíveis e criminais no intuito de desafogar os processos das varas por situações de menor potencial ofensivo, foram instituídos novos procedimentos como audiências de reconciliação antes da instauração do processo para crimes com até 2 (dois) anos de pena. As delegacias com demandas de violência contra a mulher, então, tiveram que se adaptar à nova legislação, pois as queixas mais comuns em sua jurisdição eram justamente de crimes como ameaça e lesão corporal. Dessa forma, a maioria dos casos de violência contra a mulher foram tratados como de menor potencial ofensivo. Os movimentos feministas brasileiros alegaram que a atribuição da Lei 9099/95 em casos de violência doméstica e familiar gerava grandes taxas de impunidade destes casos e, portanto, seria uma possível causa para o aumento dos índices de violência doméstica contra mulheres. Assim, esses movimentos começaram a criticar e se posicionar contra a Lei 9099/95 (SOARES; GONÇALVES, 2017).

Antes de sancionada, a Lei Maria da Penha começou a ser elaborada após o Brasil ter sido condenado em 2001 pela Comissão Interamericana por negligência e omissão nos casos de violência doméstica e familiar, em especial, pelo caso de Maria da Penha, que recorreu às instituições internacionais, após anos tentando na justiça brasileira, a punição de seu ex-marido pelas duas tentativas de assassiná-la. A Corte Interamericana recomendou a reforma do sistema legislativo para o enfrentamento da violência contra a mulher, assim, foi formado um consórcio de cinco ONG's, que, sob coordenação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR, criaram o Grupo de Trabalho Interministerial por meio do decreto 5.030/04, com o objetivo de formular uma lei de combate à violência doméstica e familiar contra mulheres no Brasil. O consórcio passou por diversos estados brasileiros, organizando reuniões para a discussão de propostas para a formulação da lei, sendo esta concluída e entregue ao congresso em novembro de 2004. Após algumas modificações feitas pelo congresso e senado, a lei finalmente foi sancionada em 07 de agosto de 2006 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (DIAS, 2010; SOARES; GONÇALVES, 2017).

Deste modo, a lei

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. (BRASIL, 2006).

Podemos fazer uma reflexão inicial de que a lei não é apenas um sistema de enrijecimento de penas, muito mais que um objeto penal, a lei, baseada em convenções internacionais de direitos humanos, cria diversos mecanismos além do sistema punitivo, sendo, talvez, as “outras providências” até mais eficazes do que as alterações dos códigos penais.

Depois de sancionada a Lei Maria da Penha, surgiram diversas críticas que consideravam a lei inconstitucional por privilegiar a mulher, ignorando o art. 5º da constituição, o qual dita que todos são iguais perante a lei. No entanto, essas críticas podem ser refutadas pelo argumento de que, apesar de ressaltada na Constituição Federal a igualdade entre os sexos, a discriminação que coloca a mulher em posição de inferioridade e subordinação frente ao homem é secular, portanto, a desproporção física ou de valoração social que ainda existe entre os gêneros masculino e feminino não pode ser

desconsiderada (DIAS, 2010). Assim sendo, em 2012 a lei foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal, que determinou sua constitucionalidade, encerrando esta discussão (BRASIL, 2006).

Dentre suas principais características, a lei 11.340/06 estabeleceu o afastamento da Lei 9.099/99 nos casos de violência doméstica e familiar contra mulheres, instituiu a criação dos Juizados com varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher com funções cíveis e criminais, as alterações dos códigos penais e o enrijecimento das penas, além de afastar a possibilidade de pagamento de cestas básicas.

Além disso, é importante ressaltar que a lei não criou nenhum novo crime, e tampouco é a responsável por criminalizar a violência contra a mulher; os tipos penais são os mesmos inscritos no código penal, sendo apenas modificados os procedimentos judiciais destes, caso tenham sido cometidos contra mulheres em âmbito doméstico ou familiar (DIAS, 2010; MONTENEGRO, 2015). Para deixar mais claro, caso uma mulher sofra uma ameaça de seu marido, ela poderá denunciá-lo e o mesmo será investigado e julgado pelo crime estabelecido no Art. 147 do código penal aos termos da Lei 11.340/06. A seguir, explicito os procedimentos judiciais específicos da Lei Maria da Penha.

2. Os ritos judiciais aos termos da lei

A Lei 11.340/06 entrou em vigor no ano de 2006, com ela, o processo judicial aplicado aos casos de violência contra a mulher sofreu algumas alterações devido a peculiaridades dos casos envolvendo este tipo de crime. Compreender os procedimentos policiais e jurídicos pode nos dar base para analisar as possíveis formas de como a lei vem sendo aplicada e suas interferências nas vivências dos autores de violência.

Inicialmente, ocorre o registro da ocorrência em uma delegacia, que pode ser pela mulher que sofreu a violência ou por terceiros. Quando o registro da ocorrência é feito por terceiros, a autoridade policial e judicial convocam a vítima e o acusado para oitiva da sua versão dos fatos.

Quando a mulher faz este registro numa delegacia, a autoridade policial lavra o Boletim de Ocorrência (BO). Com isso, a autoridade realiza um inquérito policial e encaminha ao Poder Judiciário. No judiciário, o processo será distribuído para uma vara de violência doméstica e familiar, que, posteriormente, o enviará ao Ministério Público (MP), para que decida se promove a ação penal (SOUZA, 2016).

Podem haver dois tipos de ação penal: a pública e a privada. Nos casos de violência doméstica e familiar, crimes de menor potencial ofensivo como injúrias e difamações são do tipo de ação penal privada, os quais são movidos pela mulher (“vítima”) por meio da **queixa** produzida por seus advogados – neste caso, a delegacia só produz o inquérito policial com o consentimento da mulher. Outros crimes relacionados à violência doméstica e familiar suscitam ações penais públicas, estas são movidas pelo MP por meio da **denúncia** e podem ser condicionadas – quando necessitam da representação da vítima para o início da ação – ou incondicionadas – quando não é necessária a representação e o MP promove a ação penal sem necessitar da “autorização” da vítima. Tanto a queixa como a denúncia são peças que são encaminhadas ao Juízo para iniciar o processo.

Nas situações das ações penais públicas condicionadas, caso a mulher queira desistir da ação, ela pode fazer a retratação da representação, então o juízo marca uma audiência de retratação que deve ocorrer antes do encaminhamento da Denúncia do MP.

O juízo responsável pode ser, caso a comarca tenha, o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM), ou se na comarca não existir JVDFM, o juízo responsável será

de uma vara criminal comum, a qual, nesses casos, terá funções cíveis e criminais tal como dita a lei (BRASIL, 2008; BRASIL, 2013).

Quando a autoridade policial toma conhecimento de um crime, pode ser solicitada a prisão em flagrante no momento da ocorrência. Neste caso é feito um auto de flagrante, encaminhado ao Juiz, que pode determinar o relaxamento da prisão em flagrante, conceder liberdade provisória ou, também, pagamento de fiança, ou pode decretar prisão preventiva. Em situação de prisão em flagrante, a autoridade policial faz o inquérito de flagrante, que deve ser concluído em até dez dias para ser encaminhado ao judiciário. Além disso, se o juízo avaliar necessário, durante todas as fases do processo pode ser aplicada a prisão preventiva do homem, tanto nos inquéritos quanto na instrução criminal (BRASIL, 2008; BRASIL, 2013).

A qualquer momento, caso sinta necessidade, a mulher, juntamente à autoridade policial, pode solicitar ao juízo a concessão de medidas protetivas, como imposto no art. 22, 23 e 24 da Lei 11.340/06, tais quais: o afastamento do lar, proibição de condutas como aproximação, bem como comunicação com a ofendida e/ou familiares e testemunhas, restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores. Estas medidas também podem ser solicitadas pelo advogado, defensor ou pela própria mulher diretamente ao juízo, o qual, em todas as situações, terá o prazo de 48 horas para expedir decisão. Nesses casos, o Homem Autor de Violência (HAV), ao tomar conhecimento destas ações, pode buscar advogado ou defensor público para sua defesa (BRASIL, 2008; BRASIL, 2013).

É de competência da delegacia a instauração do inquérito policial, o qual tem por objetivo coletar provas a partir dos depoimentos da mulher “vítima”, do acusado e testemunhas, exame de corpo de delito, entre outros que serão encaminhados em forma de relatório ao juízo no prazo máximo de 30 dias, que este enviará ao MP para analisar o inquérito. Se o MP averiguar que o relatório aponta para indícios da existência de crime e que existem elementos para o julgamento, ele oferecerá denúncia ao juízo.

Ao chegar a denúncia ou queixa no juízo, o juiz notifica o acusado para que este busque um advogado ou defensor público e seja feita a manifestação da resposta à acusação, que é a primeira manifestação processual do acusado, como uma forma de pré-defesa antes da audiência de instrução. Após o recebimento da resposta à acusação, o juiz pode avaliar que não há elementos suficientes para o início de um processo e determinar a absolvição sumária do acusado ou julgar que os elementos de acusação são pertinentes e marcar a audiência de instrução – neste momento, o HAV torna-se réu.

Na audiência de instrução, intimam-se as partes, ocorre a oitiva dos fatos de ambas as partes e das testemunhas, em seguida, ocorrem as alegações finais feitas: primeiramente, pelo promotor e, posteriormente, pelo advogado de defesa. Por fim, o juiz sentencia absolvendo ou condenando o acusado, sendo as possíveis sentenças de condenação: pena privativa de liberdade, restritivas de direito e/ou multa (BRASIL, 2008; BRASIL, 2013).

De acordo com Montenegro (2015), estes ritos e procedimentos jurídicos podem ser até mais prejudiciais às vítimas e nem sempre promovem a “reabilitação” dos autores de violência. Deste modo, a forma como se tem utilizado os instrumentos da lei são passíveis de análises e críticas.

3. Uma análise crítica da Lei Maria da Penha

Após o entendimento dos contextos de surgimento e aplicação da Lei Maria da Penha, podemos analisar alguns aspectos da violência contra as mulheres no sistema jurídico brasileiro. É neces-

sário ter a compreensão que, muitas vezes, ao ser inserida no sistema de direito penal, estas questões acabam por perder a dimensão vivencial das relações em que há violência. Usualmente, tende-se a estabelecer os sujeitos em dois polos de oposição hierárquicos: a vítima passiva e o algoz ativo. Assim, deixa-se de lado como e para que a violência surgiu nesta relação, o que ela comunica? Como entender as situações em que a violência ocorre?

Segata (2010) afirma que a violência não é localizável nem é ontológica, mas relacional e situacional, portanto, não tem existência nela mesma, senão na atividade de sujeitos, dessa forma, não é um fenômeno somente produto do social, mas é um produtor de linguagens e relações. Além disso o autor sugere:

As violências acontecem nas relações (com intencionalidades específicas) e não somente no discurso da Lei. Há antes da tipificação criminal de uma ou outra violência, uma dimensão vivencial, que muitas vezes é obscurecida pelos termos das leis. De outra forma, não é também de nenhuma intenção desresponsabilizar sujeitos que possam ser violentos, antes sim, como já apontamos, é procurar compreender, através das narrativas de violências, as situações em que elas aconteceram, especialmente em contextos domésticos. (p.93).

Muitas vezes, o direito penal é visto como a solução para os problemas sociais, pois tem um caráter simbólico na construção da legitimidade, servindo de estratégia política com consequências para as expectativas dos movimentos sociais (RIFIOTIS, 2012). No entanto, segundo Montenegro (2015), o direito penal simbólico não gera efeitos protetivos concretos, pois causa apenas de forma imediata uma sensação de segurança e tranquilidade, mas não trabalham as verdadeiras causas dos conflitos, ou seja, ele, por si só, não é um mecanismo eficaz na mudança de comportamento social, principalmente no que se refere à violência doméstica e familiar.

Ratificando o exposto acima, Andrade (2014), a partir da análise do Mapa da Violência de 2012, constatou que “os mecanismos de punição e repressão tem se mostrado insuficientes na contenção do crescimento da violência contra as mulheres” (p.174). Assim, a busca pelo direito penal aparece como uma forma de remendo para problemas enraizados na sociedade, no entanto, este trabalha com apenas uma parte da violência, ignorando suas múltiplas formas (MONTENEGRO, 2015).

É necessário observar também que, na Lei, a bipolarização vítima-agressor é imposta ao longo de seu texto. Existem dois perigos ao se estabelecer esta divisão polarizada: o primeiro é de que, ao conceber a mulher unicamente como vítima, priva-se seu espaço e poder de decisão, afastando qualquer chance de sua participação na resolução de seu conflito (RIFIOTIS, 2015; MONTENEGRO, 2015). A segunda questão é de que, ao atribuir o estereótipo de agressor, se crava um rótulo de agressividade no indivíduo e diminuem as possibilidades de mudança dos autores de violência (MONTENEGRO, 2015).

É a criminalização do conflito que pode também ocasionar prejuízos à própria mulher, gerando o que Montenegro (2015) aponta como a dupla vitimização da mulher, pois ela torna-se vítima do “agressor” e do sistema judicial, visto que o sistema não leva em consideração as singularidades das relações. Dias (2010) ratifica este argumento quando afirma que “a vítima, ao veicular a queixa, nem sempre quer separar-se do agressor. Também não quer que ele seja preso. Só quer que a agressão cesse” (p.27).

Outro ponto é que a lei prevê o enrijecimento das punições nos seus artigos 43º e 44º ao alterar o código penal, incluindo agravantes e aumento de penas. Neste caso, há de se refletir que, enquanto que no modelo punitivo há repressão e contenção sem mudança de paradigmas, nos contextos de ressignificações de medidas socioeducativas é possível a responsabilização dos homens e construção de novas referências das relações sociais por meio da educação (ANDRADE, 2014).

Um possível fator para esta busca pelo direito penal é que a falta das ações de políticas públicas não repressivas de conscientização e de educação, por parte do poder executivo, leva à aplicação somente das medidas repressivas pelo judiciário, pois os aparatos policiais e jurídicos já estão estruturados (MONTENEGRO, 2015). “Desta forma, a lei define que a violência contra a mulher seja tratada como um evento cuja complexidade exige respostas que devem ir além da resposta jurídico-policial” (PRATES; ALVARENGA 2014, p.238).

Souza (2012) alerta que a ânsia punitiva pode simplificar a compreensão do fenômeno da violência dirigida às mulheres, desse modo, explica:

Uma abordagem mais adequada da violência cometida contra a mulher deve levar em conta também a agressão como uma relação de poder, entendendo o poder não como algo absoluto e estático, exercido invariavelmente pelo homem sobre a mulher, mas como algo fluido que perpassa a dinâmica relacional. O lugar mais adequado para lidar com esse tipo de conflito talvez não seja o sistema penal. (p.155).

A autora também aponta que, as mulheres acometidas em situação de violência, em geral, buscam mais por soluções do âmbito cível, como a separação de corpos, pensões alimentícias e guarda, do que as soluções penais. Desse modo, sugere, então, a construção de diálogos com os movimentos de mulheres para o fortalecimento das iniciativas políticas preventivas, as quais não são desenvolvidas com tanta força quanto aquelas relativas à judicialização, para que sejam construídas alternativas à prisão, de forma a não revitimizar as mulheres, mas que garantam o respeito aos seus direitos (SOUZA, 2012).

É importante ressaltar aqui que estas críticas são direcionadas apenas aos aspectos puramente criminalizantes e punitivos da lei, portanto, é indispensável lembrar que a lei não trata apenas de questões judiciais; como afirma Dias (2010), a Lei Maria da Penha é um verdadeiro estatuto que criou um microsistema não só de caráter repressivo, mas, sobretudo, preventivo e assistencial, visando coibir a violência doméstica.

4. Mecanismos assistenciais e socioeducativos da lei

Como já citado anteriormente, a Lei Maria da Penha criou vários mecanismos para coibir a violência contra as mulheres no âmbito doméstico e familiar no Brasil; serão destacados aqui seus mecanismos de cunhos preventivos, assistenciais e socioeducativos e demonstrada a importância de se investir nestas perspectivas, em detrimento da extensiva utilização do direito penal estritamente punitivo.

O principal artigo da Lei 11.30/06 que dita acerca dos mecanismos assistenciais e socioeducativos é o Art. 8º, o qual versa justamente sobre as medidas integradas de prevenção com políticas

públicas para coibir a violência doméstica e familiar contra mulheres por meio da articulação da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e ações não governamentais. Dentre seus nove importantes incisos, destacamos os Inc. I, V e VI:

I - a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;

V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VI - a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher; (BRASIL, 2006).

Estes incisos foram destacados pois são os que apresentam políticas integradas de convênios para operacionalização de programas e campanhas educativas não só no sistema judicial, mas também nas áreas de segurança pública, assistência social, educação, saúde, trabalho e habitação, demonstrando a unificação de vários instrumentos possíveis, além dos instrumentos penais no combate à violência doméstica e familiar contra mulheres. Tais instrumentos, apesar de tutelados pelo sistema judicial, tornam-se oficializados no Art. 9º:

Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso. (BRASIL, 2006).

As medidas protetivas estipuladas no Art. 23 foram um grande avanço para assistência das mulheres, principalmente quando, no inciso I, se estabelece o encaminhamento à programas de atendimento em que ocorrem acolhimentos com profissionais da assistência social e psicologia. Dias (2010) afirma que o verdadeiro alcance da Lei é, justamente, a conceituação da violência doméstica divorciada da prática delitiva, desse modo, assegura a concessão das medidas protetivas por parte da autoridade policial ou pelo juiz, mesmo quando não tenha cometimento de crime.

Sobre o atendimento da autoridade policial prescrito no Art. 11, verifica-se a articulação com órgãos como de segurança pública, saúde e de assistência quando os incisos II, III e IV instituem:

II - encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal;

III - fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida;

IV - se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar; (BRASIL, 2006).

Os Art. 14, Art. 29 e Art. 30 ditam sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e da atuação da equipe multidisciplinar para “desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes” (BRASIL, 2006). A atuação dos Juizados, mais uma vez, apesar de estar associada ao judiciário, tem grande importância, pois criou uma nova via para o acolhimento especializado das mulheres em situações de violência com as equipes multidisciplinares, além de se tornar um centro para encaminhamentos aos outros órgãos e serviços de atendimento para estas mulheres.

O Art. 35 e incisos representam a oficialização de políticas públicas assistenciais e socioeducativas, ao instituírem que a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover:

- I- centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;
- II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;
- III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;
- IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;
- V - centros de educação e de reabilitação para os agressores. (BRASIL, 2006)

Quanto aos centros de educação e reabilitação para os agressores, o Art. 45 modifica a Lei de Execução Penal estabelecendo que o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação. Este talvez possa ser considerado um dos principais instrumentos de enfrentamento à violência contra as mulheres, pois incide no cerne do problema.

A maior parte dos programas de atenção ao homem autor de violência proporcionam a reflexão, questionam as causas do comportamento violento, assim, possibilitando a educação de gênero, e tem obtido sucesso na mudança da vida destes homens e, conseqüentemente, das mulheres em seu convívio (BEIRAS, 2009). Dessa maneira, Prates e Alvarenga (2014) propõem que grupos com homens autores de violência contra a mulher tornem-se políticas públicas efetivas vinculadas à Justiça. No entanto, visto as considerações acerca das conseqüências da larga utilização do direito penal e as diversas possibilidades de intervenção que a Lei Maria da Penha explicita, talvez pudessem ser eficazes, ao contrário do que afirmam Prates e Alvarenga (2014), intervenções também fora do âmbito judicial. Por fim, A lei Maria da Penha não coloca como obrigatória a criação destes centros de “reabilitação” para “agressores”, portanto, é ainda necessária uma regulamentação efetiva e financiamento próprios a esta finalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos destacar os contextos de surgimento e aplicação da Lei Maria da Penha, tentando demonstrar que, apesar da Lei ter diversos dispositivos de combate à violência contra

a mulher, ainda são priorizados os serviços judiciais e de punição em detrimento à assistência tanto às vítimas quanto aos autores da violência. Desse modo, considerando que o próprio serviço jurídico é, na maioria das vezes, lento, pode-se ocasionar sensação de impunidade e gerar o aumento das estatísticas de violência (ANDRADE, 2014). Desse modo, a sugestão é que se invistam nas demais propostas da lei quanto à atenção e proteção às mulheres e programas de educação e atendimento aos autores de violência, possibilitando um sistema com menos criminalização e mais políticas de assistência.

É importante ressaltar que nesta pesquisa fazemos críticas a algumas formas de aplicação da Lei Maria da Penha, no entanto, nosso posicionamento se refere apenas às medidas estritamente punitivas que não produzem reflexões e mudanças nas perspectivas dos autores de violência. Pensamos, enquanto enfrentamento à violência contra a mulher, que a Lei é sim uma medida de extrema importância e uma ferramenta que deve ser usada para a responsabilização daqueles que cometem violações dos direitos das mulheres, porém deve-se também ter cautela ao uso excessivo dos mecanismos punitivos em detrimento das medidas de assistência tanto às “vítimas” como aos “agressores”. Pois, bem como pontuam Neto, Advincula e Rosenblatt (2017), o sistema de justiça criminal não é capaz de reparar os complexos danos oriundos do crime, que gera, inclusive às próprias vítimas, danos psíquicos, físicos, sociais e econômicos em consequência dos processos jurídicos.

Portanto, consideramos que a responsabilização dos autores de violência deve ser pautada em medidas que gerem reflexões e ressignificações que possibilitem mudanças de perspectivas, e, conseqüentemente, evitem comportamentos violentos sobre mulheres. É necessário compreender a forma como estes sujeitos se percebem e constituem suas subjetividades para criar estratégias de responsabilização reflexivas. Este texto, então, buscou a ampliação de conhecimento acerca dos contextos de aplicação dos aspectos punitivos e assistenciais da lei, visando incentivar o investimento e aprimoramento dos serviços socioeducativos e de assistências psicossociais.

REFERÊNCIAS


AGUAYO, F. et al. *Hacia la incorporación de los hombres em las políticas públicas de prevención de la violencia contra las mujeres y las niñas*. Santiago: EME/CulturaSalud. Washington, DC.: Promundo-US. Ciudad de Panamá: ONU Mujeres y UNFPA.

ANDRADE, L.F. Grupos de homens e homens em grupos: novas dimensões e condições para as masculinidades. In: BLAY, E.A. (org.). *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. 1ª ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

BEIRAS, A. Grupos de homens autores de violência: possibilidades de intervenções diante das recomendações propostas na Lei Maria da Penha. In: ROVINSKI, S.L.R.; CRUZ, R.M. *Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção*. 1ª ed. São Paulo: Vetor, 2009.

BRASIL. Governo do Estado do Acre. *Conhecendo a Lei 11.340/06 – Lei Maria da Penha*. Secretaria de Estado de Segurança Pública, Acre. 2008. 23p.

BRASIL. Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2006.



BRASIL. Ministério Público Federal. *Lei Maria da Penha e direitos da mulher*. Cartilha. Brasília. 2013. 35p.

BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292.

DIAS, M. B. A Lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11,340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. *Revista dos Tribunais*, 2010.

MONTENEGRO, M. *Lei Maria da Penha: uma análise criminológica-crítica*. -1ª ed. – Rio de Janeiro: Revan, 2015.

NETO, J.A.S.; ADVINCULA, M.J.P; ROSENBLATT, F.F. Pensando a justiça restaurativa a partir das falas de vítimas que passaram pela 2ª vara de violência doméstica e familiar contra a mulher do Recife. In: 3º seminário internacional de pesquisa em prisão. *Anais, Associação nacional de direitos humanos, pesquisa e pós-graduação*, GT 05 – Justiça restaurativa e cultura de paz. UFPE, Recife, p. 02 – 17, 2017.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará)*. Adotada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos em 6 de junho de 1994 e ratificada pelo Brasil em 27 de novembro de 1995.

PRATES, P.L.; ALVARENGA, A.T. Grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher: sobre a experiência na cidade de São Paulo. In.: BLAY, E.A. (Org.). *Feminismos e masculinidades novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. – 1ª ed. São Paulo: Cultura acadêmica, pp. 225-246, 2014.

RIFIO'TIS, T. Violência, justiça e direitos humanos: reflexões sobre a judicialização das relações sociais no campo da “violência de gênero”. *Cadernos Pagu*, (45), julho-dezembro de 2015. pp. 261-295.

SEGATA, J. A “Vítima” é a Parte Mais Frágil da Relação?: A antropologia e a violência conjugal. *Caminhos (Rio do Sul)*, v. 1, p. 67-98, 2010.

SOARES, C.T.; GONÇALVES, H.S. O macho, o covarde e o criminoso: alguns comentários sobre o processo de criminalização da violência contra a mulher no Brasil. In: BEIRAS, A.; NASCIMENTO, M. (orgs.). *Homens e violência contra mulheres: pesquisas e intervenções no contexto brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2017. pp.114-139.

SOUZA, L.T. *Da expectativa à realidade: a aplicação de sanções na Lei Maria da Penha*. 2016. Tese (Doutoramento em Direito, Justiça e Cidadania no séc XXI) - Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016.

SOUZA, L. T. Demanda Penal e Violência Doméstica e Familiar Cometida contra a Mulher no Brasil. *Revista Ártemis*, v. 13, p. 143-160, 2012.

O Perfil da Mulher Vítima de Violência e o Atendimento da Casa Abrigo Emanuelle Rendeiro Diniz

El perfil de la mujer víctima de la violencia y la asistencia de la Casa Refugio Emanuelle Rendeiro Diniz

The Profile of the Woman Victim of Violence and the Service of the Shelter House Emanuelle Rendeiro Diniz

Elaine Cristina Costa de Albuquerque

Ivanete da Silva Frota dos Santos

Kelma Xavier de Almeida

Rhida Warly dos Reis Mendes

Vera Suely Moraes Ferreira

Resumo: O presente artigo apresenta resultados de uma pesquisa que teve como objetivo analisar o serviço de acolhimento institucional proporcionado às mulheres em situação de violência atendidas pela (CAERD), e identificar o perfil das mulheres acolhidas no período de 2008 a 2017. Realizou-se pesquisa de campo de caráter descritivo, com abordagem qualitativa e quantitativa. Como resultados, percebeu-se a importância que o equipamento socioassistencial de proteção possui, e verificou-se, no que se refere ao perfil, que 55% das mulheres acolhidas eram de faixa etária de 18 a 30 anos, 57% foram agredidas por seus companheiros por motivo de ciúme, 61% apresentaram incidência frequente de violência, e, das 507 mulheres acolhidas durante o período, 398 sofreram violência física.

Palavras-chave: Acolhimento Institucional. Gênero. Violência contra a Mulher. Políticas Públicas.

Resumen: El presente artículo presenta resultados de una investigación que tuvo como objetivo analizar el servicio de acogida institucional proporcionado a las mujeres en situación de violencia atendidas por la (CAERD), así como identificar el perfil de las mujeres acogidas en el período de 2008 a 2017. La investigación de campo fue de carácter descriptivo, con abordaje cualitativa y cuantitativa. Como resultado se percibió la importancia que el equipo socioasistencial de protección posee, y se verificó, en lo que se refiere al perfil, que el 55% de las mujeres acogidas tenían franja de edad de 18 a 30 años, 57% fueron agredidas por sus compañeros teniendo como principal motivación los celos, 61% presentó incidencia frecuente de violencia y de las 507 mujeres acogidas durante el periodo, 398 sufrieron violencia física.

Palabras clave: Acogida Institucional. Género. Violencia contra la Mujer. Políticas Públicas.

Abstract: This article presents results of a research that had as objective to analyze the institutional shelter service provided by the (CAERD) to women in situations of violence as well as to identify the profile of the women admitted in the period from 2008 to 2017. A descriptive field research with a qualitative and quantitative approach was applied. As a result, the importance of socio-assistance protection equipment was perceived, and it was verified that 55% of the women were between 18 and 30 years of age, 57% were attacked by lovers whose main motivation was jealousy, 61% had a frequent incidence of violence and of the 507 woman received during the period, 398 suffered physical violence.

Keywords: Institutional Shelter. Genre. Violence against Women. Public Policy.

Elaine Cristina Costa de Albuquerque – Assistente Social formada pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

E-mail: elainealbuquerque76@gmail.com

Ivanete da Silva Frota dos Santos – Assistente Social formada pela Universidade Paulista (UNIP). E-mail: ivanete-frotasantos@gmail.com

Kelma Xavier de Almeida – Assistente Social formada pela UNIDERP (Anhanguera). E-mail: kelmaacademia2015@gmail.com

Rhida Warly dos Reis Mendes – Assistente Social formada pela Universidade da Amazônia (UNAMA). E-mail: rhida_95mendes@hotmail.com

Vera Suely Moraes Ferreira – Mestrado em Serviço Social-UFPA. Coordenadora do Curso de Serviço Social da Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ). Orientadora da Pós-Graduação em Gestão e Planejamento de Políticas Públicas em Serviço Social - ESAMAZ.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é uma questão social que ultrapassa classes sociais, raça, idade ou nível de escolaridade, sendo considerada uma violação aos direitos humanos, a qual qualquer mulher está exposta. Discutir essa temática requer enfoque nas relações de gênero, tendo em vista que esta expressão da questão social está relacionada às desigualdades socioculturais existentes entre homens e mulheres, as quais foram construídas ao longo da história da humanidade.

Sempre ouvimos que a mulher é o *sexo frágil*, impondo, à mesma, uma condição inferior ao homem. No entanto, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Estado, com o objetivo de proteger as relações familiares, constituiu mecanismos de defesa e proteção àquelas que sofrem, por diversos motivos, violências físicas, sexuais ou psicológicas.

Dessa forma, a partir da década de 80, começam a serem criados os primeiros serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, após a influência e atuação de movimentos feministas. A questão da violência contra a mulher tem sido estudada, enquanto fenômeno social, por diversos autores, nessa perspectiva, pode-se observar a emergência da criação de uma rede de enfrentamento à violência contra a mulher, visando dar conta da prevenção e proteção às mulheres vítimas de violência.

No Brasil, os primeiros serviços voltados ao atendimento das mulheres vítimas de violência foram as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM's) e o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), em 1985, e, em 1986, é criada a primeira Casa Abrigo no estado de São Paulo, sendo que esta última foi criada devido à necessidade de segurança após a denúncia realizada pela vítima, porém, as ações voltadas ao enfrentamento dessa temática ainda eram realizadas de forma isolada e desarticulada.

Em 07 de agosto de 2006, é promulgada a Lei nº 11.340 (Lei Maria da Penha), criada especificamente para combater a violência doméstica e familiar, prevendo uma punição mais rigorosa aos agressores e criando, também, mecanismos para prevenir e proteger a mulher em situação de violência doméstica e familiar. De acordo com esta lei, “configura-se violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause a morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”.

Além disso, a Lei Maria da Penha trouxe como novidade a criação das medidas protetivas às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, buscando oferecer um atendimento integral e qualificado às mulheres em situação de violência doméstica, a partir do contexto de violência vivenciado, entre eles, o encaminhamento da vítima e seus dependentes para um abrigo ou lugar seguro quando houvesse risco de vida. Dessa forma, a partir da promulgação dessa Lei, observamos que houve a necessidade da implantação do serviço de acolhimento institucional que pudesse garantir essa proteção.

1. Violência doméstica e questão de gênero

A violência contra a mulher é um problema que ultrapassa os séculos e que, independente de classe social, idade, raça ou cor, é um fenômeno que tem atingido as mulheres ao longo dos anos, isso devido às questões de gênero ainda enraizadas de maneira significativa na mente de muitos, que consideram a mulher inferior, como cita Scott, ao abordar a temática, considera que “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças que distinguem os sexos e o gênero é uma forma primária de relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Copilando o que diz no documento Diretrizes Nacionais para Investigar, processar e Julgar

com Perspectiva de Gênero as Mortes de Mulheres, a categoria gênero é conceituada e analisada pelas ciências sociais com a intenção de descrever a realidade social e as formas como se dão as relações de poder desiguais entre homens e mulheres. Segundo a diretriz, a análise da categoria gênero facilita compreender como as construções sociais se apropriam das diferenças sexuais e biológicas entre homens e mulheres e conferem a cada sexo atributos opostos (BRASIL, 2016, p.31).

No Brasil, no período colonial, o modelo hegemônico era o patriarcal, onde era conferida aos homens a posição de superioridade em relação às mulheres, que deviam aos homens o respeito e suma obediência, do contrário, eram castigadas e até assassinadas com permissão da lei pertinente na época, Del Priore, em seu discurso, diz que a família era reunida em torno de um chefe, pai e senhor, aquele que ditava as regras, e a mulher, por sua vez, tinha que se curvar diante dessas regras (DEL PRIORE, 2013, p.10). Em Corroboração com o mencionado, Saffioti (1999) enfatiza que o patriarcalismo trouxe a cultura de dominação, o que causou a proliferação das desigualdades entre homens e mulheres. Essas diferenças, longe de ser natural, foram impostas por tradição cultural, pelas estruturas de poder e pelos agentes envolvidos nas relações sociais (SAFFIOTI, 1999, p. 83).

É cabível dizer que a violência com base em gênero está ligada à forma em que a sociedade é estruturada, considerando que, apesar dos anos passados, ainda é mantida por muitos homens a forte cultura de que “homem é que manda”, pois ele é o chefe da família, o patriarca, de maneira que detêm o poder sobre os seus.

No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação -exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. (SAFFIOTI, 2001, p.115).

De consonância com Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e erradicar a violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), entende-se por violência qualquer conduta baseada em gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na privada. A convenção de Belém do Pará deu visibilidade à criação da lei Maria da Penha, que surgiu com o intuito de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, lei 13.340/2006, que disponibiliza em seu corpo teórico que:

Art.2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. (BRASIL, Lei Maria da Penha, 2006).

No que tange ao lugar onde a violência é com mais frequência perpetrada, Saffioti diz que o domicílio constitui um lugar extremamente violento para mulheres, as quatro paredes de uma casa guardam os segredos mais profundos, humilhações e atos libidinosos; isto ocorre devido à imposição de subalternidade do homem em relação à mulher (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995, p.33). Considerando essa premissa, ressalta-se que, realmente, é no âmbito domiciliar que ocorre os mais diversos ultrajes contra a mulher.

Lisboa (2014) ratifica que a violência contra as mulheres se dá predominantemente no espaço doméstico e é praticada, principalmente, por homens com o qual a mulher tem laços de afetividade, porém, essa adequação não se restringe somente a relações amorosas, e pode haver violência doméstica e familiar independentemente de parentesco, onde o agressor pode ser qualquer pessoa próxima ou agregada à mulher.

2. Contextualizando as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil

A violência de gênero é um problema social vivenciado por mulheres no mundo todo. Devido à amplitude e a complexidade que envolve a temática, aliado ao empoderamento e ao processo de luta dos movimentos feministas, esta deixou de ser um problema abordado na esfera privada, passando, então, a ser tratado como uma questão social que requer enfrentamento por parte do Estado.

A Constituição Federal de 1988, em seu Art.226, parágrafo 8º, refere que “assegurar a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”; faz com que o Estado acabe assumindo a responsabilidade de criar estratégias de enfrentamento a qualquer tipo de violência, seja ela praticada contra homens ou mulheres, adultos ou crianças. E esse enfrentamento dar-se-á por meio de formulações de políticas públicas, com construção de planos, metas e ações governamentais, seja a nível nacional, estadual ou municipal, voltados à solução de problemas de interesse público.

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, define enfrentamento como “a implementação de políticas amplas e articuladas, que procuram dar conta da complexidade da violência contra as mulheres em todas as suas expressões” (BRASIL, 2011, p.25). Assim, esse enfrentamento requer a realização de trabalho em rede e ação intersetorial, composta pelos diversos setores envolvidos no atendimento às mulheres em situação de violência, como por exemplo, saúde, assistência social, segurança pública, justiça, educação, entre outros.

Essa Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres tem por finalidade o desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento das mulheres e seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência. Portanto, essa Rede tem por objetivo efetivar os quatro eixos previstos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (combate, prevenção, assistência e garantia de direitos) e dar conta da complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres.

A primeira experiência de implementação de uma política pública de combate à violência contra as mulheres no Brasil data da década de 80. Em 1985, foi inaugurada a primeira Delegacia de Defesa da Mulher e criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), através da Lei nº 7.353/85. No ano seguinte, foi criada, pela Secretaria de Segurança Pública, a primeira Casa Abrigo para mulheres em situação de risco de morte do país.

De 1985 a 2002, a segurança pública e a assistência social foram os principais eixos da política de enfrentamento à violência contra as mulheres, através da criação das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAM's) e das Casas Abrigo. Esses dois eixos também constituíram a base do Programa Nacional de Combate à Violência contra a Mulher, sob gerência da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH), criada em 2002 e vinculada ao Ministério da Justiça.

Em 1998, foi elaborada a Norma Técnica para Prevenção e Tratamento dos agravos resultantes da violência sexual pelo Ministério da Saúde, marcando, assim, mais um avanço nas políticas para mulheres, cujo objetivo era a redução dos agravos decorrentes desse tipo de violência, permitindo

que as mulheres tivessem acesso imediato a cuidados de saúde, à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e à gravidez indesejada. Cinco anos mais tarde, foi promulgada a Lei nº 10.778/03, instituindo-se um novo avanço: a Notificação Compulsória dos casos de violência contra as mulheres atendidas nos serviços de saúde públicos ou privados.

Em 2003, com a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), as ações para o enfrentamento à violência contra as mulheres passam a ter maior investimento e a política é ampliada no sentido de promover a criação de novos serviços e de propor a construção de Redes de Atendimento às mulheres em situação de violência.

Essa Rede de Atendimento é definida como:

A atuação articulada entre instituições/serviços governamentais, não governamentais e a comunidade, visando à ampliação e melhoria da qualidade do atendimento; à identificação e encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência; e o desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção. (BRASIL, 2011, p.29).

Com a realização da I e da II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (I e II CNPM) e com construção coletiva de dois Planos Nacionais de Políticas para Mulheres, o enfrentamento à violência doméstica é consolidado como um eixo intersetorial e prioritário no campo das políticas para mulheres. Assim, a partir do PNPM, as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres não mais se restringem às áreas da segurança e assistência social, mas buscam envolver diferentes setores do Estado no sentido de garantir os direitos destas a uma vida sem violência.

A importância do desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica é efetivamente consolidada quando do lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em agosto de 2007. O Pacto Nacional foi parte da Agenda Social do Governo Federal e consiste numa estratégia de integração entre governo federal, estadual e municipal no tocante às ações de enfrentamento à violência contra as mulheres e de descentralização das políticas públicas referente à temática, por meio de um acordo federativo, que tem por base a transversalidade de gênero, a intersetorialidade e a capilaridade das ações pertinentes ao tema.

3. Acolhimento institucional: a Casa Abrigo Emanuelle Rendeiro Diniz em questão

De acordo com as Diretrizes Nacionais para o abrigo de Mulheres em Situação de Risco e de Violência, a promulgação da Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha) traz um avanço significativo na criação de mecanismos destinados a coibir e prevenir a violência doméstica e familiar, principalmente, no que se refere ao abrigo das mulheres e seus respectivos dependentes menores nos casos que envolvam ameaça ou risco de morte, o que acaba resgatando a importância das casas-abrigos como espaços de segurança, proteção, reconstrução da cidadania, da autoestima e empoderamento das mulheres que vivenciam tal situação.

Em Belém/PA, a Casa Abrigo Emanuelle Rendeiro Diniz (CAERD), implantada em 1997, representou um serviço pioneiro no Estado do Pará e na Região Amazônica. Tal equipamento se constituiu numa retaguarda fundamental à Delegacia da Mulher diante das denúncias realizadas e à situação de vulnerabilidade em que as vitimadas ficavam expostas frente às ameaças do agressor.

A referida CAERD foi criada pelo Decreto nº 30.727/1997-PMB, sendo fruto das reivindicações dos movimentos de mulheres e órgãos de defesa dos direitos da mulher. Seu nome foi dado em homenagem a uma adolescente de 15 anos de idade que fora raptada por dois homens em uma parada de ônibus no bairro do Bengui, sendo violentada física e sexualmente, e assassinada. Esse fato ganhou

SAFFIOT, Heleieth I.B. Almeida, Suely Souza de. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Reinvinter, 1995.

SAFFIOT, Heleieth I.B. *Contribuições feministas para o estudo de gênero*. Cadernos Pagu n° 16. Campinas. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0104-8333200100007>. Acesso em: 10/02/2018.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. *Já se mete a colher em briga de marido e mulher*. São Paulo em Perspectiva 13 (4) p. 82-91, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/cscielo.php?script=sci_arttext&pid=s0>. Acesso em: 09/02/2018.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. *Instrumental técnico e o Serviço Social*. In: Santos, Cláudia Mônica dos; Backx, Sheila; Gerra, Yolanda (org). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. 2ª ed. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

SCOTT, Joan. *Gênero: Uma categoria útil de análise histórica*. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, V.20, N° 2, jul./dez. 1995.

Ritual da Menina Moça, uma Reafirmação da Cultura Tenetehara

Ritual de la “Menina-Moça”, una Reafirmación de la Cultura Tenetehara

Ritual of the Young Women, a Reaffirmation of Tenetehara Culture

Denise Machado Cardoso

Vanderlúcia da Silva Ponte

Cristiane Modesto do Nascimento

Ytapytíre Farias dos Reis Tembé

Yeré Tembé

Resumo: O estudo corresponde à análise antropológica da Cultura e Identidade dos povos Tenetehara-Tembé, a partir do *Ritual da Menina Moça*, uma festa ritualística feita no período da primeira menstruação das meninas que vivem nas aldeias, demarcando o final da puberdade e o início da vida adulta. O atual trabalho é composto pelos resultados preliminares alcançados no subprojeto intitulado *Itinerário das práticas terapêuticas de cura*, que está vinculado, por sua vez, ao projeto de extensão *“Wa Zemukatuhaw: práticas terapêuticas, território e cultura”* (2015/2016). Utilizou-se o método etnográfico e constatou-se que este ritual possui importância substancial para a organização social, econômica e política, contribuindo para a afirmação e resistência de sua cultura e identidade Tenetehara-Tembé.

Palavras-chave: Tenetehara-Tembé. Ritual da Menina Moça. Identidade.

Resumen: El estudio corresponde al análisis antropológico de la Cultura e Identidad de los pueblos Tenetehara-Tembé, a partir del Ritual de la “Menina-Moça”, una fiesta ritualística hecha en el período de la primera menstruación de las niñas que viven en las aldeas, demarcando el final de la pubertad y el inicio de la vida adulta. El actual trabajo se compone de los resultados preliminares alcanzados en el subproyecto titulado *Itinerario de las prácticas terapêuticas de curación*, que está vinculado, a su vez, al proyecto de extensión *“Wa Zemukatuhaw: prácticas terapêuticas, territorio e cultura”* (2015/2016). Se utilizó el método etnográfico y se constató que este ritual tiene una importancia sustancial para la organización social, económica y política contribuyendo a la afirmación y resistencia de su cultura e identidad Tenetehara-Tembé.

Palabras clave: Tenetehara-Tembé. Ritual de la “Menina-Moça”. Identidad.

Abstract: The study corresponds to the anthropological analysis of the Culture and Identity of the Tenetehara-Tembé people, starting with the Ritual of the Young Girl, a ritualistic celebration made during the period of the first menstruation of the girls who live in the villages, marking the end of puberty and the beginning of adult life. The current work is composed of the preliminary results achieved in the subproject entitled *Itinerary of Therapeutic Healing Practices*, which is linked to the extension project *“Wa Zemukatuhaw: Therapeutic Practices, Territory and Culture”* (2015/2016). The ethnographic method was used, verifying that this ritual has substantial importance for the social, economic and political organization, contributing to the affirmation and resistance of its Tenetehara-Tembé culture and identity.

Keywords: Tenetehara-Tembé. Ritual of the Young Women. Identity.

Denise Machado Cardoso – Professora Associada da Universidade Federal do Pará. Coordena o Grupo de Estudos sobre Populações Indígenas (GEPI). E-mail: denise@ufpa.br

Vanderlúcia da Silva Ponte – Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará. Coordena o Grupo de estudos Interculturais Pará-Maranhão (GEIPAM). E-mail: vantutorapa@gmail.com

Cristiane Modesto do Nascimento – Graduanda do curso de Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará. Bolsista no projeto *We Zemukatuhaw: práticas terapêuticas, território e cultura dos Tenetehar-Tembé*. E-mail: sircmodesto@gmail.com

Ytapytíre Farias dos Reis Tembé – Graduanda em Odontologia pela Universidade Federal do Pará. Bolsista no projeto *We Zemukatuhaw: práticas terapêuticas, território e cultura dos Tenetehar-Tembé*. E-mail: Ytareis20@gmail.com

Yeré Tembé – Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal do Pará. Bolsista no projeto *We Zemukatuhaw: práticas terapêuticas, território e cultura dos Tenetehar-Tembé*. E-mail: edinetetembe@gmail.com

INTRODUÇÃO

A juventude é um tema relevante em tempos atuais e vem ganhando destaque desde a segunda metade do século XX. Os movimentos sociais, os dilemas do período Pós-Guerra, as alterações no mundo do trabalho e diversas outras realidades passaram a impactar jovens em diferentes contextos e regiões. As dinâmicas do século passado foram sentidas e vivenciadas conforme especificidades dos grupos sociais mais amplos e, em contextos etnicorraciais específicos, se apresentaram de modo mais contundente. Contudo, cabe ressaltar, ainda, que, em relação aos jovens, estas particularidades devem ser levadas em consideração tanto no trato acadêmico quanto nas políticas públicas. A exemplo disso temos os dilemas relacionados à juventude nas áreas urbanizadas, onde jovens negros e negras são vítimas de violência em número bem mais elevado que outros jovens.

Além disso, cabe debater sobre a juventude a partir de diferentes marcadores sociais, como são os casos daqueles que envolvem questões de gênero, raça e classe. Propomos, neste estudo, voltar a atenção para as questões relativas aos grupos indígenas da Amazônia, precisamente ao povo Tenetehara-Tembé, especialmente no que diz respeito à concepção que este povo tem acerca da passagem da vida de criança para a vida adulta. Este tema é importante para este povo, que teve como foco de luta a manutenção de seu território, de suas práticas e de seus conhecimentos. A proposta de estudo centrou-se, portanto, no enfoque antropológico sobre o ritual da Festa da Menina Moça, por ser um momento importante e propício de observação da passagem para a vida adulta.

1. Considerações conceituais sobre infância e juventude

O que é ser criança? Como se pensa a criança em termos da chamada “sociedade ocidental”? Pode-se afirmar que ela é concebida de maneira diferente da infância, porque criança é como se fosse marcada mais pela questão temporal, marcada pelo tempo de sua idade, ou seja, é aquele momento que começa no nascimento abrangendo até, aproximadamente, os doze anos de idade. Esta percepção se revela principalmente no que se refere à legislação, como é o caso, por exemplo, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A infância recebe um outro sentido, pois traz em seu bojo um entendimento mais social e cultural. Diante disso, é importante destacarmos que interpretações equivocadas podem ocorrer, principalmente, quando se confundem os termos e contextos. Ou seja, existe a criança, mas não necessariamente existe a infância. A infância é uma prática cultural, uma identidade sociocultural, e a criança remete a termos mais biológicos e é classificada por faixa etária, com características de desenvolvimento.

Não há apenas a criança, há *as crianças*. Assim, é importante tratar no plural e nas várias possibilidades de existência e práticas socioculturais. E, mesmo quando se tratam de aspectos biológicos, há diferenciações, seja em termos de conflitos sexuais, seja por uma questão de transexualidade, seja uma questão de ser uma pessoa com deficiência, seja por uma questão de características por ser hiperativo, ou por algumas questões no desenvolvimento que se moldou. Então, há variações, pois existe uma infinidade de possibilidades de ser criança. Diante disso, é importante trazer essa complexidade para o debate. A multiplicidade presente no ser uma criança ou jovem indígena é diferente de investigar uma criança não indígena, que é diferente de pesquisar sobre uma criança quilombola, que é diferente de trabalhar toda diversidade em termos rurais e urbanos e assim sucessivamente.

Assim como ocorre nos debates conceituais sobre criança e infância, observa-se o mesmo em relação à adolescência e juventude. Enquanto a adolescência é marcada pelo aspecto do desenvolvimento, a juventude traz um sentido cultural. Desse modo, quando se consideram essas deno-

minações como se fossem sinônimos, isso pode acarretar interpretações equivocadas e limitantes. A juventude para Philippe Ariés (1973) tem um peso simbólico muito forte, pois as pessoas na chamada “sociedade ocidental” tendem a valorizar mais a juventude. Há determinadas práticas que tentam prolongar a juventude, seja a pessoa fazendo intervenções cirúrgicas para manter a aparência de jovem, ou determinadas práticas que levem a pessoa a ser considerada como tal (exercícios físicos, vestuário e dietas específicas para este fim).

Quando se debate “o que é ser jovem?”, isso varia de tal modo que não há indicação de uma faixa etária precisa. A juventude é vista, portanto, como alguma coisa que, simbolicamente, tem um peso muito positivo, é valorizada. Então ser jovem é algo que agrega valor. Ao contrário, ser velho e envelhecer perde importância nesta sociedade. Eventualmente, pode haver um discurso que ame-nize essa desvalorização da velhice; até se fala Terceira Idade, Melhor Idade, dentre outros. Mas, se envelhecer é algo negativado nesta sociedade, ela não o é em outras. A juventude passa a ser tratada segundo sua capacidade de elasticidade, uma ideia que se apresenta como um período que começa junto com a adolescência, junto com a puberdade, mas que pode ser ampliado indefinidamente. Então, ser jovem em sociedades não indígenas implica algo positivo, enquanto que a velhice e a infância são vistas de maneira negativada. A criança é vista como um ser inacabado, o jovem como um momento bastante valorizado devido sua plenitude, e a pessoa velha é desvalorizada em quase todos os seus aspectos.

É importante considerar os processos históricos, pois, se antes não se consideravam as crianças, também não se considerava a infância. Neste sentido, a obra "Emílio", de Rousseau (1995), caracteriza de modo interessante acerca do desenvolvimento humano, no qual se destacam diferentes etapas. Outras obras importantes no trato das questões relativas à infância apresentam a relevância de se considerar a diversidade e diferenciações conforme o contexto cultural. Neste bojo, tem-se Simone de Beauvoir (2016 [1949]) e sua célebre reflexão em que afirma que “não se nasce mulher, torna-se”. Margaret Mead (1948) influenciará com essa ideia de que nós humanos não nascemos da maneira que nós somos, pois aprendemos de acordo com o nosso contexto, com a nossa realidade de classe, em termos de faixa etária com os nossos pais, em termos de relação com a religiosidade, em termos, também, das profissões, e uma série de outros aspectos.

2. Juventude indígena Tembé? O que se diz a esse respeito?

Os Tenetehar-Tembé, ou apenas Tembé, são membros do povo *Tenetehar* ou *Tenetehara*, que foram diferenciados em dois subgrupos: os Guajajara do ramo Tenetehar - oriental (aldeados no estado do Maranhão) e os Tembé do ramo Tenetehar - ocidental (aldeados no estado do Pará). Os Tenetehar-Tembé, ou apenas Tembé, sofreram um forte “processo de aculturação” ao longo dos tempos e, a exemplo do que aconteceu com outros povos, eles resistiram e evitaram que muitos de seus elementos culturais desaparecessem, dentre os quais podemos destacar: a Festa do Moqueado/ Festa da Menina Moça, uma festa ritualística que comemora a passagem da puberdade para a vida adulta e que está estritamente ligada com a medicina tradicional deste povo.

Para Ferreira (2007), a medicina indígena é constituída por um sistema xamânico imerso em um contexto cosmológico particular, assim, a saúde e a doença, para esses povos, estão associadas não somente ao físico, mas ao espiritual, como podemos observar na fala do Senhor Chico Rico, ao explicar a relação que a Festa do Moqueado tem com a saúde das meninas que “se formarão”.

Essas festas que a gente faz também é uma ajuda na saúde. Se forma uma menina [menstrua], se deixar ela assim, então ela sente sempre uma coisa na cabeça. Uma menina meio doida assim. Tem que ter a festa, tem que se guardar. A menina se pintou não pode ir próprio tomar banho, não pode andar sozinha por aí, não pode fazer nada. Se ela fizer alguma coisa... Porque no chão tem bicho, em cima da terra tem bicho, no ar, nas árvores tem bicho, dentro da água tem bicho (depoimento de CHICO RICO em ASSIS, 2011).

3. O ritual da Festa da Menina Moça

Para este estudo, houve pesquisa e revisão bibliográfica e pesquisa de campo realizada com o povo Tembé da terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG), situada em Santa Luzia do Pará, município localizado na região nordeste do Estado do Pará. Para tanto, foram empregados os métodos da observação participante (MALINOWSKY, 1979) e outros elementos etnográficos. A partir desta pesquisa, verificamos que a Festa da Menina Moça marca um período de transição da puberdade para a vida adulta, como mencionado anteriormente, e é constituído por três momentos: 1) a fase da tocaia; 2) a fase do mingau - que na língua Tembé se chama *pinakapememeke*; 3) e o *wira'u-haw*, conhecido como Festa do Moqueado (COELHO, 2014). O ritual tem seu marco inicial durante a primeira menarca da menina, que ocorre entre 9 e 12 anos. A menina, agora moça, é pintada pelas mulheres mais velhas da família com jenipapo (*Genipa americana* L.), que tem função preventiva contra as *karumaras* (espíritos que interagem com os humanos e que controlam suas próprias residências, água, mata, terra), bem como auxilia na fertilidade. Caso não seja feita a pintura no corpo da moça, ela “estará sujeita” a diversas doenças, entre elas, a loucura.

Em seguida a moça é isolada do restante da aldeia em uma cabana, a tocaia, permanecendo lá até o desaparecimento de sua pintura. Durante esse período, ela mantém contato somente com a mãe ou com um outro parente mais próximo, para lhe auxiliar na alimentação – é importante salientar que, na fase de toda a tocaia, a moça segue uma dieta rigorosa de plantas e mingaus para precaver possíveis doenças.

O fim da tocaia simboliza o início do segundo momento do ritual, a *pinakapememeke* ou Festa do Mingau. A moça iniciada tem seu rosto pintado com pintinhas, que simbolizam a pintura da onça, e seu corpo tem a pintura da lua. Durante o dia, a moça prepara um mingau de mandioca (*Manihot utilissima*), onde cada etapa do processo de preparo desse mingau faz parte da preparação da moça para a vida adulta, por exemplo: o fato da moça pisar na mandioca que será utilizada no mingau, para fortalecer suas pernas; parte da mandioca é passada em seu corpo, principalmente nas articulações, para que a moça não adoça com facilidade; o vapor do mingau é sentido por ela em seus seios, para que ela seja uma boa mãe; por fim, o mingau é servido pela moça para os parentes e demais convidados durante a noite toda, ao som de maracás e cantoria dos velhos (pajés, cantores).

A terceira fase da festa, *wira'u-haw* ou Festa do Moqueado, é realizada no verão que sucede a Festa do Mingau; todas as moças que menstruaram antes do *wira'u-haw* e passaram pelas duas primeiras fases do ritual participam desta terceira também. Agora entram os rapazes que serão seus pares, podendo ou não ser seus futuros companheiros. Primeiramente, as moças são banhadas com jenipapo (*Genipa americana* L.) e, durante seis dias, dançam em pares com outras moças. Os rapazes, seus possíveis pretendentes, dançam também em pares com outros rapazes iniciados atrás das moças. No sexto dia é o ápice de todo o ritual; ocorre durante o dia e à noite em uma “ramada” (um barracão instituído pelos Tembé como centro de encontros, reuniões e manifestações culturais). A

Festa do Moqueado recebe tanto convidados indígenas (podendo até ser de outras etnias) quanto não indígenas, humanos e não-humanos (*karumaras*).

A festa se inicia por volta das 15:00, a moça iniciada e o rapaz definido para dançar com ela durante o *wira'u-haw* são pintados e cantam e pulam o *kae-kae* (categoria de dança nativa); às 18:00, eles se recolhem na ramada – os demais convidados, junto com os cantores, continuam a celebração no terreiro, em frente à ramada, durante a noite toda. Às 5:00 da manhã, as mulheres mais velhas entoam um canto para os espíritos da floresta, pedindo proteção para as moças e os rapazes, enquanto os convidados se aproximam do local; a franja das jovens iniciadas é cortada e em seus corpos é passada a carne de um pássaro, o “inhambu”, simbolizando que, a partir daquele momento, elas poderão comer qualquer tipo de alimento e que isso não lhes fará mal.

O moqueado é preparado do lado de fora da ramada – caças de diversas espécies que serão defumadas, misturadas com farinha de mandioca, socadas em um pilão, transformadas em bolinhos e servidas pelas moças aos convidados. Em seguida, o festejo é retomado, a cantoria começa a ser entoada pelos pajés, as moças agora dançam com o rapazes, vários guerreiros se aproximam da ramada portando cestarias com caças de diversos animais, dentre os quais está presente a guariba (*Alouatta guariba*). Portando um capacete e saia, a guariba é usada para testar as moças e os rapazes iniciados, onde o condutor da guariba faz diversas “piadas” e brincadeiras usando o animal. Aquele que perder a seriedade não é considerado virgem, estando, dessa forma, despreparado para uma maternidade/paternidade saudável.

É de total importância que as moças iniciadas sejam virgens, caso contrário, punições naturais cairão em cima dos convidados e de todos os participantes da festa, como mostra o relato de Dona Maria Tembé:

Teve uma festa lá em *Itaputyr* que deu uma diarreia em todos os convidados, todo mundo adoeceu! A gente, foi, foi até que descobriu que uma moça não era mais virgem e que ficou com vergonha de dizer porque ela já tava se preparando pra festa (Maria Tembé, entrevista concedida em novembro de 2015).

A festa é encerrada depois de sete dias de celebração, com moças e rapazes iniciados tendo seus pés calejados, por terem dançado durante todo esse período, parando somente para fazer as refeições e dormir. Observou-se que o sentimento de fazer algo tão importante para a cultura de seu povo lhes dá força para encarar todo o ritual. A festa da moça possui importância substancial para a organização social, econômica e política do povo Tembé, contribuindo para a afirmação e resistência da cultura e identidade deste povo.

NOTAS CONCLUSIVAS

A juventude é algo dinâmico. Portanto, não é algo estático, fechado e único, não é atribuído como sendo positivo ou negativo, ou seja, são seres humanos que estão nesse momento da sua vida, com determinadas particularidades, assim como crianças, como velhos e como adultos. E isso faz com que tenhamos a dinamicidade da sociedade, porque estamos, cada um de nós, em tempos diferentes de nossas vidas, experienciando etapas específicas: são tempos diferentes num tempo único.

A infância é tomada neste estudo a partir da perspectiva das Ciências Sociais, ou seja, aquilo que se apreende socialmente como sendo a infância. Neste sentido, destacamos a importância de

investigar a partir da diversidade, isto é, em termos plurais. Tal procedimento possibilita que haja entendimento acerca da questão envolvendo a juventude, pois ela é marcada por essa percepção social. Assim, se para a sociedade não indígena a juventude é valorizada e considerada como algo positivo, isso pouco ou sequer ocorre na sociedade Tenetehara-Tembé.

A partir dos questionamentos sobre o que é ser jovem ou adolescente, ou o que é ser criança ou infante, desenvolvemos a pesquisa com a intenção de compreender estas reflexões no contexto do povo Tenetehara-Tembé, precisamente, a importância do ritual da Menina Moça no fortalecimento da identidade e cultura deste povo. Constatou-se que, ao longo da interação cultural abrangendo indígenas e não indígenas, as práticas terapêuticas tradicionais dos Tenetehara-Tembé, que envolvem prevenção e cura, tiveram um enfraquecimento em relação às práticas medicinais ocidentais. Entretanto, estas práticas não se perderam por inteiro em meio ao saber racional e tecnicista do “homem branco”. Contudo, percebe-se que o ritual da menina moça possui importância substancial para a organização social, econômica e política deste povo (PONTE, 2014), contribuindo, assim, para a afirmação e resistência de sua cultura e identidade.

REFERÊNCIAS

- ARIES, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981 [1960]
- ASSIS, Eneida Correa de (Org.). *Levantamento preliminar das referencias culturais do povo indígena Tembé da Terra Indígena Alto Rio Guamá – Relatório Final*, IPHAN, 2011.
- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo sexo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2016 [1949].
- BRASIL, *Lei N° 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- COELHO, José Rondinelle Lima. (Dissertação de mestrado) *Cosmologia Tenetehara Tembé: (re)pensando narrativas, ritos e alteridade no Alto Rio Guamá – PA*. 2014.
- FERREIRA, Luciane Ouriques. Limites e possibilidades da articulação entre as medicinas tradicionais indígenas e o sistema oficial de saúde. In: Brasil. Ministério da Saúde. *Medicina Tradicional Indígena em Contextos – Anais da I Reunião de Monitoramento*. OURIQUES, Luciane Ferreira e OSÓRIO, Patrícia Silva (Org.). *Projeto Vigisus II/Funasa*. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2007.
- MALINOWSKY, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- MEAD, Margareth. *Male and Female*. New York: William Morrow and Co. Inc., 1948.
- PONTE, Vanderlúcia da Silva. (Tese de doutorado). *Os Tenetehara-Tembé do Guamá e do Gurupi, povo verdadeiro: “saúde diferenciada”, território e indianidade na ação pública local*. PPGCS/UFPA, Belém, 2014.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emílio, ou Da Educação*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985 [1762].

Representações de Mulheres Negras e Indígenas nos Livros Didáticos da Rede Pública de Manaus/AM

Representaciones de Mujeres Negras e Indígenas en los Libros de texto de la Red Pública de Manaus/ AM

Representations of Black Women and the Indigenous in the Textbooks of the Public Network of the city of Manaus/AM

Raescla Ribeiro de Oliveira
Helenice Aparecida Ricardo

Resumo: O presente artigo é resultado da pesquisa de iniciação científica intitulada “Os conteúdos étnico-raciais nos livros didáticos de Manaus/Am: representações de mulheres negras e indígenas”, apoiada pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM e financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Amazonas - FAPEAM. A pesquisa teve por objetivo discutir a Lei 11.645/2008 em vigência, analisando sua aplicação nos livros didáticos, e como as representações de gênero e raça se constroem nesse instrumento. O estudo constatou que muitas mudanças qualitativas ocorreram no que diz respeito à representação das populações negras e indígenas, mas que, ao buscarmos encontrar as mulheres pertencentes a esses grupos étnicos, ainda lidamos com um vazio, com uma invisibilidade e um silenciamento que lhes reduz quaisquer possibilidades de voz, nas Ciências, Artes, História, entre outras áreas.

Palavras-chave: Livro Didático. Empoderamento. Conteúdos Étnico-raciais.

Resumen: El presente artículo es el resultado de la investigación de iniciación científica titulada "Los contenidos étnico-raciales en los libros didáticos de Manaus/Am: representaciones de mujeres negras e indígenas", apoyada por la Universidad Federal del Amazonas - UFAM y financiada por la Fundación de Amparo la Investigación del Amazonas - FAPEAM. La investigación tuvo por objetivo discutir la Ley 11.645 / 2008 en vigencia, analizando su aplicación en los libros didáticos, y cómo las representaciones de género y raza se construyen en ese instrumento. El estudio constató que muchos cambios cualitativos ocurrieron en lo que se refiere a la representación de las poblaciones negras e indígenas, pero que al buscar encontrar a las mujeres pertenecientes a esos grupos étnicos todavía lidamos con un vacío, con una invisibilidad y un silenciamento que les reduce cualquier posibilidad de en las Ciencias, Artes, Historia, entre otras áreas.

Palabras clave: Libro Didático. El Empoderamiento. Los Contenidos Étnico-raciales.

Abstract: This article is a result of a scientific initiation research titled "Ethnic-racial content in the textbooks of Manaus/Am: representations of black and indigenous women", supported by the Federal University of Amazonas - UFAM and financed by the Foundation for Research Support of the Amazonas - FAPEAM. The research aimed to discuss Law 11.645/2008 in effect, analyzing its application in textbooks, and how representations of gender and race are built through this instrument. The study found that many qualitative changes have occurred regarding the representation of black and indigenous populations, but when we seek to find women belonging to these ethnic groups, we still deal with a void, with an invisibility and a silencing that reduces any possibilities of voice, in Sciences, Arts, History, or other areas.

Keywords: Textbook. Empowerment. Ethnic-racial Content.

Raescla Ribeiro de Oliveira – Graduada em Pedagogia - FACED/UFAM. Professora em SEMED/Manaus.
Email: oraescla@gmail.com

Helenice Aparecida Ricardo – Mestre em Educação - FACED/UFAM. Professora no Departamento de Educação Escolar Indígena - FACED/UFAM. Email: hele_ricardo@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A lei 11.645/2008 que torna obrigatório nos currículos, do ensino fundamental ao médio, a abordagem da história e cultura afro-brasileira e indígena, promove os princípios de uma educação intercultural, em que haja um diálogo entre as diferentes culturas. A lei está em vigência desde o ano de 2008, no entanto as pesquisas mais recentes apontam inúmeros questionamentos quanto à realidade escolar, à metodologia e ao material didático envolvido no cotidiano das escolas, colocando em questão a aplicabilidade da lei.

Em pesquisa prévia sobre essa temática, analisamos os conteúdos étnico-raciais nos livros didáticos da rede pública de ensino e notamos a necessidade de verificar a qualidade da representação das mulheres e meninas negras e indígenas nas obras didáticas, considerando a perspectiva de uma sociedade ainda marcada por graves conflitos de gênero, como o machismo e o sexismo, e o quanto essa situação reflete nas construções de nossas percepções e produções intelectuais e culturais.

O estudo do tema foi realizado com base em autores e autoras que discutem sobre questões de gênero e as relações étnico-raciais, considerando os discursos dos livros didáticos como fatores fundamentais para a manutenção e a criação de práticas sociais que redundam, muitas vezes, no racismo e no machismo. Dentre estes autores, destacamos Adichie (2017), Sena (2016), Candau (2008) Braga (2013) e Fairclough (2005).

Considerando que a história é narrativa e que a narrativa precisa ser tecida, contada e construída nas páginas dos livros, dos jornais, revistas e das mais diversas formas de comunicar o mundo, constatamos que as mulheres estiveram, por longo tempo, cobertas pelo véu da invisibilidade. Assim, se falamos de mulheres e das entrelinhas das relações de gênero construídas socialmente, não devemos nos esquecer que a mulher não é um ser genérico ou universal, pois a construção do ser mulher perpassa diversas relações – de raça, sexualidade, classe, territorialidade e outras – que emanam das vivências diversificadas que constroem a multiplicidade do que é ser mulher.

Essa pesquisa buscou compreender qual a representação que as mulheres negras e indígenas têm recebido nas páginas dos livros didáticos e paradidáticos. Buscamos entender se mulheres negras e indígenas estão sendo representadas como agentes de sua própria história e se suas contribuições nos mais diversos períodos e setores têm sido relatadas ou se, ao contrário, as representações ainda estão presas a estereótipos e preconceitos.

1. Rompendo o silêncio

Para a pesquisa aqui relatada, nos utilizamos das abordagens teóricas de Braga (2013) e Fairclough (2005), acerca da Análise Crítica do Discurso – ACD, que utilizamos como meio de análise dos dados coletados e para discutir a representação que mulheres negras e indígenas estão tendo.

Na discussão sobre a abordagem mais adequada para a representação das mulheres, nos utilizamos das próprias vozes femininas, a partir de reflexões teóricas e relatos de experiências de escritoras negras e indígenas. Dentre essas autoras, cabe destaque às escritoras negras, a norte-americana bell hooks e a africana Adichie, que são militantes do movimento negro e feminista. Também utilizamos o livro “Pelas Mulheres Indígenas” (2015), elaborado coletivamente por mulheres das comunidades indígenas Kariri-Xocó, Pankararu, Pataxó Hãhãhãe, Pataxó de Barra Velha, Pataxó de Dois Irmãos, Tupinambá de Olivença, Xokó e Karapotó Plaki-ô. Nossa escolha pelo protagonismo das vozes de mulheres negras e indígenas na construção deste trabalho teve o intuito de garantir,

minimamente, que as reflexões aqui realizadas estejam de acordo com as reivindicações das mulheres por elas representadas. Acreditamos que, assim, poderemos colaborar para que suas vozes não ocupem espaços apenas de objeto, mas sim de protagonismo na análise científica que realizamos.

No mundo idealizado do homem cis, branco, heterossexual, uma multidão de pessoas são invisibilizadas e inúmeras identidades são massacradas. De forma geral, o livro didático que temos é elaborado sob esse ideário, sob uma única e homogênea perspectiva, em que mulheres negras e indígenas são representadas de forma inadequada, por vezes, de forma estereotipada ou preconceituosa.

Para que possamos compreender a necessidade de falarmos de mulheres negras e indígenas e de suas representações, contrariamente ao discurso que preconiza que devemos tratar apenas de “mulheres”, no geral, trazemos a abordagem da análise interseccional proposta pelas feministas negras:

Na América, o estatuto social das mulheres negras e brancas nunca foi o mesmo. No século XIX e no início do século XX na América, poucas semelhanças podem ser encontradas entre as experiências de vida desses dois grupos femininos. Apesar de ambos serem sujeitos à vitimização sexista, como vítimas de racismo as mulheres negras foram sujeitas a opressões que nenhuma mulher branca foi forçada a suportar. De facto (sic), o imperialismo racial branco garantiu a todas as mulheres brancas, embora vitimizadas pela opressão sexista, o direito em assumir o papel de opressora na relação com as mulheres negras e com os homens negros. (hooks, 1981, p.89).

Logo, compreendemos que a intersecção entre raça e gênero moldou de modo totalmente diferente as formas de representação e de vivências de mulheres negras, indígenas e brancas. Muitos são os desafios para se construir novos olhares sobre mulheres negras e indígenas que, há anos, têm sido estereotipadas e invisibilizadas, pois, quando a história de uma “mulher notável” está sendo contada nas páginas dos livros didáticos, as chances de ser uma mulher negra ou indígena são praticamente inexistentes.

As mulheres negras e indígenas dificilmente têm espaço nas páginas dos livros didáticos. Encontrá-las é um grande desafio, e, quando as encontramos, esbarramos em imagens construídas por meio de estereótipos, atravessadas por uma hipersexualização, uniformizadas em figuras estáticas, em *locus* social trabalhado discursivamente em prol de um ideário de posições que acabam por fortalecer as relações de dominação e de poder na sociedade.

Santos (2014), em sua pesquisa sobre representações nos livros didáticos, afirma que “[...] nota-se uma associação da mulher negra à posição de desprestígio como algo comum e, portanto, natural.” (SANTOS, 2014, p.60).

Logo, entendemos que tanto a mulher negra quanto a mulher indígena tem suas histórias negligenciadas e são personagens pouco valorizadas dentro da sociedade brasileira. Porém suas histórias vêm sendo resgatadas, sobretudo nas últimas décadas, e esse resgate necessita ser expresso nas páginas dos livros didáticos.

Neves e Kauss (2011) discutem a construção da representação das mulheres indígenas ao longo do tempo e as mudanças significativas que ocorreram para que elas resistissem e buscassem ocupar os espaços de protagonismo sobre suas histórias. As autoras apontam que:

Mística, bela, inocente, guerreira, selvagem e serena, a figura da mulher indígena sempre fez parte do imaginário coletivo dos documentos oficiais, músicas e, principalmente, da literatura. Essa maneira de olhar o segmento feminino [...] teve início com a chegada dos portugueses em 1500. (NEVES; KAUSS, 2011, p. 80).

Dessa forma, as autoras nos informam que foi a partir de uma perspectiva eurocêntrica, que privilegiava a visão europeia sobre o mundo, é que se ergueu e se construiu as representações das mulheres indígenas. Assim, foi o olhar do homem branco, cristão e europeu que desenhou a narrativa sobre a mulher indígena e quem também a invisibilizou.

As autoras contribuem, ainda, lembrando que “Lindóia, Moema e Iracema, personagens doces, ricas e encantadoras, povoam o imaginário brasileiro, através de seus criadores que lhes legaram a imortalidade, mas negaram-lhes voz para contar a dor e a sua versão dos fatos.” (NEVES; KAUSS, 2011, p. 85).

As autoras trazem à tona um debate essencial, que esclarece os porquês de representações tão distorcidas. Nesse debate, demonstram que quem narra e como narra são eixos fundamentais para se entender os porquês e para se transformar a narrativa e construí-la de maneira em que o direito à diferença ganhe força, voz e vez.


As abordagens teóricas e conceituais definem, por vezes, o como narrar e podem apresentar o diferencial na produção do material didático, concebendo textos, imagens e afins que produzam uma narrativa em que mulheres negras e indígenas tenham uma representação que desmistifique os estereótipos que foram construídos.

Nesse sentido, entendemos que uma mudança qualitativa sobre a imagem e as narrativas de mulheres negras e indígenas terá êxito no momento em que os livros didáticos consigam garantir o lugar de fala dessas mulheres e que elas possam contar suas histórias.

As mulheres indígenas das comunidades – Kariri-Xocó, Pankararu, Pataxó Hãhãhãe, Pataxó de Barra Velha, Pataxó de Dois Irmãos, Tupinambá de Olivença, Xokó e Karapotó Plaki-ô – deixaram em evidência essa necessidade de mudança na construção da narrativa sobre suas vivências com a obra coletiva “Pelas Mulheres Indígenas” (2015). Nessa obra, suas práticas sociais, de trabalho e resistência são narradas por elas mesmas. Uma das autoras traz à tona a sua trajetória de resistência e relata:

Passei por muitas dificuldades quando comecei a lutar. Meu esposo não entendia a minha luta. Não entendia porque eu viajava tanto. Tive que escolher e escolhi a luta. Graças a essa luta, hoje há várias aldeias que ajudei a construir. Uma delas é a Aldeia Dois Irmãos, da qual sou cacica. (Arian Pataxó, 2015, p.24).

Relatos como este possuem a potência de desequilibrar as imagens negativas construídas até então, que reforçam o ideário de que os povos indígenas estão nas páginas do passado da História brasileira, que mulheres indígenas são retratos hipersexualizados e coadjuvantes de suas histórias. Relatos como esse desconstruem percepções negativas, e são esses relatos que necessitam fazer parte das páginas dos livros didáticos em toda a Educação Básica, pois possibilitam a aplicabilidade do texto da lei n. 11.645/2008, que enfatiza a importância de relatos que demonstrem “[...] a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil”.



As palavras em primeira pessoa podem preencher os vazios da narrativa histórica acerca das vidas e lutas negras e indígenas. Para preencher os vazios do “quem narra”, temos de ter na composição dos textos e das imagens, mulheres negras e indígenas contando suas próprias histórias. Só assim o véu da invisibilidade será retirado sobre suas imagens e suas vozes poderão ecoar nas salas de aulas, promovendo o respeito às diversas identidades, através da identificação de meninas negras e indígenas com imagens positivas.

Nisso consiste o que chamamos de “empoderamento”: “O ‘empoderamento’ começa por liberar a possibilidade, o poder, a potência que cada pessoa tem para que ela possa ser sujeito de sua vida e ator social” (CANDAU 2008, p. 54). Entendemos que, para que meninas negras e indígenas consigam se entender enquanto agentes sociais e de sua própria história, elas precisam se fortalecer através de imagens positivas.

A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2017), em seu livro “Para Educar Crianças Feministas: Um Manifesto”, traz diversas reflexões sobre questões de gênero e raça para uma educação que promova os direitos humanos e a cidadania, bem como o respeito mútuo. Destacamos aqui um trecho dessa obra, que toca justamente na representatividade de mulheres e meninas negras, em que a autora aconselha:

Esteja atenta também em lhe mostrar a constante beleza e capacidade de resistência dos africanos e dos negros. Por quê? A dinâmica do poder do mundo fará com que ela cresça vendo imagens da beleza branca, das realizações brancas, em qualquer lugar que ela estiver. Isso estará nos programas de TV a que ela assistir, na cultura popular que consumir, nos livros que ler. Provavelmente crescerá vendo imagens negativas da negritude e dos africanos. (ADICHIE, 2017, p. 52).

As palavras de Adichie são as palavras de uma mulher negra que ressalta aspectos de uma realidade social em que o olhar eurocêntrico tem prevalecido, em que meninas negras não se reconhecem nem se identificam, em que a História da África, dos africanos e africanas, negros e negras, tem sido negligenciada, silenciada e invisibilizada. A autora continua:

Ensine-lhe a sentir orgulho da história dos africanos e da diáspora negra. Encontre heróis e heroínas negros na história. Existem. Você talvez precise contradizer algumas coisas que ela aprenderá na escola – o currículo nigeriano não é muito imbuído da idéia de ensinar as crianças a sentirem orgulho de sua história. (ADICHIE, 2017, p. 53).

Dessa maneira, a autora informa a necessidade de, às vezes, contrapor o próprio currículo escolar, pois este não tem valorizado a imagem de sua própria população. A falta que se comete no currículo nigeriano, apontada por Adichie (2017), não é tão diferente daquela encontrada no currículo brasileiro. Entretanto, é pela busca de uma educação de qualidade em que todas e todos possam ter voz, possam vivenciar o empoderamento, compreender suas particularidades e possam acreditar na importância que cada um possui enquanto sujeito histórico e social, por uma educação de cidadãos e cidadãs de direitos é que buscamos romper com a invisibilidade de mulheres negras e indígenas e indicar caminhos para mudanças qualitativas.

A representação das mulheres negras e indígenas está cercada por discursos que optam pela manutenção da ordem e relação entre os que dominam e os que são dominados, o que acaba por estabelecer a naturalização de relações de dominação:

A naturalização de relações de dominação via discurso ocorrem, especialmente, por meio de grupos sociais que possuem um acesso maior ao discurso público como os autores de materiais didáticos, por exemplo. Isso significa que o LD é um instrumento que veicula poder e ideologia, defendendo, muitas vezes interesses de grupos majoritários. (BRAGA, 2013, p.94).

Concordando com a perspectiva de Braga (2013), entendemos a necessidade de uma análise crítica dos discursos impressos nas páginas dos livros didáticos e das narrativas que se constroem acerca de mulheres negras e indígenas, considerando a intencionalidade ressaltada por Braga na elaboração de tais materiais.

2. Caminhos metodológicos: achados e perdidos das representações das mulheres negras e indígenas

De acordo com tais reflexões, a análise de dados dessa pesquisa teve por base a Análise Crítica do Discurso – ACD de Fairclough (2005). Fairclough justifica que não entende a ACD como uma metodologia, mas sim como uma teoria, porém, direciona alguns aspectos a serem considerados para o uso da ACD na pesquisa.

Segundo o autor, para a realização da pesquisa pela a ACD, quatro elementos são essenciais – a semiose, o gênero, o discurso e os estilos.

A semiose “(...) inclui todas as formas de construção de sentidos – imagens, linguagem corporal e a própria língua” (FAIRCLOUGH, 2005, p. 308). Logo, ela pode ser entendida como o objeto de análise e eixo estruturante da ACD que se encontra presente em todas as etapas da pesquisa.

O gênero se reflete na forma como produzimos na vida a semiose: nas conversas, jornais, revistas e livros didáticos, por exemplo. Os discursos, por sua vez, referem-se às “representações e autorepresentações” concernentes aos gêneros; e, aos estilos, deixam transparecer as identidades e os *loci* sociais construídos e que se constroem.

Ao identificar em uma análise esses quatro pontos, se faz necessário, segundo o autor, considerar o impacto e a propagação dos discursos identificados, as estruturas e as mudanças das estruturas para que se chegue às significações analisadas, relação entre as ideias que dominam e que não dominam e o questionamento das diferenças entre elas.

Após essa análise, o autor recomenda outros cinco passos, que se iniciam com a ênfase na problemática social identificada; em seguida, no entendimento dos obstáculos e suas possíveis resoluções; adiante, o autor indica que devemos procurar saber se há uma intencionalidade para a existência do problema para a sociedade; criar propostas que possam minimizar e/ou dar fim à problemática identificada na pesquisa; e, por fim, o autor recomenda a reflexão crítica como fator conclusivo da pesquisa com ACD.

Partindo das recomendações do autor, buscamos identificar e analisar as representações que mulheres negras e indígenas têm recebido nas páginas dos livros didáticos, entendendo que a Análise Crítica do Discurso é a “teoria” que mais se aproxima dos objetivos da pesquisa, podendo viabilizar, na análise, a discussão sobre elementos de dominação e outras questões.

Inicialmente realizamos levantamento teórico sobre a temática, o que oportunizou nossa fundamentação teórica. Em seguida, partimos para a realização da pesquisa documental.

Considerando os processos que essa pesquisa demandaria e o prazo para execução da proposta, optamos pela análise das obras mais relevantes para a discussão. Sendo assim, registramos o total de três obras analisadas, como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 1 – Livros didáticos analisados

EDITORA/ COMPONENTE CURRICULAR	LIVRO DIDÁTICO
EDITORA MODERNA LTDA CIÊNCIAS	PROJETO BURITI - CIÊNCIAS 5º ANO EF
EDITORA MODERNA LTDA ARTES	PROJETO PRESENTE - ARTE 4º e 5º ANO - VOLUME ÚNICO
EDITORA FTD HISTÓRIA E GEOGRAFIA (Livro Regional)	AMAZÔNIA LEGAL – HISTÓRIA E GEOGRAFIA 4º e 5º ANO - VOLUME ÚNICO

O critério de seleção dos livros se orientou pelo ano/série e os componentes curriculares. Na perspectiva da lei que aqui discutimos, a História e as Artes têm papel acentuado no trabalho com os conteúdos referentes às populações africanas, afro-brasileiras e indígenas, por isso, escolhemos os livros de História e Artes para serem analisados. Quanto à escolha dos componentes Ciências e Geografia, o intuito foi compreender como as representações de negras e indígenas têm se dado nos componentes curriculares que não recebem ênfase da lei, mas que também são responsáveis por aplicá-la. A escolha do segundo ciclo, com o quarto e quinto ano, foi realizada a partir da análise dos conteúdos propostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s (1997) e na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018), em que identificamos a acentuada presença dos conteúdos referidos na Lei n. 11.645/2008.

Coletamos e analisamos as propostas presentes na BNCC e nos PCN’s para o ensino e valorização da História e cultura africana, afro-brasileira e indígena nos componentes curriculares de História, Geografia, Artes e Ciências. Em seguida, discutimos acerca dos métodos a serem empreendidos para a análise dos livros e optamos pela Análise Crítica do Discurso na análise do livro “Amazônia Legal – História e Geografia - 4º e 5º ano – vol. único”. Esse tipo de análise necessita de bastante tempo e dedicação, então, para o exíguo tempo da pesquisa de iniciação científica, se tornou inviável a análise dos três livros dentro desta abordagem. Assim, os demais livros (escolhidos para uma análise preliminar do tema) foram analisados segundo a seguinte tabela:

Figura 1 - Análise detalhada dos Livros Didáticos

LIVRO DIDÁTICO:									
AUTORES:			EDITORA:					ANÁLISE TEXTUAL	
AGENTE	AÇÃO	CONTEXTO	CARACTERÍSTICAS	FREQUÊNCIA	PÁGINA	TIPODE FIGURA	OBSERVAÇÃO	CITAÇÃO	REFLEXÃO

(Fonte: OLIVEIRA, Raescla Ribeiro; RICARDO, Helenice Aparecida, 2016, p.19)

A coleta de dados incluiu o fichamento dos livros analisados, o estudo dos referenciais curriculares (PCNs e BNCC) e dos documentos oficiais e a análise das imagens em que estavam presentes ou representadas mulheres negras e indígenas.

A escolha do livro regional ocorreu devido ao interesse durante a trajetória da pesquisa em identificar os discursos sobre gênero que cercam as populações negras e indígenas que povoam a Amazônia. Para o presente artigo, buscamos publicizar apenas os resultados referentes ao livro regional “Amazônia Legal: História e Geografia.”.

3. Representações da “Amazônia Legal”

No destrinchar das duzentas e vinte e quatro páginas do livro, encontrar mulheres e meninas negras e indígenas foi um grande desafio. O estereótipo de uma Amazônia despovoada se articula nas estrelinhas, e, quando realizamos o recorte de gênero e raça/etnia, o desafio se intensifica. Abaixo, seguem análises e recomendações:

a) Livro 3: História e Geografia¹

Editora: FTD.

Livro: Amazônia Legal: História e Geografia 4o e 5o Ano Vol. Único.

Autoras (es): RIBEIRO, Miriam Bianca do Amaral; MEDEIROS, Domingos Ferreira de.

Nessa obra, trabalhamos na perspectiva da Análise Crítica do Discurso. Assim, definimos como gênero o livro didático, e buscamos analisar os discursos que constroem as representações e autorrepresentações de negras e indígenas na obra didática e traçamos os estilos que se definem pelas identidades que circundam o grupo das mulheres negras e indígenas.

Na representação da mulher indígena, permanece o olhar que as classifica como “Mística, bela, inocente, guerreira, selvagem e serena” identificada por Neves e Kauss (2011). Mulheres indígenas, semioticamente, são apresentadas e representadas nas lendas e com ênfase nos estereótipos citados acima.

Para a representação das mulheres negras, simplesmente não identificamos quaisquer propostas de representação, nem negativa e nem positiva; observamos uma total invisibilidade. Selecionamos alguns trechos analisados:

Texto I – “Indígenas, muitos indígenas”

Discurso: Representação do indígena enquanto vítima/dominado.

Estilo: povos indígenas; holandeses; portugueses.

Problemática: A repercussão de um discurso que coloca o indígena em posição de vítima/dominado e que distorce a visão acerca deste grupo étnico, impossibilitando o entendimento deste grupo enquanto sujeitos políticos que negociaram por meio de acordos e guerras sua sobrevivência e resistência. O discurso presente no texto aponta o indígena como um sujeito dominado e levado às mãos e ordens dos europeus.

Intencionalidade da Problemática: Reforçar a estrutura eurocêntrica dominante.

Proposta de Resolução: Apresentar exemplos de resistência e luta dos povos indígenas, com nomes como Ajuricaba.

¹ Estrutura de apresentação assimilada da proposta apresentada por SILVA, Ana Célia da. **A representação social do negro no livro didático: o que mudou? por que mudou?** / Salvador : EDUFBA, 2011.

Nessa luta, muitas nações que habitavam os territórios que hoje formam a Amazônia Legal desapareceram. Além disso, os indígenas entravam em conflitos entre si, movidos pelas disputas cuja causa não era deles. Foi o que ocorreu na Guerra de Manaus, entre 1723 e 1728, quando os indígenas Manaus ajudaram os holandeses que disputavam a colônia com os portugueses. (RIBEIRO; MEDEIROS, 2013, p.41).

Texto II – “Programa de índio”

Discursos: Generalização e discurso homogêneo.

Estilo: Homens indígenas; mulheres indígenas.

Problemática: O texto inicialmente explica que há diversos grupos indígenas, e não generaliza, mas, em seguida, usa frases como “em aldeia indígena, todos trabalham” e a afirmação de que determinadas ações e posições sociais definidas por gênero são praticamente regra para todos os povos indígenas. Dessa forma, consideramos que generaliza e reforça um imaginário do sujeito indígena como um sujeito homogêneo e ausente de subjetividade.

Durante nossa análise, notamos que essa é uma das poucas vezes em que há menção às mulheres indígenas e suas práticas, entretanto, percebemos que essa menção reforça o olhar homogêneo e o *locus* social da indígena como a responsável pela criação das crianças e plantações.

Como apresentado em nossa fundamentação teórica, entendemos que muitos outros são os campos de vivência das mulheres indígenas e que essa perspectiva generalizante em nada contribui para a desconstrução de estereótipos e preconceitos, ou para a promoção do empoderamento.

Intencionalidade da Problemática: Manutenção de um sistema racista e sexista na formação da população brasileira, que ocasiona problemas sociais dos quais a elite dominante se beneficia.

Proposta de Resolução: Utilização de textos e narrativas construídos pelos sujeitos dessa História, e a apresentação da população indígena por exemplos de comunidades indígenas específicas, para reduzir o discurso generalizante sobre realidades tão distintas.

Há algumas semelhanças entre as etnias indígenas que vivem no Brasil. Por exemplo, em aldeia indígena, todos trabalham: os homens derrubam uma parte das matas para construir casas para morar e preparam a terra para plantação, além de caçar, pescar e participar das atividades guerreiras. **As mulheres plantam, colhem e cuidam das crianças.** Todos trabalham e tudo o que é produzido é dividido entre eles [...]. (RIBEIRO; MEDEIROS, **grifos nossos**, 2013, p. 55).

Texto III – “Todo camburão tem um pouco de navio negro”

Discursos: Reforça estereótipos.

Estilos: negros brasileiros; africanos escravizados; policiais.

Problemática: Ausência de contextualização ao comparar camburões como um espaço de “bandidos” e navios negreiros como um espaço de escravizados. Se a comparação problematizasse os processos históricos de marginalização e de retirada de direitos da população negra, poderíamos dizer que o debate foi inserido com uma proposta de discussão da realidade social em prol da mudança da mesma. Porém, ao contrário disso, identificamos que o texto, ao colocar o camburão

como transporte de criminosos, contribui para a criação de discursos estereotipados sobre a população negra.

Intencionalidade da Problemática: Construção e assimilação do discurso racista sobre o negro como um sujeito “perigoso” (criminoso) favorece a manutenção da elite racista e do discurso de ódio sobre a representação e autorrepresentação dos sujeitos negros.

Proposta de Resolução: O texto poderia abraçar a temática e discorrer sobre temas como a violência policial, as reivindicações do movimento negro que indicam um genocídio da população negra por meio da violência policial e de assassinatos, como o ocorrido com a militante Mariele Franco.

Camburão, você já deve ter ouvido falar, é o carro usado pela polícia para transportar criminosos. E navio negreiro você também já sabe, eram os navios que transportavam os escravizados da África para o Brasil. De lá pra cá, muitas marcas da escravidão ainda estão presentes na vida de todos nós. (RIBEIRO; MEDEIROS, 2013, p.76).

Texto IV – “É dia de festa”

Discursos: Invisibilidade das contribuições históricas e culturais de mulheres negras.

Estilos: Mulheres, homens, crianças, afrodescendentes.

Problemática: Invisibilidade das mulheres negras é a problemática que identificamos. Os textos falam de “mulheres” em um contexto universal, quando, na verdade, tanto na marujada quanto no marabaixo, a presença das mulheres negras é majoritária. São esses silêncios que impossibilitam o empoderamento e favorecem a ideia da mulher negra sobre o estereótipo da “mulata” e da “mãe negra”, que são pautadas como objetos e não como sujeitos históricos, culturais e produtores de conhecimento.

Intencionalidade da Problemática: Manutenção das estruturas de poder.

Proposta de Resolução: Apontar as contribuições das mulheres negras no contexto nacional e no contexto amazônico, por meio da apresentação da data do dia 25 de julho, que se refere ao dia da Mulher Afro-latino-americana e caribenha (no Brasil é registrado como o dia de Tereza Benguela), e as narrativas de negras amazônicas como a “aprendiz de naturalista” do casal Algassiz – Alexandrina² – que morou em Tefé/AM do século XIX.

Importante em boa parte da Amazônia, a marujada, assim como o carimbó e o boi-bumbá, também está presente na cultura dançada e cantada nas festas de Rondônia e Roraima. Essa festa [...] sendo dançada, principalmente por mulheres. (RIBEIRO; MEDEIROS, 2013, p.170).

“É uma dança de origem afrodescendente, em que homens, mulheres e crianças dançam e cantam sua devoção que mistura a origem africana e a fé católica trazida pelos europeus colonizadores”. (RIBEIRO; MEDEIROS, 2013, p.171).

² AMAZÔNIA REAL. *Crônica de gente pouco importante VI: Alexandrina, a aprendiz de naturalista*. Disponível em: <http://amazoniareal.com.br/cronica-de-gente-pouco-importante-vi-alexandrina-a-aprendiz-de-naturalista/>. Acesso em: 29 Ago. 2018.

Desse modo, os resultados dessa pesquisa apontaram alguns avanços no que diz respeito à aplicação da lei 11.645/2008, mas, no que se refere à representação das mulheres negras e indígenas, a caminhada ainda é longa, sendo necessárias muitas lutas e reivindicações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos resultados apontam que mulheres negras e indígenas dentro de seus relatos e propostas teóricas, consideram que há ainda um longo trajeto para que se alcance uma representatividade positiva desse segmento. Além disso, constatamos que os livros didáticos da segunda década do século XXI ainda têm reforçado estereótipos e invisibilizado as mulheres, principalmente as negras e indígenas, nos retratando com um olhar colonial, que vem sendo perpetuado para a manutenção de uma sociedade eurocêntrica, imperialista e capitalista, que necessita do silêncio de mulheres negras e indígenas para continuar “avançando” dentro dos seus moldes.

A trajetória da pesquisa indica a necessidade da participação da população brasileira e dos movimentos sociais na construção de propostas para a reformulação dos livros didáticos, pois os discursos que estes disseminam ainda reforçam estereótipos e preconceitos sobre a representação e autorrepresentação de mulheres negras e indígenas.

Dessa maneira, há necessidade de novas propostas de lei que considerem o recorte de gênero e a reformulação de orientações, como aquelas presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que considerem as vivências de mulheres negras e indígenas e suas contribuições históricas, culturais, intelectuais e econômicas na constituição do povo brasileiro.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Para Educar Crianças Feministas: Um Manifesto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BRAGA, Margarete Aparecida Nath. *Discursos sobre a mulher: Uma Análise do Livro Didático Língua Portuguesa e Literatura: Ensino Médio*. Revista Prolíngua Volume 8. Número 01. jan/jun. 2013.

BRASIL. *Guia de livros didáticos: PNLD 2016: Ciências Humanas e da Natureza Coleção Integrada e Livros Regionais: ensino fundamental anos iniciais*. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2015.

CANDAU, Vera Maria. *Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença*. Revista Brasileira de Educação jan./abr. 2008 v. 13 n. 37, p.45-55. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; COELHO, Mauro Cezar (orgs.). *Raça, cor e diferença: a escola e a diversidade*. Belo Horizonte: Mazza, 2008.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. *Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico*. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, Sem II. 2008

FAIRCLOUGH, Norman. *Análise Crítica do Discurso como Método em Pesquisa Social Científica / Critical Discourse Analysis as a Method in Social Scientific Research*. Tradução: Iran Ferreira de Melo. In: *Methods of critical discourse analysis*, Wodak e Meyer (Org.), 2 ed. Londres: Sage, 2005. p. 121-138.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GUERRA, Vânia Maria Lescano. *Uma Reflexão Sobre Alguns Conceitos da Análise do Discurso de Linha Francesa*. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:E46KaP_MJUIJ:paginapessoal.utfpr.edu.br/cfernandes/analisedodiscurso/textos/UMA%2520SOBRE%2520ALGUNS%2520CONCEITOS%2520ANLISE%2520DO.pdf/at_download/file+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acessado em: 28 jan. 2018.

KARIRI-XOCÓ et al. *Pelas Mulheres Indígenas*. Salvador: Thidêwa, 2015.

NEVES, Kelly Cristina da Silva; KAUSS, Vera. *Reflexões sobre as representações da mulher indígena na sociedade brasileira*. Revista escrita do Curso de Letras da UNIABEU. Nilópolis. Mai./Ago. v. 2, n.5, 2011. Disponível em: <http://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RE/article/view/184/pdf_70>. Acessado em: 26 dez. 2017.

SENA, Odenildo. *Mazelas do livro didático: à luz dos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Manaus: Valer, 2016.

SILVA, Ana Célia da. *A representação social do negro no livro didático: o que mudou? por que mudou?* / Salvador : EDUFBA, 2011.

SILVA, Edson; SILVA, Márcia da Penha. *A temática indígena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da lei 11.645/2008*. Recife: Universitária UFPE, 2013.

A Igualdade de Gênero. Do Sonho Possível à Realidade Vivida: as contradições presentes na cooperativa das mulheres de Cametá/PA

La Igualdad de Género. Del Sueño Posible a la Realidad Vivida: las contradicciones presentes en la cooperativa de las mujeres de Cametá/PA

Gender Equality. From Possible Dream to Living Reality: the contradictions present in the cooperative of Cametá's women

Maria Salete Pantoja Aquime

Resumo: O presente texto versa sobre a história de luta e resistência das mulheres do município Cametá, Estado do Pará, que criaram, no ano de 2004, uma Cooperativa formada só por mulheres produtoras, buscando caminhos de resistência contra o patriarcado e o machismo presentes nas organizações sociais. Trazem para um debate mais amplo a luta pela igualdade nas relações de gênero, dentro dos movimentos sociais, a fim de perceber que são, junto com os homens, peças fundamentais no processo de desenvolvimento social. O texto relata a história de luta dessas mulheres desde a década de 1980, onde buscam o empoderamento feminino, até os conflitos e contradições presentes atualmente na Cooperativa, como a presença masculina na organização, a venda dos produtos para os atravessadores e a dificuldade em ter a sua luta reconhecida, visível, sobretudo em espaços ligados às representações sociais, como os sindicatos e em outras cooperativas de produção.

Palavras-chave: Cooperativa. Mulheres. Empoderamento. Contradições.

Resumen: El presente texto versa sobre la historia de lucha y resistencia de las mujeres del municipio Cametá, Estado de Pará, que crearon, en el año 2004, una cooperativa formada sólo por mujeres productoras, buscando caminos de resistencia contra el patriarcado y el machismo presentes en las organizaciones social. Traen para un debate más amplio la lucha por la igualdad en las relaciones de género, dentro de los movimientos sociales, para percibir que son, junto con los hombres, piezas fundamentales en el proceso de desarrollo social. El texto relata la historia de lucha de esas mujeres desde la década de 1980, donde buscan el empoderamiento femenino, hasta los conflictos y contradicciones presentes actualmente en la cooperativa, como la presencia masculina en la organización, la venta de los productos para los atravesadores y la dificultad en tener su lucha reconocida, visible, sobre todo en espacios ligados a las representaciones sociales, como los sindicatos y otras cooperativas de producción.

Palabras clave: Cooperativa. Mujeres. Empoderamiento. Contradicciones.

Abstract: This text focuses on the history of struggle and resistance of women in the city of Cametá, state of Pará, which created, in 2004, a cooperative formed only by women producing, seeking paths of resistance against patriarchy and machismo present in social organizations. They bring to a broader debate the struggle for equality in gender relations, within social movements, in order to realize that they are, together with men, fundamental pieces in the process of social development. The text reports the history of the struggle of these women since the decade of 1980, where they seek female empowerment, even the conflicts and contradictions currently present in the cooperative, such as the male presence in the organization, the sale of products to the middlemen and the difficulty of having their fight recognized, visible, especially in spaces linked to social representations, such as unions and other production cooperatives.

Keywords: Cooperative. Women. Empowerment. Contradictions.

Maria Salete Pantoja Aquime – Mestra em Sociologia e Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia- PPGSA da Universidade Federal do Pará. Professora de Sociologia e Filosofia da Rede Estadual de Educação. Assessora Popular da Diocese de Cametá. Assessora da ONG Centro Miriti de Assessoria às Mulheres. E-mail: saleteaquime@hotmail.com

INTRODUÇÃO

1. A trajetória de luta das mulheres de Cametá e a criação da cooperativa

Este texto faz parte do resultado de pesquisa de dissertação de mestrado, desenvolvida junto à Cooperativa das Mulheres de Cametá, nos anos de 2016 e 2017. Essa Cooperativa é referência na organização das mulheres, pois busca aprofundar as discussões de gênero, assim como ter a sua luta reconhecida, visível, sobretudo em espaços ligados às representações sociais, como os sindicatos e as cooperativas de produção.

Para que possamos compreender a criação da Cooperativa e sua composição somente de mulheres, faz-se necessário entendermos o processo de organização das mulheres pelo reconhecimento e visibilidade de sua participação nos movimentos sociais, em especial, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e nas Pastorais da Igreja Católica.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Cametá, fundado em 13 de janeiro de 1974, tinha, em sua primeira diretoria, a composição somente de homens. Nesse período, nenhuma mulher era associada, conforme relatado pelo presidente do STR.

Antes as mulheres não podiam se sindicalizar, elas eram dependentes, porque existia um programa chamado Funrural onde as mulheres que tinham marido eram dependentes deles. Tinha uma carteira de sócio, apenas uma, as mulheres podiam usar, fazer consulta, mas o número era o do marido. Eles eram sindicalizados. Só podiam ser associadas as que não eram casadas, aí eram chefe da casa. Como não tinha marido, era chefe da casa. (Entrevista com o Presidente do STR de Cametá, abril de 2017).

Percebe-se que, no período de fundação do STR, as mulheres dificilmente se filiavam, pois a figura patriarcal era tão presente que o homem respondia por tudo. A filiação do homem servia para ela, então ser homem tinha aquele imperativo: o homem manda e a mulher não, a mulher fica em casa.

A ausência da participação das mulheres no início da luta era grande, em função da sociedade ser dos homens, onde as mulheres eram vistas para cuidar da casa, do lar. Geralmente o local de trabalho e da convivência da mulher rural era a cozinha. Os homens iam ocupando os espaços que achavam que era tarefa sua e não da mulher. (Entrevista com o Presidente do STR de Cametá, abril de 2017).

Observa-se, na fala do presidente, que o sindicato era um espaço masculino, no qual as mulheres eram excluídas das interações e interlocuções. Quando as mulheres tiveram presença na entidade, foi para fazer serviços como ajudante em alguma diretoria, cozinhar em época de eventos, com destaque para a festa do dia 25 de julho¹, mas sem atribuição de valor pelas tarefas realizadas ou terem sua visibilidade reconhecida.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, nesse período, era atrelado ao Estado, legitimando o poder governamental. Uma das atribuições da diretoria do sindicato era organizar os serviços do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), colaborando com o governo nos serviços de saúde.

¹ Na região do Baixo Tocantins, é comemorado o Dia do Trabalhador Rural.

Para se contrapor a esse sindicalismo estatal, os trabalhadores começaram a se organizar e participar de cursos de formação sindical e política. Esses cursos foram oferecidos e organizados pela Diocese de Cametá e pela Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE), que desempenhou papel relevante no município junto aos trabalhadores rurais cametaenses, desde o final da década de 1970. Era, pois, necessário mobilizar com empenho os trabalhadores rurais na organização de um sindicato com grande poder de agregação, a fim de disputarem a eleição sindical e terem um sindicato combativo que representasse, de fato, as reivindicações e lutas dos trabalhadores rurais.

A Diocese de Cametá também teve um papel importante na formação dos trabalhadores, e um dos mais importantes pilares de sustentação do trabalho das Comunidades de Base na Diocese de Cametá foi a formação do povo. Frencken (2010, p. 467) assim descreve esse aspecto da formação:

Seguíamos o método de Paulo Freire: os cursos sempre partiam de questionamentos, devendo todos construir respostas em grupos. Aprendia-se a julgar, ser sujeito consciente de sua responsabilidade em relação à sua própria história. Aprendia-se a dar nomes ao seu próprio mundo, formular pensamentos próprios. Nós, padres, descobríamos a riqueza deste povo, dando início ao nosso próprio curso: aprender a escutar.

Esses cursos, realizados pela Igreja Católica, foram os elementos mais importantes para a formação de uma mudança de mentalidade e de atitudes e contribuíram de maneira exitosa para a formação dos movimentos sociais. Não se tratava apenas de uma formação teórica, mas de uma formação baseada nos fatos concretos da vida do povo, dando-lhe condições para refletir e transformar a realidade. Muitos resultados foram alcançados no processo de formação da Igreja, mas o maior deles foi a mudança de mentalidade do povo, e isso foi a figura central de uma profunda mudança de vida.

Em todo esse processo de organização e formação dos movimentos sociais, pastorais e sindicais, as mulheres se faziam presentes, mas, na maioria das vezes, sem ocupar espaços nas direções ou participar com qualidade nas discussões, cabendo a elas ficarem em casa cuidando dos filhos, enquanto os homens saíam para reivindicar seus direitos, chegando mesmo a ficar fora da casa durante semanas, participando de cursos de formação política e sindical.

Assim, cabia às mulheres prover os alimentos aos filhos, enquanto aos homens eram oferecidos cursos de formação e de capacitação para as discussões e enfrentamento nas lutas sociais. As poucas mulheres que participavam eram na condição de acompanhantes dos homens, muitas vezes, sem condições de expressar seus pensamentos e sentimentos, evidenciando seu papel secundário nas relações sociais.

Quando ocorriam mobilizações sociais em defesa da classe trabalhadora, como a luta pela energia elétrica², pelo crédito nas agências de financiamento, pela assistência técnica, pela saúde e por mais escolas na zona rural, dentre outras, percebia-se que a maioria dos participantes eram

² Uma das pautas de reivindicação nos anos 1990 na região do Baixo Tocantins era a extensão da Linha de Transmissão da energia elétrica de Tucuruí, pois as cidades da região funcionavam com geradores e havia um racionamento diário de energia nos bairros das cidades, em especial de Cametá. No ano de 1996, após uma grande mobilização dentro da Usina Hidrelétrica, foi assinada pelo Ministro de Minas e Energia a ordem para começarem os trabalhos do denominado Linhão de Tucuruí. A energia chegou em Cametá no ano de 1996 e, nos demais anos, nos outros municípios da região.

homens que, às vezes, ficavam dias e até semanas fora de sua casa, como foi o caso da participação no Grito da Terra Brasil³. Segundo Luís Felipe Miguel,

A desigualdade entre homens e mulheres é um traço presente na maioria das sociedades, se não em todas. Na maior parte da história, não foi camuflada nem escamoteada; pelo contrário, foi assumida como um reflexo da natureza diferenciada dos dois sexos e necessária para a sobrevivência e o progresso da espécie. Ao recusar essa compreensão, ao denunciar a situação das mulheres como efeito de padrões de opressão, o pensamento feminista caminhou para uma crítica ampla do mundo social, que reproduz assimetrias e impede a ação autônoma de muitos de seus integrantes. (MIGUEL, 2014, p. 17).

Um dos primeiros espaços de participação das mulheres nas Comunidades Cristãs foi a catequese, pois a formação recebida ajudou a terem uma postura mais desinibida, mais solta, e elas, com frequência, eram as que sustentavam o culto aos domingos com seus cantos, as orações, o peso das crianças por meio da Pastoral da Criança, enfim, as mulheres faziam a comunidade crescer e cresciam junto com as atividades ali desenvolvidas.

Em seguida, as mulheres formaram Clubes de Mães, que foram fundamentais para que elas se organizassem. Esses clubes surgiram em Cametá, ligados à Igreja Católica, e desenvolveram ações de filantropia para a população mais carente.

Os Clubes de Mães foram importantes dentro daquele momento, no contexto vivenciado, pois proporcionava às mulheres, mesmo que de forma tímida, a possibilidade de romper com formas isoladas, particulares, somente na família, e adentrar numa nova organização social de partilha, de convivência, de fraternidade, de comunidade.

A experiência de participação das mulheres nos Clubes contribuiu para serem redimensionadas práticas cotidianas vivenciadas na vida doméstica. Segundo José Coutinho Favacho, em sua dissertação de mestrado, ao abordar a Pastoral Social na Igreja Católica, indica que “[...] as mulheres estão na fase inicial de sua organização transformando os clubes de mães em movimentos que entram na esfera sindical e política” (FAVACHO, 1984, p. 110).

A partir dos anos 1990, a organização das mulheres começa a ganhar visibilidade com sua presença mais frequente na vida comunitária, envolvendo-se principalmente nos cursos oferecidos pela Diocese de Cametá, como os cursos de saúde popular, remédios caseiros, catequese, pastoral da criança e educação popular⁴.

Os cursos de remédios caseiros oferecidos pela Pastoral da Saúde eram os que mais as mulheres participavam, pois as questões da saúde da família eram vistas como ações femininas. Segundo a ex-agente da Pastoral da Saúde da Diocese de Cametá,

A criação da Pastoral da saúde pela Prelazia de Cametá foi fundamental para que as mulheres se reunissem, pois, o assunto principal tratado pela pastoral dizia respeito à saúde da mulher. Dessa maneira as mulheres foram

³ É o principal evento da agenda do movimento sindical do campo e reúne milhares de trabalhadores e das trabalhadoras rurais de todo o país em Brasília. O Grito é promovida pela Contag e é apoiado pelas Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e pelos STTRs. O primeiro Grito da Terra Brasil foi organizado e realizado em 1995.

⁴ A Diocese de Cametá, desde o início dos anos 1970, realiza um amplo processo de formação, em diversas pastorais e movimentos sociais, tornando importante o processo de conscientização, oferecendo ao povo uma pastoral de promoção humana.

se agrupando, e as reuniões aconteciam só as mulheres. Como era assunto das mulheres para elas era importante que só as mulheres participassem. O desdobramento dessas ações da Pastoral da Saúde, foi a criação de grupos nas comunidades e o trabalho com as plantas medicinais. (Entrevista realizada em março de 2017).

Essas iniciativas da Igreja despertaram nas mulheres uma consciência crítica de sua condição na família e de seu papel na sociedade. Ainda segundo a ex-agente da Pastoral,

As mulheres foram se fortalecendo e também tomando coragem de falar, de se expressar, de poder dizer “eu estou aqui”, “deixei minha casa, meus filhos...” Era um momento de saírem, primeiro das tarefas do dia a dia, mas também do trabalho da roça, indo para as comunidades celebrar. Mas essas saídas das casas não eram só aos domingos. Em outras reuniões que aconteciam nas comunidades elas participavam e lá começaram a se organizar. A partir daí os grupos das mulheres foram se fortalecendo, participando. Nesse momento não tinha mais como ignorar a presença das mulheres na região tocantina, e nos movimentos sociais. (Entrevista realizada em março de 2017)

Como os grupos organizados de mulheres nas comunidades rurais e nos bairros da zona urbana foram constituídos e estavam crescendo, houve a necessidade de as mulheres se organizarem em uma entidade de representação que pudesse levar suas propostas e anseios para as instâncias de poder local, regional e estadual. Dessa maneira, no ano de 1996, foi constituída a Associação das Mulheres do Município de Cametá (ADMMC), com mais de 200 associadas. A associação é uma organização não governamental que atua no município de Cametá, prestando assessoria aos grupos organizados nos eixos de gênero, geração de trabalho e renda e políticas públicas⁵.

A Associação tem como principais atividades a defesa dos direitos sociais, a representação das mulheres nos espaços de participação popular, via conselhos populares, assessoria na organização dos grupos nas comunidades e promoção de processos formativos, como cursos, seminários, oficinas, dentre outras atribuições. Para a presidenta da Associação das Mulheres,

Fazer parte dos conselhos populares, de representação política, era um grande desafio, onde estávamos sempre sendo testadas, se tínhamos conhecimento das temáticas debatidas. Interessante é que a maioria dos conselheiros era do movimento social e sindicatos de representação. Existiam conselhos formados por 12 pessoas, como o conselho da saúde, sendo 08 homens e 04 mulheres... mesmo assim, participávamos com afinco das discussões. (Entrevista realizada em janeiro de 2017).

Na fala da presidente, fica evidenciado que, nas relações de gênero, existem relações de poder, relações que se constroem, sejam elas iguais ou desiguais, a partir de forças sociais.

Continuando a trajetória das mulheres, foi criado, no ano de 1999, o Centro Miriti de Assessoria às Mulheres (CEMAM), organização não governamental apoiada pela Cooperação Internacional Holandesa Cordaid, que trabalhava as temáticas gênero e desenvolvimento, políticas públicas e geração de trabalho e renda. Durante os 10 anos de atuação do Centro Miriti, foi realizado um intenso

⁵ *Extraído da Ata da Fundação da Associação das Mulheres, de 1996.*

processo de formação às mulheres que visava fortalecer as identidades e relações de gênero. O Centro Miriti incentivou, ainda, a política de geração de trabalho e renda e impulsionou o processo de comercialização da produção das mulheres.

No ano de 2001, a Prefeitura Municipal de Cametá, via Secretaria de Educação e de Agricultura, em parceria com a Cooperativa Agrícola Resistência Tocantina (CART)⁶ e com o STR, criaram o Laboratório Experimental de Produção e Comercialização, que consistia numa iniciativa de superação de diversos obstáculos para comercializar a produção dos trabalhadores e trabalhadoras no município, dentre os quais podemos citar: a falta de tecnologia mínima e adequada para a conservação dos produtos perecíveis; a inexperiência da organização da pequena produção; a falta de gestão de empreendimentos agroindustriais, beneficiamento da produção; entre outros.

A despeito dessas dificuldades descritas, observa-se, a partir de 2002, o crescimento do interesse do governo local em oportunizar negócios associados à preservação ambiental e à promoção de comunidades tradicionais no município. Um dos exemplos mais bem-sucedidos foram os investimentos feitos pela Prefeitura de Cametá na introdução dos produtos regionais na merenda escolar. Desse modo, produtos como açaí (*Euterpe oleracea*), farinha de mandioca, polpa de frutas, macaxeira (*Manihot esculenta*), camarão de água doce (*Macrobrachium carcinus*), feijão caupi (*Vigna unguiculata*), entre outros, passaram a ser ofertados no cardápio da merenda escolar regionalizada.

Para dar conta dessa demanda, desenvolveu-se um consórcio entre as entidades parceiras, com destaque para o processamento do açaí, resultando, naquele momento, em aumento da renda dos pequenos agricultores extrativistas e em melhoria das condições de higiene e qualidade do suco do açaí, consumido em larga escala no município.

Para a organização das mulheres, a iniciativa do Laboratório Experimental representava uma ruptura, mesmo que pequena, nas relações de poder impostas, que sustentam um discurso discriminador contra as mulheres com base em características biológicas, reservando-lhes, por conseguinte, ocupações, na maioria das vezes, em atividades que não geram renda.

No entanto, essa parceria não foi bem-sucedida. A gerência era exercida pelas mulheres, mas a representação jurídica era da CART, que recebia o pagamento junto à Prefeitura de Cametá. Outro aspecto discutido era que os produtos entregues pelas mulheres não eram reconhecidos como “sua” produção, o que dificultava uma maior visibilidade da organização da Associação das Mulheres.

Com o governo popular foi estabelecida uma parceria e organizamos um laboratório experimental que consistia em comprar a produção das mulheres, entregue pelas mulheres. Nas comunidades existiam os grupos de mulheres e as lideranças organizavam a produção, de açaí e outras frutas. O laboratório, sob a coordenação só de mulheres, mesmo com homens trabalhando, mas a gerência era das mulheres, conseguia entregar na merenda escolar polpa de açaí e de frutas, em parceria com a Secretaria de Agricultura. Até aí estava tudo muito bem... crescendo bem, mas como se tratava de ter participação de outras enti-

⁶ A CART é uma Cooperativa agrícola, localizada em Cametá, que surgiu a partir da Casa do Lavrador. O quadro social da CART é formado por camponeses e vem atender as demandas dos trabalhadores financiados pelo Fundo Constitucional do Norte (FNO).

dades, como o sindicato, outra cooperativa já organizada, que denominávamos de cooperativa dos homens, começou uma certa divergência... afinal de quem é essa identidade? Quem é que gerencia isso... quem se fortalece? Passou mais pelo fortalecimento político... porque se isto der certo as mulheres vão crescer muito, sabendo que as mulheres tanto do centro de assessoria como das bases tinham potencial enorme para assumir muita coisa na política do município. Com tantos conflitos a parceria terminou. (Presidente da ONG Centro Miriti, entrevista realizada em março de 2017).

Na fala da presidente do Centro Miriti, as mulheres começaram a perceber que não havia visibilidade em seu trabalho e que sua produção era vista como produção dos maridos, estes que, na maioria das vezes, vinham entregar o produto e receber o dinheiro. A ideia de trabalhar a produção em conjunto com os homens não foi exitosa, pois, mais uma vez, a produção das mulheres ficou invisível. Fazia-se necessário, nesse momento, as mulheres fazerem sua própria história.

Diante de toda discussão no decorrer dos anos, da falta de reconhecimento do trabalho das mulheres e de agregar valores à sua produção, foi criada, no ano de 2005, a Cooperativa Agroindustrial e Extrativista das Mulheres de Cametá, com um quadro social de quarenta sócias de comunidades localizadas em ilhas, áreas de terra firme rurais e urbanas, espalhadas no território do Baixo Tocantins. As mulheres que fazem parte da cooperativa são, em sua maioria, trabalhadoras rurais e seu modo de subsistência é pautado no extrativismo. A Cooperativa proporciona às suas cooperadas atividades de capacitação e formação em agroindustrialização, comercialização, artesanato e autogestão de empreendimentos econômicos solidários⁷. As mulheres veem, assim, na Cooperativa, a perspectiva de criação de valores e de vivências que fortalecem o seu processo de libertação e empoderamento.

Toda a trajetória da organização das mulheres, desde a presença no culto, na catequese, nos clubes de mães, nas pastorais da criança e saúde, nos remete para compreender as relações de gênero. A distinção conceitual entre sexo e gênero, desenvolvida pela historiadora Joan Scott, é uma ferramenta útil para discutir gênero e tem sido amplamente utilizada em quase todas as áreas do conhecimento. Ao analisar as relações de gênero, parte-se do raciocínio de que a divisão de trabalho e as relações entre homens e mulheres não são construídas em função de suas características biológicas, mas sim como um produto social que legitima as relações de poder.

A criação da Cooperativa das Mulheres de Cametá foi pensada a partir dessa compreensão, “[...] na afirmação de igualdade fundamental entre homens e mulheres” (MIGUEL, 2014, p. 63) e de que elas são capazes de conduzir seu próprio caminho, ser cidadãs e ter sua visibilidade reconhecida, sobretudo, dentro dos movimentos sociais; compreender que os problemas das mulheres não se devem, principalmente, às suas diferenças biológicas em relação aos homens, mas às suas interações sociais e às suas diferenças definidas culturalmente; ter a percepção de que a divisão do trabalho numa sociedade deve ser explicada pelas diferenças de gênero e não pelas diferenças de sexo, onde tanto homens como mulheres desempenham papéis na esfera da produção, na vida pública, do nível comunitário ao governamental.

No entanto, no decorrer desses anos de atuação da Cooperativa, as mulheres se depararam com inúmeros problemas, dentre eles, a invisibilidade de seu trabalho, que ainda persiste, a falta

⁷ Extraído do Estatuto da Cooperativa das Mulheres, de 2005.

de espaço nos órgãos de representação política e a dificuldade de vender a produção, frustrando a tão sonhada igualdade de gênero. Para essas mulheres,

[...] a igualdade reivindicada vai ser entendida como a busca pela inserção numa universalidade que não é neutra – já está preenchida com as características do masculino [...] As mulheres querem ser cidadãs, mas a própria ideia de cidadania foi construída tomando como base a posição do homem (e, em particular, do homem branco e proprietário) numa sociedade marcada por desigualdades de gênero, bem como de raça e classe. (MIGUEL, 2014, p. 64).

2. Para Colher os Frutos Tem que Plantar a Árvore: Quem planta? Quem colhe? Quem vende a produção? A presença masculina no espaço da Cooperativa das Mulheres

Ao desenvolver a pesquisa, observamos, nos documentos e nas imagens que nos foram concedidas, a presença de homens na organização da Cooperativa das Mulheres, no período que compreendeu os anos de 2005 a 2010. De imediato, anotamos esse dado no caderno de campo para que nada nos escapasse, a fim de que, posteriormente, pudéssemos dialogar com as nossas interlocutoras e verificar a percepção delas acerca dessa situação, pois, no dizer de Evans-Pritchard (1978, p. 315), “[...] todo processo social, toda relação social, toda ideia tem sua representação em palavras e objetos, e se alguém consegue dominar as palavras e as coisas, nada termina por escapar”.

Disso derivou nossa inquietação: já que a Cooperativa estava se consolidando como instrumento de luta e de visibilidade das mulheres, o que representava a presença de homens no dia a dia da organização, exercendo funções que iam desde o trabalho visto como “mais pesado” – capinar o terreno para o plantio, destocar, arar a terra, carregar os frutos para o processamento –, até o trabalho de gerente e representante junto às Instituições de financiamento da Cooperativa?

Ao dialogar com as mulheres, um dos primeiros argumentos relatados por uma sócia cooperada foi em relação à força física do homem:

Nós não dávamos conta de realizar o trabalho sendo só mulheres e precisávamos dos homens ao nosso lado, principalmente para capinar, arar, destocar e fazer os serviços mais pesados. Mas não era qualquer homem, que viesse *pru* mandar na gente. Eram os homens ligados às nossas famílias, ao nosso trabalho e que estavam sempre nos apoiando. No movimento de mulheres aprendemos a falar de igualdade e não de superioridade de um em relação ao outro. (Mulher 1, sócia da Cooperativa. Entrevista realizada em maio de 2017).

Dialogando com outra mulher, que foi fundadora da Cooperativa e participou de todo o processo de constituição da entidade, disse não estranhar a presença dos homens no espaço das mulheres, uma vez que discutir relações de gênero era compreender a igualdade de ambos no processo de organização social.

Olha, eles fizeram o serviço mais pesado. E foi bom porque a gente acabou envolvendo nossas famílias também, como os maridos e filhos. Se a gente ganha, eles também ganham... a família é que ganha, né? Eles vendo o que a gente está fazendo, eles nos apoiam. Mas o importante é que o trabalho

da gerência, da venda da produção, de fazer o pagamento, são as mulheres que fazem. Também nós representamos as 40 mulheres da cooperativa nas reuniões do sindicato dos rurais, quando nos chamam na igreja, na colônia e nas agendas de manifestações, como foi a luta pelo asfaltamento da Transcemetá. (Mulher 2, sócia da Cooperativa, entrevista realizada em maio de 2017).

Nas duas falas, percebemos que o esforço físico foi apontado como uma das razões para os homens serem considerados importantes no trabalho agrícola, por isso a presença essencial deles, mesmo em se tratando de um espaço de mulheres. Percebemos também que há uma lógica da solidariedade familiar, quando, mesmo em espaços de mulheres, envolvem maridos e filhos, que, na maioria das vezes, escondem as relações de produção e invisibiliza a mulher do meio de produção, como trabalhadora.

No caso específico da Cooperativa das Mulheres, os homens foram os responsáveis para que o terreno ficasse em condições de receber o plantio das frutas, das hortas de plantas medicinais e alimentícias; mas essas atividades também foram realizadas e coordenadas pelas mulheres, só que elas não apareceram e, em nenhum momento, deixaram explícito que estavam presentes nessa fase de organizar o terreno para o plantio. As atividades narradas por elas foram as de entregar a produção, manipular os remédios caseiros, beneficiar os frutos, procurar mercado para venda da produção e gerir financeiramente a cooperativa.

No entanto, quando se olha para a realidade, não há tarefa que as mulheres não executem, desde arar a terra, “apanhar” o açaí, roçar o quintal, plantar e fazer farinha, até pilotar barcos e lanchas – antes, restrito ao fazer do homem. Nesse sentido, destaca-se que participamos, na localidade de Mupi (de onde muitas mulheres cooperadas são oriundas), de uma experiência que elas denominaram “dia de campo”, em que realizaram atividades desde o plantio da mandioca até a produção final, que é a farinha de mandioca.

Quando chegamos, estava tudo organizado, e logo nos deslocamos para o roçado. A Presidente da Associação das Mulheres de Cametá nos acompanhou, uma vez que o grupo das mulheres do Mupi faz parte da Associação, assim como a Ex-Presidenta da Cooperativa das Mulheres, que faz parte do grupo e mora na localidade.

De imediato, chamou-nos atenção a presença de muitos homens que iam estar conosco naquele dia e algumas crianças. Indagando o porquê daquela situação às mulheres, elas nos responderam que eram seus maridos e filhos e que essa era uma prática frequente entre eles, confirmando o que diz Saffioti de que “[...] enquanto a família existia como unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental” (SAFFIOTI, 2013, p. 63). Elas deixaram claro que a ação era das mulheres e eles estavam ali para “ajudar”, “apoiar” e ser o “suporte” no trabalho de risco e mais pesado.

A primeira atividade que realizaram foi mostrar como plantar mandioca, onde utilizaram pedaços de caule de plantas adultas saudáveis de maniva. Em pedaços com 15 a 25cm de comprimento e com cerca de 2,5cm de diâmetro, colocaram, de forma horizontal, dentro da cova. A seguir, nos levaram até o tanque onde a mandioca já estava de molho, desde o dia anterior, para posterior descascação de maneira manual, utilizando a própria faca.

A mandioca foi retirada dos tanques e a fase de lavagem, finalizada. Em seguida, elas foram raladas. Para tanto, foi utilizado um aparelho, chamado de “caititu”, que tem um ralador com lâ-

minas movimentadas por um motor. Toda a mandioca foi colocada manualmente no equipamento pelos homens, que eram os responsáveis em ralar a mandioca, por se tratar, na compreensão dos maridos, de um trabalho de risco para as mulheres.

Sob a capa de uma proteção que o homem deveria oferecer à mulher em virtude da fragilidade desta, ao mesmo tempo, a colaboração no trabalho e o comportamento submisso que as sociedades de família patriarcal sempre entenderam ser dever da mulher desenvolver em relação ao chefe da família. (SAFFIOTI, 2013, p. 63).

Percebemos, naquele momento, que os homens precisavam intervir, a fim de demarcar seu lugar, como chefe e provedor da família, como o sexo forte.

Ainda sobre as atividades que o grupo desenvolveu, observamos que, depois de ralada, a mandioca passava à etapa de prensagem, onde a massa foi colocada dentro de um tipiti, a fim de que toda a água fosse retirada. Com a mandioca já prensada, eram então abertos os tipitis e as mulheres espalhavam a massa sobre mesas grandes e depois peneiravam para retirar os pedaços maiores, que não deveriam passar à etapa seguinte.

Por fim, a mandioca era torrada em tachos de ferro no fogão a lenha. Essa era uma etapa bastante demorada e, segundo as mulheres, a mais complicada. Era muito importante saber identificar o ponto certo de torrefação, porque era fácil deixar passá-lo e, nesse caso, toda a farinha queimava e se perdia. Elas identificavam esse ponto pelo barulho que fazia a farinha quando esta era friccionada com os dedos.

Após o processo, a farinha era colocada em sacos de 30 quilos, tarefa esta feita pelos homens, para ser vendida ou na própria Vila do Mupi ou entregue na Cooperativa das Mulheres.

Analisando a situação acima descrita, percebe-se que a presença dos homens nos espaços de produção das mulheres ainda é muito forte, o que invisibiliza sua atuação, afirmando que o princípio da igualdade entre mulheres e homens “[...] permanece válido apenas no plano jurídico” (SAFFIOTI, 2013, p. 160), *no papel*, na Constituição Federal. É bem verdade que têm ocorrido avanços na conquista de espaços políticos de expressão e reconhecimento, na possibilidade de acesso à educação, na capacidade de desempenho profissional das mulheres. Mas impasses relativos ao trabalho doméstico ainda são questões cruciais a serem resolvidas.

Ao considerarmos todo processo de produção da farinha de mandioca, percebemos que as mulheres desenvolveram ações que já lhes são pertinentes no ambiente doméstico, como plantar, fazer a massa, limpar forno da farinha, mantendo, paralelamente, as demais atividades do ambiente doméstico, com todos os seus desdobramentos, que consiste em organizar a casa, tratar do bem-estar do marido e dos filhos, da educação da prole, entre outros. Aos homens, coube a venda da produção, pois tomaram a iniciativa de ensacar a farinha que seria levada à feira local e à Cooperativa das Mulheres.

Figura 1 – Distribuição de lanche.



Fonte: Pesquisa em campo de Salete Aquime, 2016.

Na figura acima, a ex-presidenta da Cooperativa e mais algumas associadas servem lanche para os homens, mesmo sendo uma ação das mulheres. Essa atitude demonstra que a reprodução dos papéis de homens e mulheres é feita de maneira automática. A força, o impacto dessa questão é tão decisivo, forte e naturalizado, que é visto como normal, mesmo em se tratando de mulheres que têm uma leitura de seu papel social.

No caso específico da Cooperativa, a presença masculina não é só um caso de trabalhar gênero em pé de igualdade entre homens e mulheres, envolvendo todos no mesmo rumo de trabalho, mas percebe-se que ainda há um forte vínculo com os homens, onde ainda não se rompeu as amarras da dependência da mulher em relação ao homem, seja ele marido, filho ou militante dos movimentos sociais.

3. Mulheres como companheiras de luta, mas não de poder: a invisibilidade ainda persiste. É preciso intensificar a marca mulher!

As reivindicações das mulheres de Cametá vêm desde a década de 1990, quando elas começam a perceber a opressão de gênero, pois os privilégios dos homens acabaram hegemonizando formas de cultura, enfatizando a ideia de que mulher não combinava com poder. Por conta da fragilidade construída e imposta às mulheres, elas conquistaram o espaço de trabalho fora do lar, mas não conquistaram o espaço de decisões, o poder.

As mulheres participavam das lutas nos movimentos sociais, porém, com grandes dificuldades de expressar ações contrárias ao patriarcalismo, que lhes negava espaços de direção, de comando e de poder nas organizações sociais.

A organização das Mulheres em uma Cooperativa visava, assim, integrá-las ao mercado de trabalho, mostrando a sua eficiência e sua visibilidade, em um esforço para empoderá-las, de modo que melhorassem sua posição em relação aos homens, dentro dos movimentos sociais.

No entanto, há uma dificuldade muito grande dentro da Cooperativa de compreender essa relação de gênero, essa consciência de gênero que impera nas organizações sociais. O fato

de terem se organizado e criado uma Cooperativa só de mulheres não pode ser simplesmente aderido aos modelos de desenvolvimentos existentes de outras cooperativas e associações. Isso faz com que a Cooperativa vá a “reboque” das ações discutidas e planejadas por outros grupos, sem considerar as questões de gênero. “A consciência de gênero não é uma questão separada ou adicional a ser tratada, mas é um modo de ver, uma perspectiva, um conjunto de compreensões que informam nossa visão sobre as pessoas e a sociedade” (OXFAM, 1999, p. 13).

A Cooperativa das Mulheres participa da Feira da Agricultura Familiar⁸, formada por vários Sindicatos, Cooperativas Mistas e Associações de produtores de Cametá. Quem organiza a Feira é o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, a Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes (APACC) e a Diocese de Cametá. A participação da Cooperativa só se dá no dia da Feira, quando levam seus produtos para exposição e venda.

A gente continua invisível. Falta o comprometimento das sócias, da assessoria, do governo municipal e das outras cooperativas de Cametá e do Baixo Tocantins. As outras organizações não nos valorizam, deixam a gente de lado porque somos mulheres. Eu acho que com a criação da Cooperativa das Mulheres os homens se sentiram afrontados. Eles sempre dizem: a gente não tem uma agroindústria, um local para manipular a produção, um local para vender a produção, que seja um ponto de referência. A Cooperativa das Mulheres tem o espaço dela, a sede, a Pousada, a agroindústria e a loja de vender a produção. Um empreendimento maior do que dos homens, né? (Diretora Financeira da Cooperativa, entrevista realizada em outubro de 2017).

A própria Diretora Financeira da Cooperativa questiona a maneira como são tratadas as discussões de gênero dentro dos movimentos sociais. Discutir gênero “[...] significa olhar com novos olhos e de um modo que está constantemente aberto para aprender mais” (OXFAM, 1999, p. 13).

A questão da invisibilidade, que é um fator que vem à tona quando se trata de poder, deve ser evocada pelas próprias cooperadas, o que muitas vezes não acontece. Por exemplo, numa das exposições na Feira da Agricultura Familiar, não havia sequer identificação própria que pudesse indicar que o local da exposição pertencia a uma Cooperativa de Mulheres.

No dia 23 de setembro de 2017, deslocamo-nos cedo para acompanhar todo o processo de organização da Feira da Agricultura Familiar. No local, observamos que a montagem das barracas ficou por conta da equipe de infraestrutura, formada por homens. Depois de as barracas estarem montadas, cada organização social arrumou sua produção nelas. Em cada barraca, havia uma identificação que indicava a procedência da produção e a que organização pertencia. Assim, na barraca da Cooperativa das Mulheres havia uma identificação com a sigla COOPMUC. Isso nos chamou a atenção, porque aquela placa não identificava que aquela produção era das Mulheres.

Indagamos às pessoas que estavam presentes naquela Feira se elas estavam interessadas em comprar os produtos da Cooperativa das Mulheres e elas nos perguntavam onde ficava o local da venda, pois desconheciam que, naquele espaço, havia uma produção somente de Mulheres.

⁸ Duas vezes ao mês é realizada a Feira da Agricultura Familiar, que é um espaço de venda e exposição dos produtos das organizações sociais.

Figura 2 – Espaço da Cooperativa das Mulheres na Feira da Agricultura Familiar.



Fonte: Pesquisa em campo de Salete Aquime, 2017.

A invisibilidade das mulheres naquele local era de responsabilidade delas mesmas, que não demarcaram seu campo de atuação, uma vez que a Feira é vista como espaço masculino; não se identificaram como Mulheres, o que as colocou em uma situação imperceptível. Segundo Miguel (2014, p. 65),

Não basta exigir o acesso das mulheres às atividades próprias dos homens. É necessário também redefinir os critérios de valoração que fazem com que algumas atividades (as deles) sejam consideradas mais importantes que outras (as delas) e que fazem com que algumas formas de comportamento (as deles) sejam vistas como universalizáveis, enquanto outras (as delas) apareçam como inevitavelmente ligadas a uma posição particular.

Dialogando com as mulheres da Cooperativa sobre essa invisibilidade, percebemos que é urgente trabalhar com os homens dos movimentos sociais a temática de gênero, caso se queira transformar as relações de dominância existentes.

A identificação tanto da placa quanto do *banner* foi feita por um homem, segundo uma associada, que não se preocupou em identificar a Cooperativa como um espaço de Mulheres. Acrescenta também que houve uma permissão para que esse material fosse feito. Percebemos que há uma cumplicidade latente entre os homens que “ajudam” na Cooperativa e as sócias. “Se considera errôneo não enxergar no patriarcado uma relação, na qual, obviamente atuam as duas partes” (SAFFIOTI, 2015, p. 126).

Figura 3 – Nova logomarca da Cooperativa.



Fonte: Cooperativa das Mulheres, 2017.

No mês seguinte, outubro de 2017, voltamos à Feira da Agricultura Familiar e já percebemos que a Cooperativa havia mudado a logomarca, dando ênfase ao nome *Cooperativa das Mulheres*, o que as identificou como organização social específica de Mulheres.

Durante esses meses em campo, convivendo com as mulheres da Cooperativa, conversando com outros atores dentro do movimento social, foi possível observar entraves e desafios que são postos às mulheres em sua participação política, sindical e econômica.

A Cooperativa das Mulheres vem de uma trajetória de luta junto com os movimentos sociais e tem seu processo de criação a partir do ano 2000, quando as mulheres criam o consórcio para a venda de sua produção por meio do Laboratório Experimental, que era uma pequena unidade de beneficiamento. As mulheres já tinham sua organização, a sua Associação, mas precisavam adentrar no campo do trabalho produtivo.

Era urgente que as mulheres criassem um espaço, onde suas ações fossem visibilizadas, onde elas fossem gestoras do seu trabalho, aquela que gera renda para sua família. O trabalho da mulher era invisível e o objetivo com a criação da cooperativa era empoderá-las, de conhecimento, em especial para agregar valor à sua produção e ela mesma começar a comercializar, gerir e mostrar seu potencial enquanto mulher, não só em Cametá, mas em toda região. (Sócia-fundadora da Cooperativa e ex-gerente do Laboratório Experimental, entrevista realizada em agosto de 2017).

Impulsionadas pelo Governo Popular, que administrava o Município (Partido dos Trabalhadores), nos anos de 2001 a 2004, e que absorvia a produção dos trabalhadores da agricultura familiar, as mulheres entregavam sua produção, geriam seus projetos nos grupos em sua localidade e, motivadas pelo espaço que haviam conquistado, constituíram, juridicamente, em abril de 2005, a Cooperativa Agroindustrial e Extrativista das Mulheres. É importante salientar que a Cooperativa foi criada num momento de incertezas para os movimentos sociais, pois o novo

gestor, prefeito eleito para o mandato de 2005-2008⁹, do Partido Democratas (DEM), não dava nenhuma garantia de comprar a produção da agricultura familiar para ser absorvida na merenda escolar.

Mesmo assim, o que se viu foi uma expansão de suas ações que poucas organizações sociais conseguiram experimentar no município. Parcerias foram realizadas com entidades da Cooperação Internacional para aquisição do espaço onde funciona a Pousada Escola¹⁰, assim como para a compra da Unidade de Beneficiamento¹¹. Houve um processo contínuo de capacitação das mulheres que culminou com desdobramentos importantes na venda da produção, com destaque para a polpa de frutos, remédios fitoterápicos e artesanato.

CONCLUSÃO

Ultimamente o que se pode observar é um pequeno declínio no processo de organização da produção, uma vez que, as mulheres que estavam à frente da cooperativa, passaram em concurso público e tiveram que assumir seus cargos, principalmente de professoras, diminuindo sua participação na Cooperativa. Com o afastamento das principais lideranças, houve um certo declínio nas ações realizadas, uma vez que essas lideranças participaram de todo processo de constituição da Cooperativa e de todo processo de capacitação nas temáticas de gênero, cooperativismo e políticas públicas.

Percebe-se que o cooperativismo não foi muito trabalhado com as sócias, uma vez que as cooperadas trabalhavam com intenção de receber imediatamente um recurso, devido ao grau de pobreza, quando a política do cooperativismo é de longo prazo. Isso também está sendo um problema.

Como não houve compreensão da política cooperativista, as mulheres vendem para os atravessadores, por um preço menor, diminuindo, assim, sua capacidade organizativa.

Diante das incertezas da venda da produção e diante da própria ação dos atravessadores, que compram a produção e pagam no ato da compra, a direção da Cooperativa está alugando o espaço onde funciona a agroindústria de processamento para um consórcio que ganhou a licitação para venda da merenda escolar do município. Está estudando também a possibilidade de entregar a produção das mulheres para esse consórcio, até ver novos mercados, de modo que a Cooperativa das Mulheres continue com suas atividades de produção.

Há muito ainda a ser feito, apesar de todas as conquistas alcançadas. É impossível realizar essa transformação sem acabar com as bases ideológicas da sociedade capitalista, dentre elas, as desigualdades nas relações de gênero, de um modelo ideológico em que o chefe da família sempre foi o homem, o provedor da família, e, conseqüentemente, dominador do espaço público das decisões e centralizador do poder. “A dominação masculina impôs às mulheres espaços da não visibilidade, da não palavra, do confinamento ao privado e à reprodução” (COLLING,2014).

A necessidade de discutir gênero se justifica pela necessidade de alavancar as lutas de classes, visando à transformação social, em um momento delicado de exclusão de direitos, de

⁹ O Prefeito foi reeleito em 2008, administrando o município de 2005-2012.

¹⁰ Foi feito um projeto, em 2005, para uma Entidade de Cooperação Internacional denominada Manos Unidos, (Espanha), que acreditou no potencial organizativo da Cooperativa e apoiou a compra do espaço onde funcionam as atividades. Essa intermediação foi realizada com a preciosa colaboração do Bispo da Diocese de Cametá.

¹¹ A Unidade de Beneficiamento foi adquirida em parceria com a Cooperação Internacional Ucodep e Oxfam (Itália).

efervescência política pelo qual passa a sociedade brasileira. A cooperativa luta por uma sociedade onde não exista desigualdade baseada em classe, raça e gênero. Se empenha para que as necessidades básicas se convertam em direitos básicos e onde a pobreza e toda forma de violência sejam eliminadas.

REFERÊNCIAS

CENTRO MIRITI. Relatório diagnóstico do Centro Miriti. Cametá, set. 2002. Mimeo.

COLLING, Ana Maria. *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

ESTATUTO da Cooperativa das Mulheres. Cametá, PA, 2005. Mimeo.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. São Paulo: Jorge Zahar, 1978.

FAVACHO, José Coutinho. *O Catolicismo Amazônico e as CEBs diante das transformações sociais em ocorrência na região: estudo sobre a pastoral da Prelazia de Cametá, à luz da Teologia da Libertação*. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

FRENCKEN, Geraldo. *Em Missão: Padres da Congregação da Missão no Nordeste e Norte do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

OXFAM. *Manual de Formação em Gênero da Oxfam*. Grã-Bretanha: OXFAM, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes*. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Gênero, Mídia e Política: um breve mapeamento da produção acadêmica sobre a presidenta Dilma Rousseff

Género, Medios de Comunicación y Política: un breve mapeo de la producción académica sobre la presidenta Dilma Rousseff

Gender, Media and Politics: a brief mapping of the academic production about the brazilian president Dilma Rousseff

Nathália Kahwage

Resumo: O golpe político de 2016 (MIGUEL, 2018, 2016), que afastou a presidenta do Brasil Dilma Rousseff, possuiu uma inegável dimensão de gênero que se relaciona com a mídia como consolidadora de moralidades sociais (CAL; GARCÊZ; BARGAS, 2018). Objetivamos analisar o conteúdo de artigos de comunicação e política acerca das abordagens teóricas sobre Dilma, com uma perspectiva de gênero, durante três períodos: 2013 (véspera das eleições); 2015 (1º ano de governo de Dilma Rousseff); e 2017 (pós-impeachment). Nossa fonte de dados são os artigos científicos disponíveis nos anais do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, a *Compolítica*¹, nos três períodos citados acima.

Palavras-chave: Gênero. Mídia. Política. Dilma Rousseff.

Resumen: Lo golpe político de 2016 (MIGUEL, 2018, MIGUEL, 2016) que alejó a la presidenta del Brasil Dilma Rousseff tenía una innegable dimensión de género que se relaciona con los medios de comunicación como consolidadores de la moralidad social (CAL, GARCÊZ, BARGAS, 2018). Nuestro objetivo es analizar el contenido de artículos de comunicación y política acerca de los enfoques teóricos sobre Dilma, desde una perspectiva de género, durante tres periodos: 2013 (víspera de las elecciones); (1 año de gobierno de Dilma Rousseff); y 2017 (post-impeachment). Nuestra fuente de datos son los artículos científicos disponibles en los anales del Congreso de la Asociación Brasileña de Investigadores en Comunicación y Política, la *Compolítica*, en los tres períodos citados arriba.

Palabras clave: Género. Medios de Comunicación. Política. Dilma Rousseff.

Abstract: The political coup of 2016 (MIGUEL, 2018, 2016) that pushed Dilma Rousseff away from office in Brazil had an undeniable gender dimension that relates to the media as a consolidator of social morality (CAL; GARCÊZ; BARGAS, 2018). Our objective is to analyze the content of the articles of communication and politics concerning the theoretical approaches on the former president, from a gender perspective, in three periods: 2013 (eve of the elections); 2015 (1st year of Dilma Rousseff's government); and 2017 (post-impeachment). Employing as a data source the scientific articles available in the annals of the Congress of the Brazilian Association of Researchers in Communication and Politics, *Compolítica*, in the three periods mentioned above.

Keywords: Gender. Media. Politics. Dilma Rousseff.

¹ Disponível em: <http://www.ufpr.br/compolitica2017>. Acesso em 20 de julho de 2017.

Nathália Kahwage – Mestranda em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Pará. Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia. Integrante da Nova Rede de Pesquisa em Feminismos e Política. E-mail: nathalia.kahwage@gmail.com

INTRODUÇÃO

Embora tenha entrado para a história, em 2010, como a primeira mulher² a governar o Brasil como presidenta³ (algo de grande valor simbólico para as lutas feministas), Dilma Rousseff foi retirada de seu cargo político, cerca de um ano após reeleita. No dia 12 de maio de 2016, o Senado Federal votou por seu afastamento no processo de impeachment, sob a acusação de crime de responsabilidade. No dia 31 de agosto de 2016, Dilma foi condenada e perdeu o mandato, assumindo, então, o cargo de presidente o vice, Michel Temer (PMDB).

Partimos do entendimento de golpe político sofrido por Dilma Rousseff que foi destituída do seu cargo em um “processo ilegal” (MIGUEL, 2016, p.31), sem respaldo constitucional (já que não se identificou crime de responsabilidade), e por meio de uma manobra “*tutelada* por grupos poderosos” (MIGUEL, 2018, p.7). A destituição presidencial, nesses moldes, promoveu discussões, principalmente entre os cientistas políticos, sobre uma visível falta de influência popular junto aos representantes formalmente eleitos e no rompimento de princípios democráticos fundamentais. Isto é, o voto não é mais o único meio legítimo de se chegar ao poder (MIGUEL, 2016). Diversos autores reforçam o entendimento sobre o golpe político (FREIXO; RODRIGUES, 2016; JINKINGS; DORIA; CLETO, 2016; SINGER; LOUREIRO, 2016; SOUZA, 2016; MIGUEL; BIROLI, 2017; SANTOS, 2017).

Neste sentido, há uma dimensão do afastamento da ex-presidenta que pode – e deve – ser objeto de nossa imediata reflexão e análise: as críticas sexistas e misóginas direcionadas à Dilma, em especial, a utilização de estereótipos de gênero antes (nas eleições), durante (o governo) e após ter sido afastada do cargo. Ainda que estas críticas pareçam estar relacionadas essencialmente a pautas políticas e econômicas, na verdade, existe um “pano de fundo moral” (CAL; GARCÉZ; BARGAS, 2018, p.3) que hierarquiza – por meio das conversações cotidianas – o que é válido (e inválido) moralmente para homens e mulheres na sociedade.

A dissociação feminina da esfera política e o papel da mulher em nossa sociedade (fortemente pautado por estereótipos) constituem discussões fundamentais trazidas pela teoria política feminista (SARMENTO, 2017; MIGUEL; BIROLI, 2011; MIGUEL; BIROLI, 2014; BIROLI, 2018; PATEMAN, 1993; OKIN, 2008). As instituições⁴ presentes na sociedade contribuem para consolidar as moralidades e reproduzir os papéis sociais sobre o que é o *feminino* e o *masculino*, além de confirmar discursos e reconhecer as falas – masculinas – como legítimas (MIGUEL; BIROLI, 2011). A mídia é um desses dispositivos, e funciona como um sistema de generalização de debates públicos no cotidiano (HABERMAS, 1997) por meio da disseminação de discursos, códigos e sentidos sobre o que é ser mulher e qual o seu lugar na sociedade.

² Dilma venceu o candidato José Serra (PSDB) no segundo turno das eleições de 2010, contando com 56,05% dos votos contra 43,95% para o candidato tucano. Nascida em 14 de dezembro de 1947, em Belo Horizonte, formada em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT) em 2001, era considerada “apadrinhada” e sucessora do ex-presidente Lula - cuja influência, para muitos, fora determinante para a sua eleição. O primeiro mandato foi entre o período de 2011 a 2014, sendo reeleita para o segundo mandato eletivo presidencial em 1 de janeiro de 2015.

³ É importante assinalarmos a utilização da expressão “presidenta” por Dilma Rousseff enquanto uma das polêmicas envolvendo os seus mandatos – e, inclusive, a sua capacidade política. Dilma Rousseff, que se autointitulava “presidenta”, suscitou olhares de estranhamento e, inclusive, críticas relacionadas à suposta má utilização da língua portuguesa: para muitos, a palavra “presidenta” estaria incorreta, tratando-se de um neologismo empregado por Dilma. É interessante notarmos que até mesmo o uso de uma expressão *supostamente* incorreta tornou-se um argumento e prova da incapacidade/inabilidade política de Dilma para o cargo político para o qual fora eleita, o que nos fornece alguns indícios dos níveis de misoginia presentes no discurso político brasileiro.

⁴ Podemos citar também como instituições reprodutoras de moralidades e dos papéis sociais: o Estado, a família, a Igreja, a universidade.

Se, como descreve Wilson Gomes, “a política em cena é justamente a política que chega ao público” (GOMES, 2003, p.115), as representações midiáticas sobre Dilma, de maneira geral, são pautadas por imagens estereotipadas e machistas, retratando uma mulher *masculinizada*, sem carisma, de postura austera e rude, e constantemente criticada por sua aparência física não tão palatável para uma mulher na política. Mesmo estas características físicas, que nenhuma relação possuem com a sua trajetória e atuação políticas, parecem servir de fundamento de sua inabilidade enquanto gestora e administradora do país.

Portanto, neste trabalho, partimos da premissa de que o golpe político sofrido por Dilma Rousseff possui uma inegável dimensão de gênero que se relaciona, intimamente, à mídia tradicional. Nosso objetivo é analisar o conteúdo dos artigos de comunicação e política acerca das abordagens teóricas sobre a ex-presidenta, a partir de uma perspectiva de gênero.

Para tanto, utilizamos como fonte de dados os artigos científicos disponíveis nos anais do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, a Compolítica⁵, especificamente em três períodos: 2013 (véspera das eleições); 2015 (1º ano de governo de Dilma Rousseff); e 2017 (pós-impeachment). Nossa hipótese inicial é que a maioria dos artigos científicos produzidos pelo Compolítica que faz menção à figura da Dilma, nos anos 2013, 2015 e 2017, não adota uma perspectiva de gênero em sua análise, o que significa que desconsideram as desigualdades de gênero existentes na política e na mídia hegemônica.

Como objetivos específicos, pretendemos verificar se os artigos científicos produzidos para o Congresso Compolítica, nos períodos pré e pós impeachment sobre a presidenta Dilma Rousseff, utilizam aspectos que levam em consideração o gênero enquanto categoria de análise. Analisaremos quais as abordagens mais frequentes que nos possibilitam entender as questões centrais que têm sido tratadas neste âmbito e quais são as lacunas. Desta forma, o esforço deste trabalho é – ainda que de forma breve – traçar caminhos e fazer apontamentos sobre o debate envolvendo a tríade gênero, mídia e política dentro da academia.

Para complexificarmos as relações existentes entre política e mídia em uma perspectiva de gênero, utilizaremos Sarmiento (2017), Miguel e Biroli (2014, 2011) e Scott (1996). Em uma abordagem mais comunicacional, Gomes (2003) nos subsidiará no entendimento sobre *visibilidade e imagem pública* no contexto eleitoral; e Habermas (1997), apontando a *centralidade do processo comunicativo*.

O artigo está dividido em cinco seções principais. Na primeira, fazemos uma discussão acerca da relação entre a tríade gênero, política e mídia. Na segunda, discorremos sobre a metodologia utilizada. Em seguida, descrevemos os resultados obtidos com a análise de conteúdo. Na quarta seção, faremos uma breve discussão qualitativa sobre os resultados e sobre a teoria proposta na pesquisa.

1. Gênero, política e mídia: a tríade

A produção de conhecimento traz respostas científicas às inquietações do cotidiano, e é por meio dessa troca intelectual tanto de quem produz quanto de quem consome que é possível identificar, questionar e propor modificações frente às desigualdades sociais – neste caso, de gênero. Nesse ponto, é importante lembrarmos que foi devido ao ingresso de mulheres nas universidades e ao início da produção científica na Ciência Política, na década de 70 – e mais intensamente nas décadas

⁵ Disponível em: <http://www.ufrgs.br/compolitica2017>. Acesso em 20 de julho de 2017.

de 80 e 90 –, que as “feministas passaram a provocar o conhecimento construído pelo *mainstream*, apontando como este não refletia a experiência específica das mulheres” (SARMENTO, 2017, p.23).

Logo, há, aproximadamente, 30 anos, o gênero tem sido uma categoria de análise cujo conceito passou a ser empregado por várias autoras feministas para se referir à diferença entre os termos “sexo”, relativo às diferenças naturais/biológicas entre homens e mulheres, e “gênero”, que diz respeito às construções sociais, culturais e psicológicas. Muitas denunciaram a existência de papéis e tarefas culturalmente atribuídos (como se decorrentes de diferenças biológicas masculinas e femininas), valorados socialmente e que criam relações de poder assimétricas entre ambos. Essa diferenciação é importante na medida em que torna visível a construção social dos significados e representações do que é ser mulher e ser homem, em cada época e lugar.

A definição clássica de Joan Scott (1996, s/p) é a de que “gênero é tanto um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos quanto uma maneira primária de significar relações de poder”. Além de estruturar a percepção e a organização simbólica da sociedade através de processos de socialização diferenciados para homens e mulheres, o gênero também é um campo primário no qual e por meio do qual o poder é articulado. Tal entendimento nos remete à segunda parte da definição de gênero: o gênero está envolvido na concepção e na construção do poder em si mesmo (SCOTT, 1996).

As relações de poder entre homens e mulheres são hierarquicamente estruturadas na sociedade. É uma organização simbólica em que os homens estão verticalmente posicionados, sob vantagem em relação às mulheres. As assimetrias de gênero ajudam a compreender questões como a marginalização⁶ feminina 80 anos após o sufrágio; o motivo de, mesmo sem barreiras legais (já que o voto e as cotas, por exemplo, são direitos garantidos), as mulheres ainda concorrem⁷ menos e se elegem⁸ menos; ou ainda lançam luz sobre uma mulher – Dilma Rousseff – que alcançou o mais importante posto político do país de forma legítima e perdeu o cargo, interrompendo, assim, todo um projeto de governo democraticamente estabelecido.

Tais questionamentos indicam como os debates sobre as desigualdades de gênero – refletidas de forma mais escancarada na política – devem ir além do que está previsto ou não na legislação. Afinal, o direito e/ou o acesso ao poder não necessariamente significam igualdade de gênero e não mudam o fato de o ambiente político brasileiro permanecer machista, como explicam Miguel e Biroli (2014):

(...) a decisão sobre leis e políticas que afetam diretamente as mulheres é feita no Brasil, ainda hoje, e como foi ao longo de toda a nossa história, por homens. O sentido dessa discrepância entre influência política e presença na sociedade – as mulheres são, afinal, pouco mais de 50% da população – é um tema prioritário para a teoria política feminista. (2014, p.12-13).

⁶ Miguel e Biroli (2014, p. 10) citam dados do IBGE: “a taxa de ocupação entre as mulheres, que era de 45,2%, em 2002, chegou a 49,2% em 2013, mas permanece mais de quinze pontos abaixo dos homens. O rendimento mensal médio dos trabalhadores homens é, por sua vez, quase o dobro do das mulheres.”

⁷ Segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), durante as eleições municipais de 2016, no Estado, foram 20.200 registros de candidatura. Os homens corresponderam a 13.280 deles (68,67%) e as mulheres a 6.058 (31,33%).

⁸ A título ilustrativo, Filho e Álvares (2013, p. 166-167), com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mostram a distribuição de prefeitos nas eleições de 2012: foram 125 prefeitos e 19 prefeitas. Em relação aos vereadores, 1699 vereadores eram homens, enquanto 240 mulheres. Some-se a esses dados o fato de que o percentual de mulheres eleitoras no Estado, durante o mesmo período, foi de 49,91% (2012), ou seja, praticamente metade da população do Estado.

Assim, quando utilizamos o gênero enquanto categoria de análise e nos valemos da teoria política feminista, queremos não apenas impugnar a naturalização de determinados comportamentos considerados “masculinos” e “femininos”, mas também retirar da invisibilidade as discriminações de gênero⁹ propagadas socialmente e refletir sobre a adoção de medidas capazes de mudar tais práticas discriminatórias nas experiências do cotidiano e/ou nas práticas científicas¹⁰. Rayza Sarmiento (2017) indica duas questões centrais para os estudos feministas em política: 1) o debate sobre *público* e *privado*; 2) o sujeito do feminismo. A primeira questão é a que vamos nos ater, compreendendo que é por meio das significações sobre *público* e *privado* que se delimita o *lugar* da mulher na sociedade (ou seja, no *privado*, no ambiente familiar e doméstico; fora da política). Tais discursos são propagados, principalmente, pela disseminação de estereótipos¹¹ de gênero.

Na interface de gênero e política, acrescentamos o elemento *mídia*, enquanto empresa de comunicação, que é responsável por naturalizar as convenções morais do que é distinto entre os sexos biológicos, acentuando, assim, as desigualdades sociais, como as de gênero (MIGUEL; BIROLI, 2010). Isto é feito de forma abrangente pela mídia tradicional que propaga discursos carregados de estereótipos, com a oposição entre *público* e *privado* e sobre a divisão sexual de papéis sociais. Na política, o senso comum é o de que se trata de um espaço masculino onde o ‘atípico’ é a presença de mulheres, as quais não “se encaixam” neste ambiente. Logo, “há muito mais atenção ao estado civil e às relações afetivas das mulheres na política que dos homens, bem como a sua aparência física e indumentária.” (MIGUEL; BIROLI, 2010, p.170).

Neste sentido, entendemos o papel da comunicação como central no contexto de gênero e política. É por meio da perspectiva sistêmica da mídia tradicional que se dá maior visibilidade a certos assuntos (GOMES, 2003) e ocorre, também, a generalização de debates públicos (HABERMAS, 1997). Isto é, as questões sociais e políticas passam a receber maior atenção da sociedade, pois a mídia fomenta a arena onde os assuntos ganham notoriedade. Wilson Gomes (2003) propõe discussões sobre comunicação e política e suas transformações frente a uma sociedade midiaticizada. O autor discorre sobre a *visibilidade* como sendo uma estratégia (ferramenta) importante dentro da política midiática de candidatos/eleitos. É uma “conexão entre as negociações da esfera política e esfera civil” (GOMES, 2003, p. 116). Além disso, configura-se em uma “habilidade” conseguir preservar a *imagem pública* de forma positiva.

Para mulheres na política, uma imagem negativa seria aquela oposta ao padrão social feminino – alimentado por estereótipos. Quando os ataques à Dilma Rousseff tornaram-se mais intensos, em 2015, na medida em que o processo de impeachment se aproximava, a mídia nos ofereceu alguns exemplos marcantes de misoginia: a capa da revista *Istoé*, sobre as “explosões

⁹ Adotamos o conceito de discriminação de gênero constante no artigo 1º da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979): “(...) discriminação contra a mulher significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher independentemente de seu estado civil com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos: político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.”

¹⁰ Sarmiento (2017) afirma que o desenvolvimento de uma teoria política feminista surgiu em resposta à teoria política tradicional cujo conceito foi construído a partir da exclusão de gênero. Ainda assim, as teorias feministas costumam ser vistas como algo à parte da Ciência Política convencional.

¹¹ Nesse sentido, as características “femininas” são aquelas relacionadas à emotividade, ao cuidado dos filhos, maternidade, futilidade, fragilidade, sensibilidade, etc.; as “masculinas” referem-se à virilidade, racionalidade, agressividade, competitividade, etc.

nervosas da presidenta”, apontando para um suposto descontrole emocional de Dilma¹². Um caso evidente de utilização de estereótipos de gênero que reforçam a ideia de que mulheres são emocionalmente instáveis/desequilibradas. Logo, não podem ocupar a esfera política.

Outro exemplo é o da famosa matéria da revista *Veja* sobre Marcela Temer, apresentada como “bela, recatada e do lar”. Muito embora não faça menção expressa à Dilma, a revista utilizou-se novamente de estereótipos de gênero para descrever Marcela como o modelo “ideal” de mulher. Isto é, bonita, passiva, maternal e na posição política de 1ª dama. Uma contraposição à Dilma que não se encaixaria em tais naturalizados atributos sobre o “ser mulher”¹³. Ou ainda, a publicação da revista *Época* sobre a vida sexual da Dilma¹⁴, na qual o jornalista atribuiu os problemas políticos da ex-presidenta à sua “falta de erotismo”.

Nesse contexto midiático, vale ressaltar a relevância dos dispositivos tecnológicos para o surgimento de outras formas de produzir conteúdos. As “redes sociais online” ou “mídias digitais” têm como características básicas a “flexibilidade”, a “dinâmica” e o “caráter relacional” (MARTINO, 2014) de indivíduos que se relacionam mutuamente, reciprocamente, de forma fluida e momentânea, em um ambiente digital. Ao se articularem, o ambiente online e o da vida cotidiana possibilitaram o alargamento das noções de política. O “poder de mobilização” das redes se revela nos três sentidos apontados por Martino (2014): no estrito (estratégias institucionais, criação de perfis de agentes políticos), no médio (discussão pública) e no amplo (visibilidade e manifestação de identidades). Portanto, é um ambiente favorável para divulgação da agenda feminista na internet, apontada, inclusive, como a “arena da luta feminista atual” (SARMENTO, 2017, p.144), e, também, criação de redes de solidariedade entre os indivíduos vítimas de discriminações como as de gênero. Os grupos – como os identitários, por exemplo - se mobilizam, desafiam padrões, renegociam “mundos culturais simbólicos” em “práticas emancipatórias” de lutas por reconhecimento que os libertem do “sofrimento social” e dos obstáculos que os impedem de se desenvolver (MAIA, 2014, p.17).

2. Procedimentos metodológicos: organização e análise dos dados

Para entendermos em qual patamar está a produção acadêmica sobre mídia e política, a partir de uma perspectiva de gênero, bem como de que modo os pesquisadores têm construído esse conhecimento científico nos artigos dos anais *online* do Compolítica, recorreremos a procedimentos metodológicos que consideram relevantes os aspectos quantitativos. Como procedimento de organização e análise de dados, utilizamos o método proposto por Bardin (1977): a análise de conteúdo. Para tanto, seguimos a proposta da autora que estabelece três momentos principais: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Nosso ponto inicial é a observação sistemática do conteúdo, mas não só ele. São fundamentais também as considerações sobre as condições contextuais, os sentidos e expressões mais amplas que podem ser extraídos destes dados, uma vez reunidos. É um procedimento metodológico que se mostrou interessante para a realização de um mapeamento de recorrências e regularidades de uma ‘amostra bibliográfica’ – como é o caso desta pesquisa. Depois de passarmos

¹² Disponível em: <http://www.vix.com/pt/bdm/comportamento/capa-de-revista-contra-dilma-provoca-revolta-ate-em-criticos-do-governo-entenda>. Acesso em 6 de julho de 2017.

¹³ Disponível em: <http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em 6 de julho de 2017.

¹⁴ Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/08/revista-epoca-ultrapassa-limites-e-faz-revelacoes-sobre-vida-sexual-de-dilma.html>. Acesso em 6 de julho de 2017.

pelas etapas da pré-análise, a exploração do material consistiu apenas na “administração sistemática das decisões tomadas” (BARDIN, 1977, p. 101). Isto é, a partir dos artigos do Compolítica, buscamos organizar os principais significantes textuais e desenvolver categorias baseadas nas discussões teóricas existentes sobre os estudos de gênero.

Em relação ao *corpus* do nosso trabalho, este é constituído por artigos científicos disponíveis nos anais do sítio do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, o Compolítica. Nosso *corpus* inicial é de 42 artigos, em um recorte que engloba a produção especificamente em três períodos: 2013 (véspera das eleições de Dilma Rousseff); 2015 (1º ano de governo de Dilma Rousseff); e 2017 (pós-impeachment). Na primeira fase de levantamento (coleta de dados), entre os dias 20 de julho de 2017 e 30 de julho de 2017, acessamos pela internet o site do Compolítica, na sessão ‘anais’, e checamos um a um dos artigos, desde 2013. Chegamos a 125 artigos através da utilização da *palavra-chave* de busca “Dilma”. Sentimos a necessidade de refinar as buscas estabelecendo alguns critérios importantes, como: a) a ocorrência da *palavra-chave* “Dilma”, citada acima de 3 vezes, e b) a existência de aspectos relacionados à Dilma Rousseff como mulher/sujeito político ou, ainda, sobre o governo dela. Repetimos a checagem no site entre os dias 31 de julho de 2017 e 11 de agosto de 2017. Desta forma, fechamos no número do *corpus* inicial de 42 textos.

Uma vez selecionados os artigos a serem analisados, estes foram organizados sistematicamente e codificados com base no modelo de formulário proposto por Sampaio et al (2016). Neste formulário, constavam as seguintes codificações que foram adaptadas à nossa pesquisa, conforme abaixo:

- a) **Artigo:** cada artigo científico do congresso Compolítica foi classificado aqui quanto ao (1) título do trabalho; (2) ano do Congresso; (3) resumo; (4) abordagem sobre gênero; (5) objeto de pesquisa.
- b) **Autores e instituições:** foram incluídas variáveis como: (1) nome do autor; (2) instituição do autor; (3) estado da instituição; (4) número de autores; (5) expressão de gênero do autor.
- c) **Abordagem teórica:** nesse ponto, o objetivo era verificar a principal abordagem teórica do texto. Se foram utilizadas linhas teóricas da Ciência Política convencional ou se foram aplicados estudos da teoria política feminista, especificamente.
- d) **Categorias de análise:** optamos por agrupar em categorias capazes de sistematizar os principais focos de atenção dos estudos de gênero: (1) Representações; (2) Eleições; (3) Impeachment; (4) Novas mídias.
- e) **Ambiente comunicacional:** meio ou ferramenta comunicacional analisado pelo artigo em avaliação. Foram consideradas as seguintes categorias: (1) Fóruns e chats; (2) Blogs; (3) Websites; (3) Redes sociais; (4) TV; (5) Jornais; (6) Revistas; (7) Rádio; (8) Outros.

Após a codificação dos artigos em formulários, criamos as categorias de análise específicas sobre gênero com base nas discussões teóricas e no exame prévio dos artigos científicos que gerou um livro de códigos. A categorização foi dividida em quatro partes, conforme citado em procedimentos metodológicos: (1) Representações, (2) Eleições, (3) Impeachment, (4) Novas mídias. No entanto, cabe explicarmos quais critérios foram significativos para a categorização dos temas.

Em **Representações de Dilma**, reunimos os textos que tratassem de representações simbólicas a respeito da ex-presidenta como agente político/mulher: estereótipos e papéis sociais (MIGUEL; BIROLI, 2014; 2010; SCOTT, 1996); em **Eleições**, foram agrupados aqueles que abordassem sobre estratégias de campanha, campanhas eleitorais e os efeitos das campanhas nos eleitores; em **Impeachment**, reunimos os artigos que tivessem como ponto de partida para a discussão a destituição de Dilma Rousseff do cargo de presidenta do Brasil; e, por fim, em **Novas Mídias**, codificamos os textos relacionados ao uso das redes sociais no contexto político e de gênero.

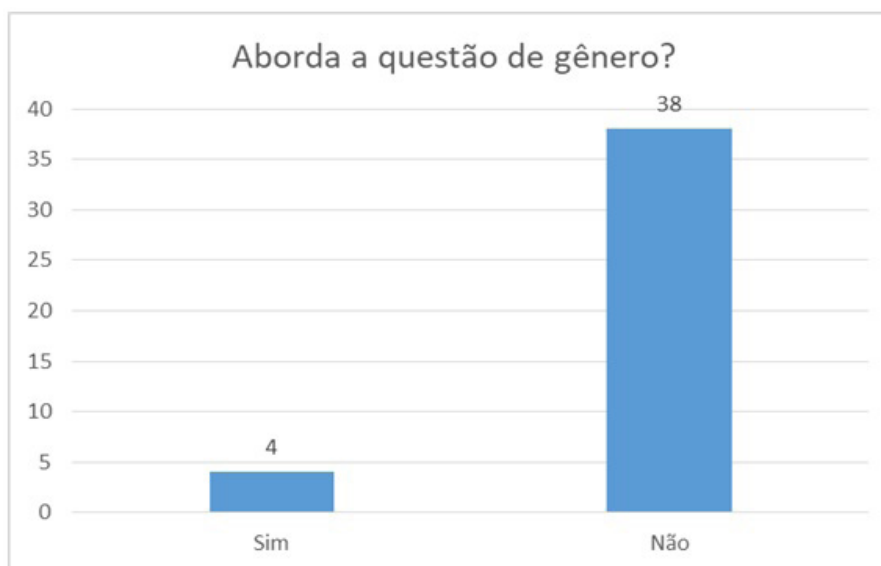
3. Resultados

Para melhor visualização, dividimos a exposição de resultados em dois momentos: a) perfil geral dos artigos científicos (que inclui os achados referentes às divisões temáticas do formulário de análise como artigo; autores e instituições e ambiente comunicacional) e b) abordagem teórica e categorias de análise dos artigos científicos.

3.1 Perfil geral

Foram 42 artigos científicos analisados do Compolítica, dos quais 10 (23,8%) foram produzidos em 2013, 14 (33,3%) em 2015 e 18 (42,9%) em 2017. Com base na leitura dos títulos dos trabalhos, dos resumos e das palavras-chave, foi possível identificar se o gênero foi tratado como categoria de análise central. Percebemos que a maioria (90,48%) não fez uso da categoria, apenas uma pequena parcela (9,52%). O gráfico abaixo ilustra melhor esta proporção:

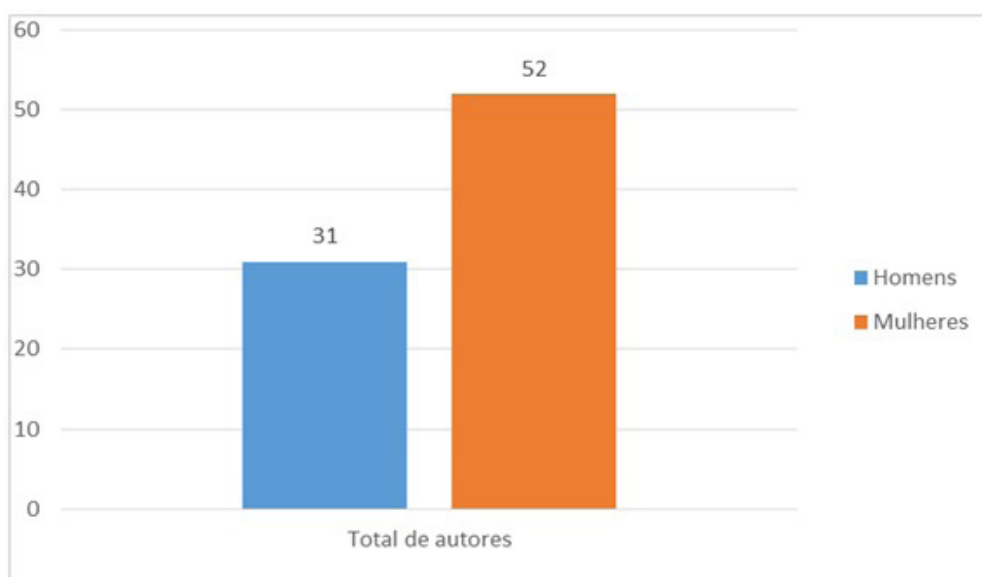
Gráfico 1 – Abordagem de gênero.



Fonte: elaboração própria

No total de artigos, foram 83 autores e co-autores responsáveis pela produção, sendo que a maioria, 19 (46,3%), trabalhou de forma individual no artigo. O trabalho em dupla vem em seguida, com 13 (31,7%) ocorrências; em grupos acima de 3 pesquisadores, foram 5 (12,2%); e, por fim, os artigos em trio: 4 (9,8%). Observamos o gênero dos autores (homem/mulher) baseado nos nomes próprios postos nos títulos das pesquisas:

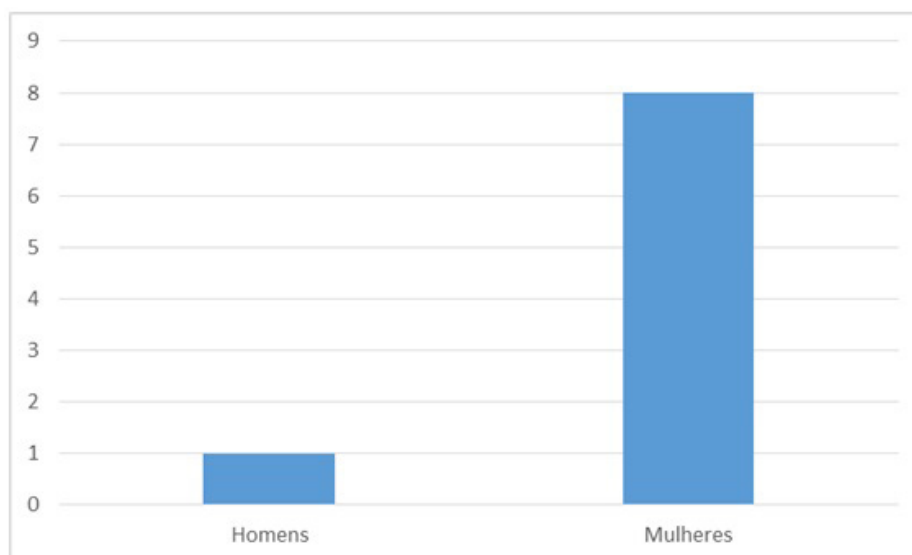
Gráfico 2 – Gênero dos autores.



Fonte: elaboração própria

Em seguida, identificamos o nível de produção homem/mulher com abordagem de gênero, conforme o gráfico 3. Isto é, 88,89% da produção acadêmica com perspectiva de gênero é feminina, enquanto 11,11% é masculina:

Gráfico 3 – Homens/Mulheres com perspectiva de gênero.

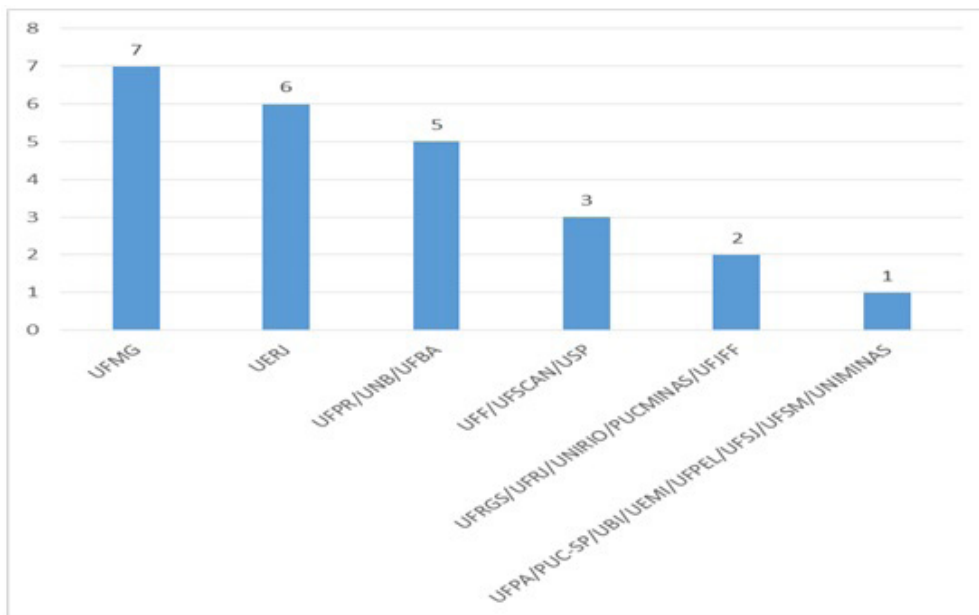


Fonte: elaboração própria

Também identificamos em qual instituição a produção científica foi mais acentuada, assim, conseguimos visualizar quais são os principais polos produtores de conhecimento acadêmico sobre mídia, política e gênero (gráfico 4)¹⁵.

¹⁵ Esclarecemos que o número total de 55 artigos científicos está acima do total de artigos analisados (42) nesta pesquisa, pois houve a ocorrência de um mesmo artigo ter sido produzido por autores de instituições distintas.

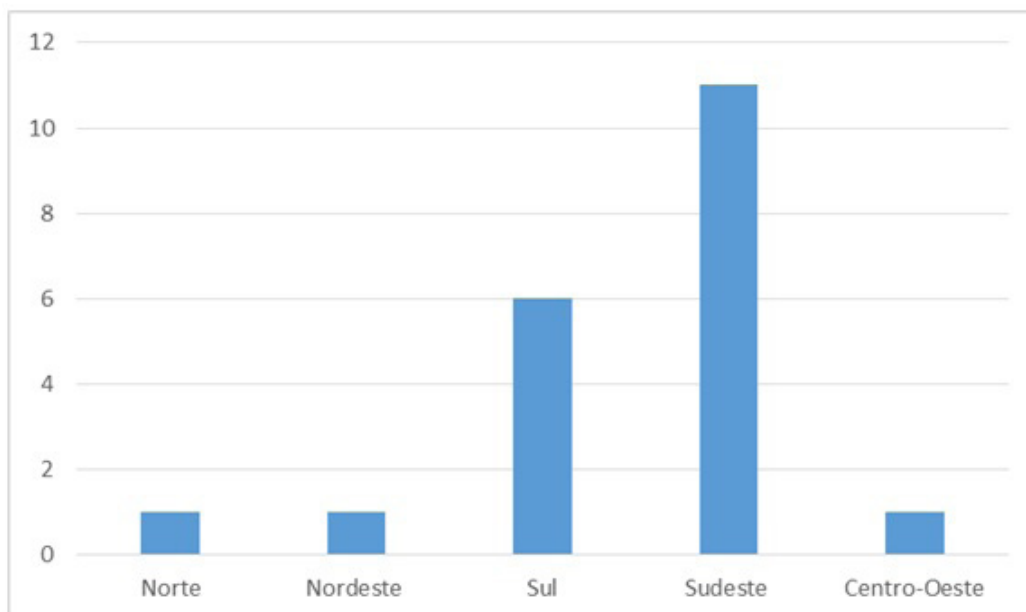
Gráfico 4 – Produção por universidade.



Fonte: elaboração própria

Ao observarmos, de modo geral, as principais universidades de onde foram produzidos os artigos científicos do Compólitica, decidimos fazer mais um cruzamento de dados. Desta vez, levando em consideração as universidades situadas nas regiões geográficas do Brasil. De antemão, vemos um domínio das instituições localizadas nas regiões Sudeste (55%) e Sul (30%). Já somando as regiões Norte (5%), Nordeste (5%) e Centro-oeste (5%) não se chega nem à metade da produção das universidades do Sudeste:

Gráfico 5 – Produção das universidades por região.



Fonte: elaboração própria

Vale ressaltar que dentro da região sudeste, especificamente, foram identificadas quatro (4) universidades de Minas Gerais (PUC Minas, UFJF, UFMG e UFSJ), quatro (4) do Rio de Janeiro (UERJ, UFF, UniRio e UFRJ) e três (3) de São Paulo (PUC-SP, UFScar e USP).¹⁶

Em relação ao ambiente comunicacional, obtivemos os seguintes resultados: a TV foi o meio mais utilizado pelos artigos para subsidiar as pesquisas empíricas com nove (9) ou 23,6% das ocorrências em geral. Em seguida, tivemos oito (8) artigos que trabalharam com **Redes Sociais** (21%); sete (7) com **Jornais** (18,4%); cinco (5) com **Revistas** (13,15%); e um (1) com **Rádio** (2,6%). Foram identificados outros ambientes comunicacionais à parte de nossa codificação. Estes compreendem a quatro (4) artigos, ou 9,52% do total. É interessante elucidarmos também que cinco (5) artigos trabalharam com dois ambientes comunicacionais ao mesmo tempo (11,90%): dois (2) com **TV/Website**; um (1) com **Jornal/Website**; e um (1) com **Blog/Website**. Além disso, nenhum pesquisou individualmente os meios: **Fóruns e chats; Blogs; e Websites**.

3.2 Abordagens teóricas

Os 38 (90,48%) dos 42 artigos científicos analisados do Compolítica que não trataram diretamente da questão de gênero no texto, porém utilizaram a Dilma Rousseff como sujeito político/mulher e ainda falaram de seu governo, foram categorizados por temáticas de abordagem, conforme já explicado nos procedimentos metodológicos. Neste sentido, identificamos quais foram os principais temas que a produção científica se ateu nos textos: em primeiro lugar foi **Eleições**, com 17 (44,7%) das ocorrências. Dois temas ocuparam a segunda posição com 7 (18,4%) registros cada: **Representações** e **Novas Mídias**. Por fim, 6 (15,7%) artigos se enquadram na categoria **Impeachment**. Identificamos, também, dois (2) artigos que não se aplicam às categorizações e correspondem a 5,2% do total de 38.

A temática mais utilizada pelos 38 artigos – que é **Eleições** – foi fundamentada, principalmente, por linhas teóricas que perpassaram a Ciência Política tradicional, com exemplo de autores que abordaram campanhas eleitorais, estratégias de marketing eleitoral, comportamento eleitoral, pesquisas de opinião como: Samuel L. Popkin, Alessandra Aldé, Marcus Figueiredo, David L. Swanson, Paolo Mancini, Anthony Downs, Stephen Ansolabehere, Roy Behr, Shanto Iyengar, entre outros. Também foram bastante utilizados teóricos dos estudos de Ciência Política e Comunicação (Gaye Tuchman, Robert Hackett, Paul Weaver, Daniel Hallin, Paolo Mancini) e dos estudos de Comunicação e Meios de Comunicação (Paul Weaver, Fausto Neto, Robert Entman, Maxwell McCombs e Donald Shaw, James W. Dearing, Everett Rogers, Nelson Traquina, Diogenes Lycarião, Rafael Cardoso Sampaio). Em Economia, foram citados como principais fontes: Albert Hirschmann, Johnson, S. Kaufmann, Bryan W. Husted, entre outros. Na Sociologia aparecem, por exemplo, Pierre Félix Bourdieu e John Brookshire Thompson. Da Linguística: Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau.

Em relação aos 4 artigos (9,52%) que utilizaram gênero como uma categoria de análise, tais trabalhos também foram dispostos em uma tabela de forma sistemática para verificarmos os principais focos de atenção dos estudos. Organizamos associando o artigo identificado por numeração e as temáticas principal e secundária abordadas:

¹⁶ Ficou de fora do Gráfico 5 a Universidade de Beira do Interior (UBI), por se tratar de uma instituição localizada em Portugal.

	Representações	Eleições	Impeachment	Novas Mídias
A2	X	X		
A25	X			X
A28	X			X
A39	X	X		
Total	100%			

(X = principal abordagem; X = abordagem secundária. Fonte: elaboração própria)

Acrescentamos que, apesar de não termos incluído na categorização se Dilma Rousseff teve voz nestes artigos científicos analisados, pudemos verificar que isto não ocorreu em nenhum dos 42 textos. Isto é, a *fala* da ex-presidenta, sua opinião, perspectivas e/ou valores não foram alvo dos estudos verificados nesta pesquisa.

Sobre as linhas teóricas utilizadas nos artigos científicos que tratam de gênero, todas foram, fundamentalmente, baseadas na teoria política feminista e iremos identificá-las pelas autoras citadas. Susan Okin foi a principal fonte na discussão essencialista no feminismo sobre *público e privado* (2 citações); Carole Pateman foi a mais citada no debate sobre o *patriarcalismo* nas estruturas sociais e políticas (2 citações); Iris Young foi utilizada para abordar a definição de *estereótipos* de gênero e a *sub-representatividade feminina* (2 citações); Flávia Biroli também foi citada para tratar de *sub-representatividade e de autonomia femininas*, além da relação entre mídia e política (3 citações). Outras ocorrências são: Judith Butler (heterogeneidade da categoria *mulher* – 1 citação); Joan Scott (conceito de *gênero* – 1 citação); Luciana Panke (*tipologias femininas* em campanhas eleitorais – 1 citação); Gilles Lipovetsky (*categoria mulher* - 1 citação). Fernanda Mota (*sub-representatividade feminina* - 1 citação).

É importante frisar que outros autores – fora da teoria política feminista – também embasaram de forma complementar as pesquisas sobre gênero como: Luis Felipe Miguel (relação mídia e política); Pierre Bourdieu (conceito de *campo*); Axel Honneth e Jessé Souza (teoria do reconhecimento); e Antônio Lavareda (comunicação eleitoral).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados que obtivemos nos ajudam a confirmar a nossa hipótese inicial de que a maioria dos artigos científicos produzidos pelo Compolítica que fazem menção à figura da Dilma, nos anos 2013, 2015 e 2017, não adotam uma perspectiva de gênero em sua análise – o que significa que desconsideram as desigualdades de gênero existentes na política e na mídia. O que indica, conforme observa Miguel e Biroli (2010), que, ainda que haja tradição nos estudos entre os pares (gênero, mídia e política), a “interseção das três temáticas ainda é um campo pouco estudado na literatura internacional e em especial no Brasil” (2010, p.1). Isto é, a produção científica neste ambiente selecionado não buscou a intersecção dos temas.

Entre alguns dados que surpreenderam, está o de a maioria dos artigos analisados pelo Compolítica – como amostra de produção científica – ter sido produzido por mulheres (62,65%).

E, ainda assim, das 52 pesquisadoras, apenas 8 se propuseram a produzir 4 artigos sobre Dilma Rousseff sob a luz dos estudos de gênero entre 2013 e 2017. Destaca-se, ainda, que apenas um (1) produzido em 2013 e três (3) em 2017. Isto é, em 2015, quando Dilma estava às vésperas do impeachment, não houve discussão acadêmica no Compolítica sobre o assunto. No pós-impeachment (2017), a produção foi de apenas 3, frente ao total de 45 enviados ao Compolítica naquele ano.

Este cenário nos leva a refletir sobre a universidade como uma estrutura simbólica – tal qual a mídia tradicional – que é palco de relações assimétricas de gênero e, em certa medida, perpetua convenções morais. A começar pela teoria política que foi constituída sob uma perspectiva masculina, em que o sujeito é o homem (SARMENTO, 2017; MIGUEL; BIROLI, 2014). Uma breve análise feita da produção acadêmica por meio dos artigos do Compolítica nos permite fazer uma relação com outro ambiente de exclusão de gênero: o político. Isto é, se há maior presença de mulheres nas instituições superiores e, conseqüentemente, o acesso ao desenvolvimento de conhecimento científico feminino não alavancou as discussões sobre gênero em parte da academia, como esperar que um maior número de cargos eletivos ocupados por mulheres vá trazer relações menos conflituosas de gênero e mais políticas públicas às mulheres? Certamente, é algo que precisa ser discutido e investigado.

É daí o papel importante do feminismo em suas diferentes “categorizações”, nos diferentes espaços da sociedade, já que são vertentes que ajudam a “esclarecer como são moldadas as diferentes explicações e soluções feministas para a construção de novas relações de gênero em diferentes cenários” (SARMENTO, 2017, p.24). O feminismo é uma corrente política-filosófica fortemente pautada pelos estudos de gênero e pela viva relação entre o ativismo e a política institucional e que, certamente, joga luz sobre opressões socialmente estruturadas e marcadas pela diferenciação entre homens e mulheres. Logo, é um dispositivo fundamental na luta pelos direitos democráticos e na busca por uma sociedade menos desigual.

Outro achado importante é que os 38 artigos analisados que citaram Dilma Rousseff, mas não trataram de gênero na abordagem sobre mídia e política, possuíam elementos interessantes para que o gênero, enquanto categoria de análise, pudesse ser inserido no debate. A maioria deste grupo teve como principal temática **Eleições** – sejam campanhas eleitorais, marketing político ou pesquisas de opinião. Neste sentido, pudemos perceber em alguns textos, por exemplo, o emprego de estereótipos de gênero como ferramenta das campanhas eleitorais da ex-presidenta para ser aceita pelo povo ou a verificação por parte dos artigos da veiculação exaustiva desses estereótipos pela mídia. Ainda assim, isto não foi abordado nas pesquisas como uma arma prejudicial, principalmente, à imagem da mulher que passa a ser desvalorizada, limitada e cerceada pelas expectativas sociais. Não se trata apenas de mídia e política, mas de uma questão de injustiça de gênero, pois os homens são socialmente menos julgados do que as mulheres.

O aumento do interesse de pesquisa pelo ambiente digital (que, nesta pesquisa, identificou-se estar próximo ao de TV) pode nos iluminar, em certa medida, para o potencial das redes sociais *online* enquanto “alternativa”, ou seja, produtoras de conteúdos diferentes dos da mídia tradicional. Mas também nos revela uma transposição mais íntima entre os mundos físico e *online* no cotidiano. São dados que nos aproximam do entendimento de Martino (2014) sobre a finalidade das mídias digitais nas trocas, compartilhamentos e engajamento. Uma “relação entre relações” (MARTINO, 2014, p.57) baseada em laços fluidos e dinâmicos que criam “redes de solidariedade

entre os indivíduos” (MAIA, 2014, p.17) que se unem por um sofrimento em comum, se mobilizam por meio de afetos e se articulam em lutas políticas de afirmação de identidades. As redes sociais online podem, em certa medida, funcionar como ferramentas úteis de visibilidade dos discursos e conteúdo do movimento feminista e também como mobilizadoras de ações políticas para além do dispositivo tecnológico.

Nesta pesquisa, buscamos fazer uma breve análise da produção acadêmica sobre a presidenta Dilma Rousseff para verificar se os artigos científicos produzidos para o Congresso Compolítica, nos períodos pré e pós impeachment de 2016, utilizaram aspectos que levam em consideração o gênero enquanto categoria de análise. Analisamos as abordagens mais frequentes (representações de Dilma) que nos possibilitou entender as questões centrais voltadas para os estudos de gênero sobre estereótipos e a dualidade *público* e *privado* e as lacunas ainda deixadas pela produção acadêmica. Onde está a voz de Dilma Rousseff nas pesquisas acadêmicas? O que ela como política/mulher pensa sobre as humilhações, os constrangimentos e as injustiças de gênero que sofreu? E mais, quais suas percepções sobre o impeachment?

Ressalta-se que se trata da exposição de dados iniciais de uma pesquisa que precisa ainda ser refinada. Ainda há possíveis questões e cruzamentos entre as categorias e discussões com abordagens teóricas que podem ser levantados. Ademais, os resultados iniciais apresentados aqui indicam como é válida a agenda de pesquisa que propomos sobre gênero, política e mídia, por se tratar de uma temática ainda pouco explorada pelos pesquisadores em questão.

ANEXO - ARTIGOS ANALISÁVEIS COMPOLÍTICA: 2013, 2015 e 2017.

1. Mídia e construção de mitos políticos na campanha presidencial brasileira.

Autora: Katia Saisi.

2. Estereotípi e sub-representação feminina no Horário Eleitoral Gratuito Brasileiro: Um estudo de caso das eleições presidências de 2010.

Autora: Fernanda Ferreira Mota.

3. Criador e criatura: petismo e lulismo nas retóricas discursivas do HGPE de Dilma Rousseff.

Autoras: Helcimara de Souza Telles e Teresinha Maria de Carvalho Cruz Pires.

4. Dilma Rousseff: Vestígios da Construção de uma Candidata.

Autora: Joyce Miranda Leão Martins.

5. Para além das valências: os termos depreciativos e os enquadramentos usados na cobertura da eleição presidencial de 2010.

Autores: Lorena Miguel (autora); João Feres Junior, Eduardo Oliveira, Anaily Mafra, Ingrid Pimentel e Renata Nascimento (coautores).

6. A apropriação de personagens políticos nacionais em eleições locais: o debate sobre transferência de votos na disputa pela Prefeitura de Juiz de Fora em 2012.

Autores: Patrícia Gonçalves da Conceição Rossini, Fernanda Nalon Sanglard e Paulo Roberto Figueira Leal.

7. Ataques e contra-ataques: campanhas negativas na disputa presidencial de 2010.

Autor: Thiago Sampaio.

8. As sobre asseverações em notícias online.

Autores: André William Alves de Assis e Sonia Aparecida Lopes Benites.

9. O julgamento midiático do mensalão nas páginas da Folha e Veja.

Autor: Eduardo Nunomura

10. Eleições 2010: a cobertura dos candidatos nas capas dos grandes jornais.

Autores: João Feres Junior, Lorena Miguel, Eduardo Oliveira, Anaily Mafra, Ingrid Pimentel e Renata Nascimento.

11. Pesquisa de opinião na cobertura do jornal O Globo das eleições presidenciais de 2010.

Autora: Karina Damous Duailibe.

12. Quanto vale uma valência? (O paper proibidão).

Autor: Luis Felipe Miguel.

13. Testando a hipótese do contrapoder: A cobertura das eleições de 1998 e 2014.

Autores: João Feres Junior, Eduardo Barbabela, Lorena Miguel, Marcia Rangel Candido e Luna de Oliveira Sassara.

14. Existe polarização nas postagens de *Facebook* de periódicos brasileiros durante as eleições? Uma análise comparativa da disposição de informações sobre candidatos às eleições presidenciais no Brasil em 2014.

Autores: Emerson U. Cervi, Márcio C. Carlomagno, Adriana M. Cedillo M. Moreira.

15. Modernização das campanhas e estratégias eleitorais: os padrões de uso da internet nas eleições de 2014.

Autoras: Michele Goulart Massuchin e Camilla Quesada Tavares.

16. “Saindo do Armário”: A intensificação da disputa político-ideológica no diálogo da campanha presidencial brasileira de 2014.

Autora: Marcia Ribeiro Dias.

17. Revistas Semanais de Informação e Dilma Rousseff: Um Estudo da Representação da Primeira Mulher na Presidência do Brasil.

Autoras: Thaís Menegás Barcarolo e Tânia Silva de Almeida.

18. A política dos memes e os memes da política: proposta metodológica de análise de conteúdo sobre memes dos debates nas Eleições 2014.

Autores: Viktor Chagas, Fernanda Freire, Daniel Rios e Dandara Magalhães.

19. Cultura política e marketing na campanha de Dilma Rousseff em 2014.

Autor: Jorge Almeida.

20. A propaganda eleitoral e a comunicação no estado democrático: apontamentos sobre Brasil 2014-2015.

Autora: Alice Mitika Koshiyama.

21. Escândalos políticos e eleições no Brasil.

Autora: Vera Lucia Michalany Chaia.

22. A agenda da propaganda negativa no jornalismo televisivo brasileiro: uma análise das eleições presidenciais de 2014.

Autoras: Lucy Oliveira e Laura Gobbi.

23. Imagem e Política: o *Instagram* na corrida ao Planalto em 2014.

Autores: Aryovaldo de Castro Azevedo Junior e Alice Marina Lira Lima.

24. Debate Político: entre o Marketing e a Política.

Autor: Marcelo Barbosa Câmara.

25. A mulher na vida pública: um mapa das moralidades no Facebook a partir da cobertura da **imprensa brasileira**.

Autores: Danila Gentil Rodriguez Cal Lage, Regiane Lucas de Oliveira Garcêz, Janine de Kássia Rocha Bargas, Thaís dos Santos Choucair.

26. Dilma Rousseff no impeachment: uma análise das estratégias de comunicação política nas redes sociais digitais.

Autores: Eurico Matos, Tatiana Dourado e Pedro Mesquita.

27. A relação entre as redes sociais e a mídia tradicional na articulação discursiva do impeachment de Dilma Rousseff.

Autoras: Michele Diana da Luz e Letícia Baron.


28. Bela, recatada e do bar: memes de internet, política e gênero.

Autores: Rayza Sarmiento e Viktor Chagas

29. Corrupção política e avaliação de governo: o caso da Lava Jato.
Autora: Érica Anita Baptista.
30. Evolução do comportamento político durante a atual crise no Brasil.
Autor: Antonio Jorge Fonseca Sanches de Almeida.
31. Mobilização da militância: redes de campanha na eleição do Rio de Janeiro em 2016.
Autor: Marcelo Alves dos Santos Junior.
32. Empreiteiras e impeachment: os agentes privados na cobertura midiática de escândalos de corrupção.
Autora: Aline Lima Brandão.
33. Vítima, vilã ou heroína: a imagem de Dilma Rousseff na narrativa do impeachment.
Autoras: Carla Candida Rizzotto e Kelly Prudêncio.
34. “Brasil dividido” e seus sentidos em *Veja* e *Época*: o uso político de sondagens na cobertura da Copa do Mundo em um ano eleitoral.
Autores: Juliano Vasconcelos Magalhães Tavares e Teresinha Maria de Carvalho Pires.
35. Enquadramentos de uma crise: o impeachment de Dilma Rousseff em editoriais nacionais e internacionais.
Autores: Liziane Soares Guazina, Helder Prior e Bruno Araújo.
36. Entre a PIG e o valor-notícia o papel da imprensa na repercussão dos ataques eleitorais.
Autora: Lucy Oliveira
37. O papel das redes sociais online na desconstrução das narrativas jornalísticas: o caso do impeachment de Dilma Rousseff.
Autores: Ricardo José Pinheiro Moraes e Samuel Anderson Rocha Barros.
38. Radiojornalismo e seleção das fontes: Interesses e disputas na cobertura do impeachment da presidenta Dilma Rousseff.
Autor: Luãn José Vaz Chagas.
39. Da primeira candidata à primeira eleita à presidência do Brasil: tipologias femininas no HGPE de TV de Livia Maria e de Dilma Rousseff.
Autoras: Alice Marina Lira Lima e Luciana Panke.
40. Campanhas on-line e polarização política: o uso do *Twitter* nas eleições presidenciais brasileiras de 2014.
Autor: Robson Carneiro Conceição.
41. A visibilidade de Dilma Rousseff nas revistas *Veja* e *Isto é*: reflexões sobre o enquadramento visual na mídia impressa.
Autora: Janaína Gomes.
42. Crise institucional brasileira e a imagem dos partidos nas propagandas partidárias gratuitas (PPG).
Autores: Luiz Ademir de Oliveira e Vinícius Borges Gomes.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BIROLI, Flávia. *Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos*. Caderno Pagu [online]. Janeiro-junho 2010, n.34, p. 269-299. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n34/a11n34.pdf>> .
- _____. *Teorias feministas da política, empiria e normatividade*. Lua Nova, São Paulo, n. 102, p. 173-210, Dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452017000300173&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 maio 2018.
- CAL, Danila; GARCÊS, Regiane Lucas; BARGAS, Janine de Kássia Rocha; CHOUCAIR, Thais dos Santos. *A mulher na vida pública: um mapa das moralidades no Facebook*. E-compós, Brasília, v. 21, n. 1, jan/abr. 2018. Disponível em: <<http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1430>>. Acesso em: 30 maio 2018.
- FREIXO, Adriano de; RODRIGUES, Thiago (orgs). *2016, o ano do golpe*. Rio de Janeiro, Oficina Raquel, 2016.
- GOMES, Wilson. *Transformações da política na Era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre faticidade e validade*. Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997 (Cap. 08, p. 73-122). Disponível em: <<http://portalconservador.com/livros/Jurgen-Habermas-Direito-e-democracia-v.II.pdf>>. Acesso em 03 maio 2018.
- MAIA, Rousiley. *Axel Honneth's Theory of Recognition as a Research Program*. In: MAIA, R. *Recognition and the Media*. Londres: Palgrave MacMillan, 2014, p. 12-26.
- MARTINO, Luis Mauro Sa. *Teoria das Mídias Digitais*. 2a. Edição. Petrópolis: Vozes, 2015
- MIGUEL, Luis Felipe. *A democracia na encruzilhada*. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2016.
- _____. (orgs). *Encruzilhadas da democracia*. Porto Alegre, Zouk, 2017.
- _____. *Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória*. 1.ed. São Paulo – Boitempo, 2018.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Caleidoscópio Convexo: Mulheres, Política e Mídia*. São Paulo, Editora Unesp, 2011.
- _____. *Feminismo e Política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- OKIN, Susan Moller. *Gênero, o público e o privado*. Revista estudos de gênero, Florianópolis: 16(2), maio-ago. 2008.
- PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1993.



SARMENTO, Rayza. *Das sufragistas às ativistas 2.0: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016)* / Rayza Sarmiento. – 2017. 220 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

SCOTT, Joan. *El género: una categoría útil para el análisis histórico*. In: LAMAS, Marta (Comp.) *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. PUEG: México, 1996.

SILVA, Silvado P; BRAGATTO, Rachel & SAMPAIO, Rafael. *Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática* / Sivaldo Pereira da Silva; Rachel Callai Bragatto e Rafael Cardoso Sampaio – Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

ENTREVISTA COM O PROFESSOR DR. ADRIANO BEIRAS

O foco de sua expertise nessa entrevista requer uma atenção especial, haja vista a dimensão que proporcionou o Dossiê “Mulheres, Saúde e Violência de Gênero” com tributos significativos dos estudos que o entrevistado está desenvolvendo em nível nacional e internacional. Nesse aspecto, é interessante conhecer a argumentação do Dr. Adriano Beiras.

RGA – Qual sua formação acadêmica atual e seu trabalho na UFSC?

AB – Sou Professor Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFSC. Graduado e licenciado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Psicologia por esta mesma instituição [UFSC]. Doutor Europeu em Psicologia Social pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), Espanha (com Menção Doutor Europeu), revalidado pela UFSC, no Brasil. Fui pesquisador convidado pela Universidade Fernando Pessoa (UFP) – Porto, Portugal –, de 05/2011 a 08/2011. Atuo como Pesquisador Doutor do Núcleo de Pesquisas Margens (Modos de Vida, Família e Relações de Gênero) do Departamento de Psicologia da UFSC, do Núcleo de Pesquisa em Psicologia Jurídica (NPPJ), do Departamento de Psicologia da UFMG e do Grupo de Pesquisas VIPAT (*Violencia en la Pareja y en el Trabajo*) do Departamento de Psicologia Social da UAB, em Barcelona, Espanha. Tenho experiência em diversos Projetos de Extensão Universitária e de Pesquisa, com ênfase em Psicologia Social, Jurídica, Comunitária e Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, família, mediação familiar, violências, masculinidades, saúde sexual e reprodutiva e sexualidades. Também sou Editor Coordenador da Revista *Nova Perspectiva Sistêmica*, editada pela editora do Instituto Noos (SP). Realizei visita pós-doutoral de 3 meses (dezembro de 2012 a fevereiro de 2013), na Universidade de Brighton (*School of Applied Social Science, University of Brighton*), Reino Unido/Inglaterra e também na Universidade de Granada (Departamento de Psicologia Social), Espanha (novembro de 2013 a fevereiro de 2014, *Coimbra Group Scholarship Programme*). Realizei Pós-doutorado Junior (Bolsa PDJ-CNPq) no Departamento de Psicologia da UFSC (Fpolis- Brasil), de março de 2013 a julho de 2014. Fui Professor Visitante na Universidad Andina Simón Bolívar, Sede Equador (Quito), em junho de 2014 e de 2015 e janeiro de 2016. Professor Visitante no Programa de Pós-graduação em Psicologia da FFCLRP-USP-USP (Ribeirão Preto) em abril de 2017. Professor Visitante na Universidad de Santiago de Chile - USA-CH (Bolsa de Intercâmbio Docente da AUGM), em outubro de 2017. Sou membro associado do *The Taos Institute*, USA (<https://www.taosinstitute.net/adriano-beiras>).

RGA – Descreva sua trajetória pessoal para inserção no campo de estudos de gênero.

AB – Tenho desenvolvido estudos neste campo desde 2003. Iniciei nos temas relacionados a direitos sexuais e reprodutivos de jovens, paternidade e masculinidades; posteriormente, segui para o tema de violências e masculinidades, focando no trabalho com homens autores de violência contra mulheres. Interessava-me, também, entender especificidades do trabalho com homens na clínica individual, casal e familiar, a parte das dinâmicas grupais. Meus estudos centram no doutoramento em Psicologia Social e também Psicologia Social Jurídica, sempre com recorte de gênero.

RGa – Quantos anos tem? Fale um pouco sobre sua rede afetiva que ajuda a dar suporte para realizar seu trabalho cotidiano.

AB – Em 2018, completei 37 anos. Minha rede afetiva está espalhada por diversos locais, nacional e internacionalmente. Construí vínculos com colegas de diversos Estados no Brasil e em outros países como Espanha, Portugal, Equador, México, Reino Unido, entre outros países que pude visitar e tecer diálogos de pesquisa e aprendizados vários. Penso que, quando fazemos o que gostamos e de forma comprometida e implicada, tudo se torna mais fluido e as relações se consolidam de outra forma, fortalecendo parcerias, trocas e aprendizados coletivos. Mas, em especial, Florianópolis concentra muitos afetos. Motivo pelo qual voltei para a UFSC e para o grupo de pesquisa Margens (Modos de Vida, Família e Relações de Gênero).

RGa – Comente sobre as influências pessoais e profissionais, ao longo de sua formação acadêmica, que o inspiram e integram seu grupo de pesquisador.

AB – Penso que o comprometimento ético e político com a mudança social e uma sociedade mais justa, equitativa em termos de gênero, raça, etnia e justiça social, me motivam a estar na área de Psicologia Social e buscar âmbitos da Jurídica e dos estudos de psicologia clínica que mantenham estes posicionamentos e diálogos com o social.

RGa – Descreva as atividades de cooperação nacional e internacional que desenvolve.

AB – Tenho buscado desenvolver diálogos, manter diálogos com pesquisadores da Espanha, Portugal e Reino Unido, assim como Equador e Chile, na América Latina. Nosso grupo tem recebido professores visitantes e realizado cotutelas de doutoramento também eventualmente. No entanto, com a realidade política atual do nosso país, tem sido um enorme desafio manter cooperações e propor projetos integrados efetivamente. Tenho voltado, também, à rede de diálogos entre as universidades federais dos diferentes Estados do país, consolidando parcerias de pesquisa e publicações.

RGa – Qual a fundamentação epistemológica de seu trabalho?

AB – Tenho me centrado em teorias feministas pós-estruturalistas e de perspectiva crítica, estudos de gênero e masculinidades, teoria da complexidade e construcionismo social. Interessa-me muito os estudos de narrativas e análises discursivas. Os estudos decoloniais e de interseccionalidades, assim como a criminologia crítica, têm influenciado, também, significativamente nossas pesquisas.

RGa – Apresente sua compreensão acerca da gênese e manutenção da violência entre parceiros íntimos.

AB – Entendo a violência como algo complexo que não pode ser reduzido a fatores de causa e efeito ou perspectivas reducionistas e simplistas. Há diversos fatores que influenciam. É também uma forma de violação de direitos e de resolução de conflitos, infelizmente, comum em nossa sociedade. Na relação entre parceiros íntimos, envolve diversos fatores relacionais, relações de poder, diferenças de gênero, entre outros aspectos que devem ser vistos de forma micro e macrossocial.

RGA – Faça um balanço dos estudos sobre masculinidades.

AB – Há um desafio para os estudos de masculinidades na atualidade. Penso que necessitamos avançar teórica e epistemologicamente para além dos estudos consolidados sobre masculinidade hegemônica, pensando nos desafios propostos pelas teorias de sexualidades, teoria *queer*, estudos decoloniais e interseccionalidades. A interface com a teoria feminista, penso, deve ser constante e as críticas feministas precisam ser acolhidas e refletidas criticamente para pensarmos juntos como promover uma sociedade equitativa, com direitos iguais entre homens, mulheres e também para aqueles que não se identificam com nenhuma destas categorias. Precisamos avançar nos estudos voltados à saúde do homem, paternidades, violências, juventudes, transexualidades, violências urbanas e também refletir sobre os efeitos de ações neoliberais e da política atual e conservadorismos no âmbito da reflexão sobre as masculinidades contemporaneamente. Caminhamos para uma desconstrução da categoria do masculino/masculinidades ou para uma redefinição? Quais são os efeitos das transformações atuais neste campo? Como implicamos homens para equidade de gênero e empatia para o que sentem as mulheres em suas vivências subjetivas nesta sociedade ainda hostil para elas em diversos âmbitos? Como ir muito além de ações de sensibilização? O que podemos aprender com os estudos feministas? Como a psicologia social e os estudos de gênero na psicologia podem contribuir ou barrar a busca da equidade de gênero, respeito a diversidades e no acolhimento do diferente, abjeto, subalterno? São diversas questões que nos motivam a seguir.

RGA – Quais as fronteiras para o enfrentamento da violência entre parceiros íntimos?

AB – Precisamos lutar pela conscientização e desnaturalização de atos de violência em nossa sociedade, buscar outras formas de resolução de conflitos, desenvolver conhecimentos sobre as dinâmicas familiares e conjugais. Precisamos de ações de prevenção em nível micro e macrosocial, desenvolvimento de redes de apoio local e comunitário. Precisamos de ações efetivas com autores de violência que busquem reparação, assistência social e transformação da dinâmica relacional, para além de ações de penalização, patologização e criminalização. Precisamos avançar em políticas nacionais que promovam e consolidem grupos reflexivos sobre gênero com homens autores de violência, ações de prevenção com jovens homens e mulheres. Precisamos refletir sobre o manejo de emoções e as influências de gênero. É necessário também fazer frente a preconceitos e julgamentos morais que impedem profissionais de atuar adequadamente neste campo e barram ações e políticas de gestores no campo.

A **Revista Gênero na Amazônia** (www.generonaamazonia.com) é uma publicação semestral (julho e dezembro) do GEPEM/UFPA. Com o objetivo de fomentar o debate sobre mulher e relações de gênero em diferentes manifestações e enfoques teórico-metodológicos, numa perspectiva inter e multidisciplinar, a revista recepciona artigos, resenhas bibliográficas, traduções, entrevistas, dossiês temáticos e outras manifestações intelectuais de autores/as brasileiros/as ou estrangeiros/as. Exige-se texto inédito.

Neste sentido:

1 - Os textos devem ser enviados para: generonaamazonia@gmail.com no formato de arquivo doc, sem exceder a 1MB, incluindo as imagens; ou em CD-ROM e ou postado no Correio para: GEPEM – Cidade Universitária José da Silveira Neto (UFPA/IFCH – Altos) – Av. Augusto Corrêa, s/n – Guamá, 66075-110 – Belém/PA.

2 - Os textos terão que ser **inéditos**, sem terem sido publicados em outras revistas.

3 - Os textos serão submetidos à avaliação do Conselho Científico e de pareceristas Ad Hoc, mantido o sigilo mútuo. Eventuais sugestões de modificação de estrutura ou conteúdo serão comunicadas ao/à(s) autor/a (es/s), com prazo para reapresentação.

4 - O/a(s) autor/a (es/s) e coautores/as (se for o caso) de texto selecionado assinarão termo de cessão de direitos autorais, permitindo a publicação.

5 - No caso de artigos que mencionem o nome social de pessoa (física ou jurídica) e/ou depoimentos **ipsis litteris/ipsis verbis**, deve ser enviada uma declaração assinada pela pessoa citada no texto ou pelo/a seu/sua representante legal, autorizando a menção a quaisquer das exposições públicas referidas. As imagens originais só serão publicadas com autorização da fonte (autor/a) e das pessoas que eventualmente possam ser identificadas nas fotos.

6 - No caso de artigos e resenhas, o texto deve ser redigido em português ou em língua estrangeira (espanhol, francês, inglês) e formatado de acordo com as seguintes orientações:

5.1 - Artigos:

a) oito a vinte páginas (incluindo anexos) no tamanho A4; texto justificado, margens 2,5cm e parágrafos a 1 cm da margem; entrelinhamento 1,5; resumo/resumen/ abstract (cada um em torno de **130 palavras/ 860 caracteres**, com espaço – tradução especializada em espanhol e inglês, incluindo os títulos do artigo), contendo três a cinco palavras-chave (substantivos citados no título e/ou no texto do resumo); nome(s) do/ a(s) autor(es)/a(s) e dados curriculares resumidos, incluindo e-mail que possa ser divulgado;

b) fonte Garamond: 12 (texto, título de seções e de tabelas); 11(citações com mais de 3 linhas) e 10(legendas e notas);

c) citações e figuras (máximo de 10) de acordo com as normas ABNT específicas;

d) referências: ao longo do texto, usar remissão ou sistema autor/data; ao final do artigo, listar segundo a ABNT (NBR 6023);

e) notas bibliográficas e/ou explicativas, em rodapé;

- f) usar letras maiúsculas para indicação de anexos (Ex: Anexo A; Anexo B etc.);
- g) exige-se severa revisão gramatical.

5.2 - Resenhas Bibliográficas:

- I) tratar de livro publicado nos últimos dois anos (considerar a edição da revista);
- II) não exceder a cinco páginas tamanho A4;
- III) digitalizado em fonte Garamond 12 (texto e seções); justificado com margens de 2,5cm e parágrafos a 1cm da margem; entrelinhamento 1,5;
- IV) conter os seguintes tópicos, respectivamente:
 - a) referências editoriais do livro, segundo a ABNT;
 - b) nome do/a resenhador/a e dados curriculares resumidos, incluindo e-mail que possa ser divulgado;
 - c) resumo informativo = descrição/enumeração sucinta da estrutura da obra: divisão e assunto dos capítulos;
 - d) resumo do conteúdo da obra = assunto tratado, abordagens essenciais e ponto de vista do/a autor/a do livro (perspectiva teórica, método, linguagem etc.);
 - e) comentários avaliativos = apreciações/percepções do/a resenhador/a sobre o enfoque, a qualidade do conteúdo, o modo como o texto está formulado/ elaborado/ constituído (recomenda-se evitar, ao longo do texto, inserções de trechos (citações diretas) da obra resenhada.

OBS: é recomendável que os itens **c, d, e** sejam apresentados em seção com título específico.